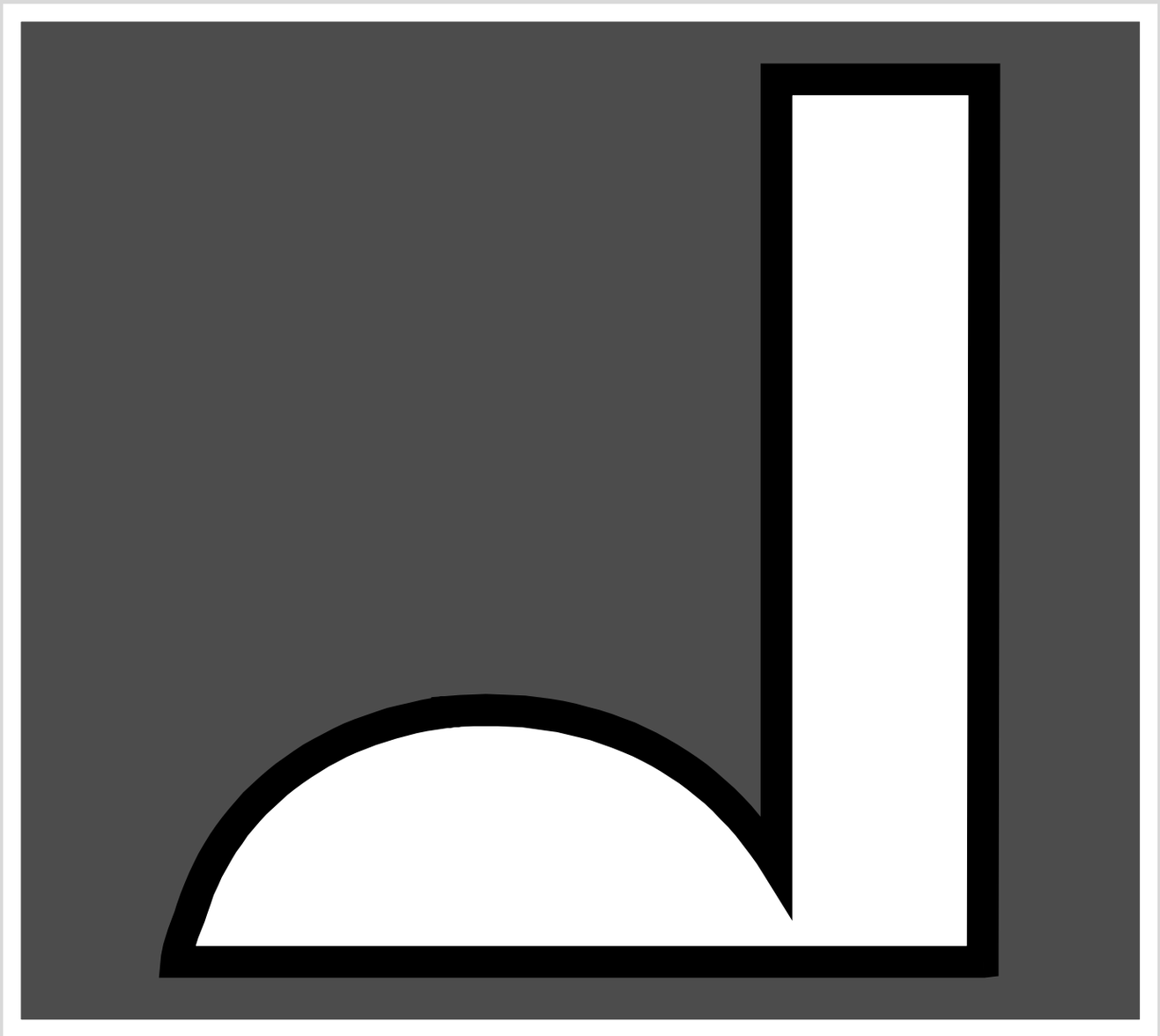
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVI - Nº 144 - SÁBADO, 20 DE OUTUBRO DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa não disponível!

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 138ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 19 DE OUTUBRO DE 2001

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 234, de 2001 (nº 1.093/2001, na origem), de 17 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 125, de 1990 (nº 3.875/93, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Teotônio Vilela Filho, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001. 25629

1.2.2 – Aviso do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Nº 259/2001, de 15 do corrente, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 435, de 2001, do Senador Sebastião Rocha. Ao Arquivo. 25629

1.2.3 – Pareceres

Nº 1.170, de 2001, da Comissão Diretora, sobre o Projeto de Resolução nº 126, de 1996 – CN, de autoria da Senadora Marina Silva, que institui o Diploma Chico Mendes de Meio Ambiente e Cidadania e dá outras providências. 25629

Nº 1.171, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 179, de 1996 (nº 3.162/97, naquela Casa), que dispõe sobre o registro geral de recém-nascidos e dá outras providências..... 25630

Nº 1.172, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 295, de 2001 (nº 877/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da TV Esplanada do Paraná Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná..... 25631

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 126, de 1996 – CN, cujo parecer foi lido anteriormente. 25633

1.2.5 – Ofícios

S/nº, de 2001, 17 do corrente, do Senador José Coelho, justificando sua ausência às votações nominais ocorridas na sessão daquela data, embora tenha registrado presença. À publicação.. 25633

Nº 307, de 2001, de 19 do corrente, da Liderança do PTB no Senado Federal, de indicação de membro para a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Designação do Senador Carlos Patrocínio para integrar, como suplente, a referida Comissão. 25633

Nº 1.737, de 2001, de 19 do corrente, do Senador Lúcio Alcântara, justificando sua ausência à votação nominal ocorrida na sessão do último dia 18 do corrente, embora tenha registrado presença. À publicação. 25633

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR *BERNARDO CABRAL* – Anúncio da apresentação do seu Relatório sobre a reforma do Judiciário, no próximo dia 30, na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 25633

SENADOR *CARLOS PATROCÍNIO* – Comentários sobre a palestra do Embaixador Sérgio Amaral, Ministro do Desenvolvimento, Industria e Comércio Exterior, na Comissão de Assuntos Econômicos. Conseqüências para a economia brasileira da redução nas importações em decorrência dos recentes atentados terroristas ocorridos pelo mundo. Satisfação diante da autorização, pelo Ministro da Agricultura e do Abastecimento, Pratini de Morais, da adição de mais 2% de álcool hidratado à gasolina. 25634

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Preocupação com a confiabilidade dos medicamentos genéricos produzidos no País..... 25636

SENADOR *AMIR LANDO* – Necessidade urgente da construção do gasoduto Urucu-Porto Velho para abastecimento de usinas termelétricas daquela região. 25639

SENADOR *TIÃO VIANA* – Transcurso, ontem, do Dia do Médico. Considerações sobre a

política governamental destinada à integração social dos deficientes visuais..... 25640

SENADOR *GILVAM BORGES* – Comentários ao relatório da Unicef sobre a situação mundial da infância..... 25643

SENADOR *ROBERTO FREIRE* – Considerações acerca da reportagem publicada pela revista **Veja**, que aponta a região da Grande Recife como a mais violenta do Brasil. 25644

SENADOR *NABOR JÚNIOR* – Aspectos da apreciação, pelo Congresso Nacional, do Orçamento da União para o exercício de 2002. Defesa do Orçamento Impositivo..... 25647

SENADOR *TEOTONIO VILELA FILHO* – Registro da sua participação, ontem, em São Paulo, na Conferência Internacional sobre Açúcar, Álcool e Energia da Cana-de-Açúcar. 25651

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Necessidade do fortalecimento das Escolas Técnicas Federais. Apelo às partes envolvidas no movimento grevista das universidades federais pela retomada das negociações..... 25656

SENADOR *CASILDO MALDANER* – Preocupação com a greve nas universidades federais. Regozijo com a terceira colocação obtida pela Universidade Federal de Santa Catarina no **Ranking** Nacional das Instituições Brasileiras de Ensino Superior, de acordo com o Guia do Estudante para 2002. 25657

SENADOR *LAURO CAMPOS* – Reflexões sobre religião, santidade e ateísmo. 25659

SENADOR *MOREIRA MENDES* – Restrição das possibilidades de desenvolvimento da Amazônia em virtude do disposto no art. 16 da Medida Provisória nº 2.166, de 2001, que trata de modificações no Código Florestal Brasileiro..... 25660

1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS* – Regozijo pela implementação de programas destinados ao atendimento da população indígena no Estado do Tocantins. 25663

SENADOR *MAURO MIRANDA* – Homenagem pelo transcurso, ontem, do Dia do Médico. ... 25664

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 2.020, 2.031 a 2.034, de 2001. 25666

Nº 2.035, de 2001, referente à aposentadoria da servidora Maria de Magalhães Álvaro Barro. . 25668

Nº 2.036, de 2001. 25669

Nº 2.037, de 2001, referente ao servidor Flávio Henrique F. de Miranda. 25670

Nº 2.038, de 2001, referente à servidora Íris Cristina da Silva Brazil. 25670

Nº 2.039, de 2001, referente à servidora Vivian Lôbo Pennacchio..... 25671

3 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)

4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 138ª Sessão Não Deliberativa, em 19 de outubro de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Edison Lobão, Mozarildo Cavalcanti, Carlos Patrocínio, Gilvam Borges, Lauro Campos e Moreira Mendes

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 234, de 2001 (nº 1.093/2001, na origem), de 17 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 125, de 1990 (nº 3.875/93, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Teotônio Vilela Filho, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001.

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Nº 259/2001, de 15 do corrente, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 435, de 2001, do Senador Sebastião Rocha.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requrente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

PARECERES

PARECER Nº 1.170, DE 2001

Da Comissão Diretora, sobre o Projeto de Resolução nº 126, de 1996-CN, de autoria da Senadora Marina Silva, que institui o Diploma Chico Mendes de Meio Ambiente e Cidadania e dá outras providências.

Relator: Senador **Geraldo Melo**

I – Relatório

O Projeto de Resolução nº 126, de 1996-CN, apresentado pela nobre Senadora Marina Silva, institui o Diploma Chico Mendes de Meio Ambiente e Cidadania, como forma de distinguir a pessoa, natural ou jurídica, que tenha prestado comprováveis serviços à causa do meio ambiente e da cidadania.

A láurea será atribuída anualmente, no mês de dezembro, em sessão do Congresso Nacional especialmente convocada para este fim. Para a justa atribuição da homenagem, será avaliado o trabalho e a ação do candidato em sua respectiva área de atuação. A escolha do candidato dar-se-á mediante seleção a ser procedida por um conselho integrado por cinco parlamentares, respectivos suplentes e por seu presidente, a quem caberá a prerrogativa da indicação dos referidos membros, ao início de cada sessão legislativa.

O projeto em epígrafe estabelece prazos e condições de apresentação de candidatos junto à Mesa Diretora do Congresso Nacional, ao tempo que veda tanto o patrocínio direto de pessoa jurídica a qualquer indicado, como a participação de integrantes dos Poderes Legislativos e Judiciário Federal, do Presidente da República e de Ministro de Estado.

O art. 60 da proposição em exame atribui ao conselho a tarefa de eleger o formato e o teor do diploma criado pelo presente ato, incumbindo-o de encaminhar a sugestão à Mesa Diretora do Congresso Nacional.

Em análise na Comissão de Educação, o projeto de resolução não recebeu emendas no prazo regimental.

II – Análise

Em boa hora vem o Congresso Nacional instituir, por força do presente projeto de resolução, o Diploma Chico Mendes de Meio Ambiente e Cidadania. É

oportuna e pertinente a atribuição dessa honraria à pessoa natural ou jurídica, cuja atuação nos campos da defesa do meio ambiente e da cidadania mereça reconhecimento público.

Por outro lado, a proposta da nobre Senadora Marina Silva se converte em homenagem permanente ao próprio Chico Mendes, cuja morte, nas trágicas circunstâncias em que ocorreu, o transformou em símbolo dos ideais que se nutrem nos sonhos de realização integral do homem, por meio da garantia da sua dignidade e da criação de um ambiente voltado para a vida. A dignidade do ser humano é sinônimo de cidadania. A preservação ambiental é condição para que se preserve a vida, hoje e no futuro.

III – Voto

Ante o exposto o voto é favorável à aprovação do Projeto de Resolução nº 126, de 1996 – CN.

Sala das Reuniões, – **Antonio Carlos Magalhães,** Presidente – **Geraldo Melo,** Relator – **Casildo Maldaner** – **Nabor Júnior.**

PARECER Nº 1.171, DE 2001

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 179, de 1996 – CN (nº 3.162/97, naquela Casa), que dispõe sobre o registro geral de recém-nascidos e dá outras providências.

Relator: Senador **José Eduardo Dutra**

I – Relatório

A proposta ora examinada foi aprovada por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, agora, retorna com substitutivo da Câmara dos Deputados.

O art. 1º do substitutivo acrescenta aos hospitais e maternidades o dever de, após copiarem as impressões das papilas digitais da mãe e as impressões dos pés do recém-nascido, emitir declaração neonatal.

O § 1º do art. 1º também sofreu alteração, passando a dispor que a declaração neonatal conterá todos os dados informativos da identificação, especialmente o nome da criança e dos seus genitores, tipo e fator sangüíneos, local, hora e data do nascimento.

Todos esses dados serão chancelados pelo responsável pela instituição, maternidade ou hospital, que responderá judicialmente pela veracidade das informações (§ 2º do art. 1º). A segunda via da declaração neonatal, contendo os dados informativos antes mencionados, integrará o rol de documentos do registro geral do recém-nascido (§ 3º do art. 1º).

O art. 2º da proposta tem a mesma redação do original, dispondo que, dos nascidos fora de instituições hospitalares ou de maternidades, onde não seja possível colher as impressões do recém-nascido e da mãe, o registro de nascimento será lavrado sob testemunho de, pelo menos, duas pessoas habilitadas a declarar ao oficial de registro que conhecem a genitora, a viram gestante e que a data do nascimento corresponde à declarada (parágrafo único do art. 2º).

O art. 3º determina que, a respeito da matéria, observar-se-ão as disposições da Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973).

Por fim, o art. 4º prevê que a vigência da norma coincidirá com a de sua publicação.

II – Análise

É inadiável que se positive norma consignatória da obrigatoriedade de identificar recém-nascidos, associando-os às suas genitoras. Hoje, os registros decorrem de declarações simples ao oficial (Lei de Registros Públicos, nº 6.015/73, arts. 50 e 52), e o mais eficiente modo de identificar é pela colheita de impressões papilares da mãe e do filho, sempre que possível, ou, quando os anéis e sulcos papilares não o permitam, mediante o testemunho qualificado de, pelo menos, duas pessoas.

O momento de copiar as impressões, diz a proposta substitutiva, é imediatamente ao nascimento, ainda nos hospitais e maternidades, públicos ou particulares. Com essa medida, o registro será oficiado com base em informação de boa procedência, evitando-se as falsas declarações de nascimento, os não explicados desaparecimentos de recém-nascidos e o seu registro em cartórios de outros municípios, além de uma considerável gama de maus procedimentos que costumam desaguar na chamada adoção à brasileira, assim compreendido o artifício de alguém declarar como seu o filho de outrem, com ou sem anuência dos pais biológicos.

O substitutivo da Câmara dos Deputados amplia a proposta original e a vincula à Lei de Registros Públicos, o que lhe dá maior consistência por situar o tema em moldura legal preestabelecida.

Apropriada, igualmente, é a interação entre a declaração neonatal, elevada a condição essencial para o registro do nascimento, e o rol de informações que devem ser adicionadas, entre elas, o tipo e o fator sangüíneos e a assinatura do responsável pelo estabelecimento hospitalar. É o mesmo que dizer: antes

de o registro ser efetuado pelo oficial, dar-se-á maior certeza jurídica ao próprio recém-nascido e, na mesma medida, dificultar-se-ão todas as condutas delitivas que, não raro, são praticadas no intervalo compreendido entre o fim da gestação e o registro.

III – Voto

Está evidenciado, no decorrer da análise, que o Substitutivo oferecido na Câmara dos Deputados nº 3.162-A, de 1997, ao Projeto de Lei do Senado nº 179, de 1996, aprimora o texto original e mantém revestida de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade a matéria que contém, condições que recomendam a sua aprovação.

Sala da Comissão, 10 de outubro de 2001. – **Bernardo Cabral** – Presidente – **José Eduardo Dutra** – Relator – **Íris Rezende** – **Sebastião Rocha** – **Antônio Carlos Júnior** – **Bello Parga** – **Maguito Vilela** – **Leomar Quintanilha** – **Romeu Tuma** – **Ademir Andrade** – **João Alberto** – **Alvaro Dias.**

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

.....
.....

TÍTULO II

CAPÍTULO IV
Do Nascimento

Art. 50. Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de quinze dias, que será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório.

§ 1º Quando for diverso o lugar da residência dos pais, observar-se-á ordem contida nos itens 1º e 2º do art. 52.

§ 2º Os índios, enquanto não integrados, não estão obrigados a inscrição do nascimento. Este poderá ser feito em livro próprio do órgão federal de assistência aos índios.

§ 3º Os menores de vinte e um (21) anos e maiores de dezoito (18) anos poderão, pessoalmente e isentos de multa, requerer o registro de seu nascimento.

§ 4º É facultado aos nascidos anteriormente à obrigatoriedade do registro civil requerer, isentos de multa, a inscrição de seu nascimento.

§ 5º Aos brasileiros nascidos no estrangeiro se aplicará o disposto neste artigo, ressalvadas as prescrições legais relativas aos consulados.

.....

Art. 52. São obrigados a fazer declaração de nascimento:

1º) o pai;

2º) em falta ou impedimento do pai, a mãe, sendo neste caso o prazo para declaração prorrogado por quarenta e cinco (45) dias;

3º) no impedimento de ambos, o parente mais próximo, sendo maior achando-se presente;

4º) em falta ou impedimento do parente referido no número anterior os administradores de hospitais ou os médicos e parteiras, que tiverem assistido o parto;

5º) pessoa idônea da casa em que ocorrer, sendo fora da residência da mãe;

6º) finalmente, as pessoas (VETADO) encarregadas da guarda do menor.

§ 1º Quando o oficial tiver motivo para duvidar da declaração, poderá ir à casa do recém-nascido verificar a sua existência, ou exigir a atestação do médico ou parteira que tiver assistido o parto, ou o testemunho de duas pessoas que não forem os pais e tiverem visto o recém-nascido.

§ 2º Tratando-se de registro fora do prazo legal o oficial, em caso de dúvida, poderá requerer ao Juiz as providências que forem cabíveis para esclarecimento do fato.

.....
.....

PARECER Nº 1.172, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 295, de 2001 (nº 877/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da TV Esplanada do Paraná Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Relator: Senador **Alvaro Dias**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 295, de 2001 (nº 877, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato

que renova a concessão da TV Esplanada do Paraná Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.068, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 17 de julho de 2000, que renova a concessão para a exploração de canal de radiodifusão de sons e imagens, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento TV Esplanada do Paraná Ltda.:

Nome do Sócio Cotista	Cotas de participação
Paulo Daudt Marinho	290.000
Francisco Cunha Pereira Neto	145.000
Marco Antônio Broglio Lemanski	145.000
Total de Cotas	**580.000**

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado Júlio Semeghini.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 295, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade TV Esplanada do Paraná Ltda., atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 16 de outubro de 2001. – **Freitas Neto,** Presidente Eventual no Exercício da Presidência – **Alvaro Dias**, Relator – **Ricardo Santos – Luiz Pontes – Pedro Piva – Antônio Carlos Júnior – Juvêncio da Fonseca – Romeu Tuma – Geraldo Cândido** (Abstenção) – **Teotônio Vilela Filho – Casildo Maldaner – Marluce Pinto – Nabor Júnior – Carlos Patrocínio – Fernando Matusalém.**

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Resolução nº 126, de 1996-CN, de autoria da Senadora Marina Silva, que *institui o Diploma Chico Mendes de Meio Ambiente e Cidadania e dá outras providências*, cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **d**, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

Ofício s/n.

Brasília, 17 de outubro de 2001

Senhor Presidente,

Em vista de compromissos previamente agendados em meu Gabinete, comunico a Vossa Excelência, para a adoção das providências regimentais cabíveis, que compareci ao Plenário do Senado, mas não pude permanecer até o término da Sessão Deliberativa Ordinária de hoje, 17 de outubro de 2001, quarta-feira. Mesmo tendo registrado minha presença, ficaram pendentes de votação nominal, no momento em que deixei o Plenário, alguns itens cuja deliberação estava agendada para a mencionada Sessão.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração. – **José Coelho,** Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

Ofício nº 307/2001

Brasília, 19 de outubro de 2001

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar o Exmº Sr. Senador Carlos Patrocínio, como suplente da vaga do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, cedida pelo Partido da Frente Liberal – PFL, na Comissão de Infra-Estrutura desta Casa.

Colho a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de consideração e apreço. – Senador **Carlos Patrocínio**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A Presidência designa o Senador Carlos Patrocínio, como suplente, indicado pela Liderança do PTB, para integrar a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

OFGSLA. Nº 1.737/2001

Brasília, 19 de outubro de 2001

Senhor Presidente,

Com os cordiais cumprimentos, informo que, apesar de ter registrado minha presença na sessão ordinária do dia 18 de outubro corrente, não foi possível participar da votação nominal ocorrida naquela data, devido a compromissos políticos inadiáveis assumidos no meu estado de origem.

Solicito, portando, que seja considerada justificada minha ausência na referida votação.

Atenciosamente, – Senador **Lúcio Alcântara.**

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O ofício lido vai à publicação.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) Pela ordem, tem V. Exª a palavra, nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, serei breve. Quero comunicar à Casa que os estudos para a Reforma do Judiciário vêm sendo desenvolvidos com a cautela que se impõe. Após exaustiva audiência pública com os mais representativos dos seus integrantes, faltava apenas a palavra do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Rubens Approbato Machado. S. Sª havia viajado para o exterior no dia previamente acertado para a sua contribuição, mas, tendo retornado, combinamos um encontro aqui no Senado na próxima terça-feira, para colher impressões pessoais se bem que já dis-

ponho da maioria delas do titular de um dos órgãos mais importantes da sociedade civil.

O eminente Presidente Paulo Costa Leite, do Superior Tribunal de Justiça, fez a entrega – conforme é do conhecimento de V. Exª – de várias emendas, que recolhi como contribuição, umas acolhidas, outras rejeitadas.

Hoje, estou ultimando as providências, Sr. Presidente, para ver se, no próximo dia 30, na reunião ordinária da Comissão da Constituição, Justiça e Cidadania, poderemos já distribuir os primeiros avulsos para que haja, da parte dos integrantes da Comissão, o tempo necessário para a análise de um assunto que a população reclama a cada dia.

Sabe V. Exª que o formalismo processual exagerado do sistema brasileiro, a lentidão da Justiça tornam, segundo a opinião pública, mais difícil e árduo o caminho para se pedir a prestação jurisdicional. Portanto, espero que, quando os meus Colegas dispuserem desse material, emitam suas opiniões sobre ele para que, a seguir, a matéria venha ao plenário.

Sr. Presidente, quero salientar a colaboração que recebi de todos os órgãos ligados à Justiça – e aí é a Justiça no sentido do Direito –, advogados, magistrados, Ministério Público, a fim de que não se faça apenas uma reforma constitucional que seja conjuntural e não estrutural; cosmética, ao invés de uma cirurgia profunda.

Ao final, Sr. Presidente, é preciso que se destaque, para que o povo tome conhecimento, que essa reforma constitucional, pela via competente, não resolverá os problemas da Justiça. Só com a legislação infraconstitucional – e aí os chamados procedimentos processuais – é que será possível atacar o problema maior que acomete a Justiça, que é a sua lentidão.

Era essa a comunicação que queria fazer a V. Exª, com os cumprimentos por vê-lo na Presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Bernardo Cabral, não só a Presidência, mas tenho certeza de que toda Nação brasileira sente-se regozijada com a comunicação que V. Exª faz, da possível apresentação, no dia 30 deste mês, do relatório sobre a Reforma do Judiciário. Essa reforma realmente vem sendo ansiada por toda a sociedade e que ninguém melhor do que V. Exª, como ex-Presidente da OAB nacional, Relator da nossa Constituinte e atualmente Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Senado, poderia relatá-lo com a adequação que merece.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio, por cessão do Senador Francelino Pereira.

S. Exª dispõe de até 20 minutos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tivemos a oportunidade ontem de, na Comissão de Assuntos Econômicos, do Senado Federal, ouvir a palestra, muito concisa, muito didática, do Embaixador Sérgio Amaral, hoje Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a respeito da posição atual do Brasil com relação ao mercado externo. Parece que teremos agora um trabalho mais efetivo no âmbito daquele Ministério, voltado para a política de comércio exterior.

Sr. Presidente, o mundo todo vive essa crise de terrorismo. A busca aos terroristas tem que ser perpetrada mesmo e levada até o fim. Evidentemente, não com o sacrifício de vidas inocentes. Mas, de qualquer maneira, temos que acabar com a possibilidade de terrorismo em nosso universo, até porque estamos assistindo ao início de uma guerra bacteriológica e poderemos ter uma guerra química de dificílimo controle.

Então, é necessário que todas as nações do mundo se unam para combater o terror, procurando não ceifar vidas inocentes, porque senão o feitiço acaba virando contra o feiticeiro. Já estamos vendo manifestações no mundo, sobretudo nos países islâmicos, contra essa guerra, que, a meu ver, já deve estar acabando, porque o Afeganistão não tem mais nada para ser bombardeado.

Mas vejo com muita satisfação, Sr. Presidente, que o Brasil pode tirar vantagem dessa crise, aproveitando-se da desvalorização cambial. O jornal **O Globo** de hoje noticia que os supermercados vão cortar a compra de importados em até 40%. Muitos desses produtos são supérfluos importados para o período natalino: brinquedos, guloseimas, alimentos, frutas, que o Brasil produz com qualidade igual ou semelhante – muitas vezes, até superior. Isso, segundo informativo da Associação Brasileira de Supermercados. Oitenta por cento dos estabelecimento entrevistados informaram que vão reduzir as compras dos importados, com destaques para azeites, queijos e bebidas.

Considero um absurdo o Brasil importar queijos. Sabemos que, em todos os nossos Estados, os produtores de leite estão fazendo movimentos em favor

da melhora do preço do seu produto, que chegou a patamares insustentáveis. O custo de produção é maior que o preço de venda. Há Estados em que o preço do litro do leite está em R$0,13 para o produtor. Um copo de água mineral, com 250ml, custa R$0,50; quando nos afastamos dos grandes centros, chegamos a pagar R$1,00 pela mesma quantidade. Um litro de leite chega a valer R$0,13! Dez litros: R$1,30! E ainda importamos queijo! Essas são políticas que devemos formular para que possamos conferir ao nosso produtor rural melhores ganhos.

Vejo também que o bacalhau, Sr. Presidente, o carro-chefe dessas importações nos períodos de Semana Santa e de Natal, sofrerá um corte de 50%. Na região de V. Exª, creio que na região do eminente Senador Tião Viana e na minha também, produzimos um peixe, o pirarucu, que chamamos de pirosca, semelhante a um bacalhau de primeiríssima qualidade. Já tive oportunidade de pegar peixe maior do que V. Exª, curti-lo no sal e depois servi-lo num jantar para os amigos. O pirarucu é um "bacalhau" de excelência, e o temos em grande quantidade ainda na nossa Amazônia.

Agora, o nosso Estado já está se preparando para a produção do bacalhau em cativeiro. Segundo informes mais recentes, está dando excelente resultado – vamos produzir bacalhau em cativeiro. Acredito que poderemos deixar, cada vez mais, de importar esses alimentos, essas mercadorias que temos aqui no nosso País – às vezes, de melhor qualidade. Citei dois exemplos.

Também os vinhos vão sofrer uma queda vertiginosa na importação, segundo a Abras – Associação Brasileira de Supermercados. Temos vinhos de excelente qualidade em Bento Gonçalves e Caixas do Sul, no Rio Grande do Sul, e agora no Nordeste. Ontem, recebi de presente duas garrafas de vinho de Petrolina, também de excelente qualidade. Estamos produzindo uva naquele antigo semi-árido, hoje irrigado pelo Velho Chico.

É por isso, Sr. Presidente, que assumi a tribuna na manhã de hoje: para dizer da minha alegria, pois, apesar das crises ou por causa delas, poderemos melhorar muito o equilíbrio da nossa balança comercial, uma vez que, todos os anos, importamos muitos supérfluos e alimentos que produzimos em abundância em nosso território. Isso desequilibra a balança comercial.

O Ministro Sérgio Amaral está hoje no Rio de Janeiro para contratar quatro empresas de publicidade e **marketing** que irão fazer o lançamento da campanha mediante a qual se conclamará a Nação brasileira a comprar produtos brasileiros, e os supermercados e importadores a diminuírem as importações. Além disso, segundo o Ministro, os países desenvolvidos estão formando um bloco de suspensão das importações. O subsídio está sendo tão grande, que eles estão fazendo um programa de suspensão das importações, produzindo e transformando mercadorias, agregando valores a mercadorias com qualidade muito inferior àquelas que importam e vendendo a preços simbólicos nos seus mercados internos. Assim, evitam que o Brasil e outras nações emergentes coloquem mercadorias de valor agregado naqueles mercados, o que seria importante para a nossa balança comercial.

Enfim, querem comprar do Brasil tão-somente produtos primários, essas denominadas **commodities**, para lá transformarem, evitando que agreguemos valor aos nossos produtos, gerando mão-de-obra interna no nosso País.

Cumprimento o Ministro e a Abras – Associação Brasileira de Supermercados. Creio que ninguém sentirá falta do produto importado, porque no Brasil há tudo. Por exemplo, as nozes podem muito bem ser substituídas pela castanha do Pará, que temos em abundância. Tive oportunidade de ir à Romênia, em Bucareste, e vi uma fila no mercado, típica daqueles mercados do Brasil, para comprar castanha do Pará. Em resumo, os brasileiros não dão aos nossos produtos o valor que têm lá fora.

Sr. Presidente, uma outra medida importante que pode diminuir o nosso déficit público e equilibrar a nossa balança de importação é o anúncio feito hoje pelo Ministro Pratini de Moraes, de que, a partir dos próximos dias, o Brasil passa a incorporar mais 2% do álcool à gasolina. E por quê? Porque o preço do açúcar caiu muito no mercado internacional. Por isso, será bom que possamos produzir mais álcool. Vamos passar de 22% para 24% a adição de álcool hidratado à gasolina.

Por inúmeras vezes, eu e outros colegas desta Casa já ocupamos esta tribuna para falar sobre a necessidade de uma política efetiva de energias alternativas para o nosso País. Desde que aqui cheguei, em 1989, tenho batido nessa tecla. Penso que temos nos descuidado de analisar a possibilidade de captar energia solar, a possibilidade de fazer a transformação em energia através da biomassa, a energia eólica e sobretudo a energia dos canaviais. Sim, do álcool, pois detemos uma tecnologia de ponta na produção de álcool carburante, de álcool anidro, de álcool hidratado. Exportamos para outros países essa tecnologia, e não sei por que motivo nunca implementamos uma

efetiva política de renovação da nossa matriz energética.

Afinal de contas, veio o Apagão, o que era esperado, pois o sistema de privatização não foi aquele que quisemos, aquele desejado, já que vendemos o que já estava pronto e instalado. O modelo liberal de economia quer privatizar a também a Ferrovia Norte-Sul, que está aí por fazer. Que apareçam as pessoas para construir a Ferrovia Norte-Sul! Isso, sim. Mas não temos que privatizar aquilo que já está pronto, que é do povo brasileiro.

Privatizamos as hidrelétricas, as linhas de transmissão, e ninguém investiu na produção de mais energia nem em fontes alternativas de energia, o que resultou no que estamos vendo.

Portanto, Sr. Presidente, os próximos dias haveremos de incorporar mais 2% de álcool hidratado à gasolina, o que significará um consumo anual de mais de 300 mil metros cúbicos de álcool como combustível. O Brasil vai produzir 13 milhões de metros cúbicos de álcool na próxima safra, dos quais 12,5 milhões serão consumidos internamente e utilizados na recuperação dos estoques, que estão baixos; o restante será exportado.

Portanto, dentro da política que já vem sendo implementada há algum tempo pelo Ministro Pratini de Moraes, temos que exportar álcool. Cada vez mais estou convencido, e insisto nisso, de que temos que criar mecanismos para que a indústria automobilística nacional produza carros com carburadores preparados para a utilização do álcool combustível, o que foi feito em uma determinada época, mas que depois deixou de ser feito. O Brasil precisa de regras claras, constantes e duradouras para que possamos ter auto-suficiência em relação ao nosso combustível.

Sr. Presidente, tenho dito também que nunca concordei com o número de usinas fechadas no Nordeste. São usinas canavieiras do setor sucroalcooleiro que se tornaram inadimplentes, com uma demanda judicial que já vem ao longo de muitos anos, causando um enorme prejuízo para toda a Nação e, sobretudo, para o lavrador.

Recentemente, entregaram a usina de Catende, em Pernambuco aos produtores e funcionários. Eles fizeram uma cooperativa, e a usina está produzindo, todos estão ganhando dinheiro. Além disso, também estão plantando cereais e verduras para a subsistência de todos eles. Penso que poderíamos estender esse processo para as usinas do Nordeste que se encontram totalmente fechadas, inadimplentes e insolúveis.

Temos que ajudar de alguma maneira. Para tanto, seria conveniente que pudéssemos entregá-las ao trabalhador rural, aquele que, sendo dono, efetivamente saberá como cuidar dessas empresas.

Faço este apelo mais uma vez, Sr. Presidente. Votamos ontem, aqui, uma matéria importante e delicada, qual seja, a renovação da outorga à TV Ômega Ltda., à Rede TV. Vi a dificuldade dos Senadores em votar essa matéria. A Rede TV é a antiga Manchete, que deu um calote muito grande em seus funcionários, e foi comprada pela TV Ômega Ltda., que, por sua vez, também não cumpriu os compromissos com os funcionários – eles estão à míngua. Sobre esse caso, pensamos: o que vamos fazer? A Rede TV já tem quase dois mil funcionários e está expandindo a sua audiência por todo o Brasil. Então, optamos pelo mal menor. Entendo que o Senado, acertadamente, aprovou a renovação da concessão da Rede TV ou da TV Ômega para, pelo menos, aproveitar os funcionários que já estão lá trabalhando e também possibilitar que a empresa, já que está faturando, cumpra seus compromissos trabalhistas, conforme os casos que estão nas varas trabalhistas competentes.

Portanto, Sr. Presidente, penso que o Brasil vai fechar o ano com superávit na balança comercial, tendo em vista a diminuição das importações, sobretudo de supérfluos, que é produzido, em nosso País, com a mesma qualidade, a mesma eficiência, se não até em melhores condições.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Carlos Patrocínio, convido V. Exª a assumir a Presidência da Mesa. (Pausa).

O Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ontem, ocupando esta tribuna para homenagear os médicos pelo seu dia, tive oportunidade de tecer comentários, fazer uma análise crítica, construtiva da má distribuição dos médicos e das escolas médicas no País. Fiz, inclusive, menção ao fato de que as Regiões Norte e Nordeste juntas têm um terço da população nacional e apenas 17% das escolas médicas. A Região Norte é a mais castigada ainda, porque há apenas dois cur-

sos no Pará, um no Amazonas, um em Roraima e agora, recentemente, foi autorizada a abertura do curso no Acre e também em Tocantins. Na verdade, a política, diríamos assim, de geoestrategia, no que tange ao fato de formar-se médicos em cada Estado, realmente é um desastre no País. A Região Sudeste tem cinquenta escolas de medicina. Então, é realmente necessário repensar a saúde de uma maneira diferente, começando pela raiz.

Hoje, Sr. Presidente, quero abordar um tema que domina há muito tempo as manchetes das televisões, dos rádios, dos jornais, que é a questão dos medicamentos genéricos. Chega-se ao absurdo de constatar, como o fiz há poucos dias, que um medicamento genérico pode custar cerca de 70% menos do que um remédio de marca. Como médico – e coincidentemente há um médico presidindo a sessão e outro no plenário –, eu indago: será que há confiabilidade numa medicação que chega a custar 70% menos do que um remédio de marca? Quisera eu poder, como médico, dizer ao paciente que tome o remédio genérico porque ele tem a mesma qualidade do remédio de marca. Infelizmente, essa não é a realidade.

Esse é o tema que quero abordar hoje, Sr. Presidente, salientando a preocupação que tenho, como médico, principalmente com aquelas pessoas que tomam medicação de uso contínuo e que geralmente são as mais carentes – aposentados, pensionistas, pessoas, enfim, que têm seu orçamento comprometido com a medicação. O ideal seria se o Governo pudesse dar uma espécie de bolsa-medicação para esse paciente. Se, pelo menos, tivéssemos condições de dizer que o remédio genérico, no Brasil, está bem, como diz a propaganda – o G de diabetes, o G de hipertensão, o G de tantas outras doenças –, poderíamos estar aqui hoje dizendo à população brasileira que finalmente estamos chegando ao ideal, pelo menos no que tange a essas doenças crônicas que exigem medicação contínua.

Esse debate nacional a propósito dos medicamentos polarizou-se em torno, basicamente, de duas questões: o preço e a produção de genéricos. É certo que se trata de dois temas da maior relevância para a saúde de toda a população brasileira, especialmente em razão da sua condição socioeconômica. É preciso, porém, não esquecer ou relegar a plano secundário o problema da qualidade dos medicamentos, de idêntica ou maior importância e enorme periculosidade.

Fabricar uma especialidade farmacêutica, uma substância ativa, é processo complicado que demanda anos e milhões de dólares. Em Saúde Pública, "medicamento é toda substância ou composição possuidora de propriedades curativas relativas a doenças humanas ou animais, assim como todo produto suscetível de ser administrado ao homem e aos animais, a fim de estabelecer um diagnóstico médico ou de restaurar, corrigir ou modificar as suas funções orgânicas". Já a especialidade farmacêutica é "todo medicamento preparado antecipadamente, apresentado sob uma embalagem particular e caracterizado por uma denominação particular".

Depois que uma substância é reconhecida como farmaceuticamente ativa, ela é submetida a uma série de procedimentos de alto rigor científico: recebe uma roupagem farmacêutica ou "forma galênica"; é testada em animais para avaliar a toxidez, se pode prejudicar a formação de fetos, como funciona no organismo e sua complicações; é submetida a ensaios clínicos e, finalmente, é autorizada a sua colocação no mercado, que, no Brasil é concedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde (Anvisa).

É oportuna, portanto, a manifestação recente do Conselho Regional de Medicina acerca da necessidade de que todos os medicamentos tenham garantia governamental, inclusive os genéricos. A indústria farmacêutica brasileira raramente produz um fármaco – vejam bem, a nossa indústria raramente produz um fármaco –, pois adquire o composto químico de produtores, freqüentemente de indústrias localizadas em outros países. A partir daí, essas matérias-primas são manipuladas para ser convertidas em medicamentos, quer sejam genéricos ou não.

A principal garantia é a análise rigorosa da matéria-prima: o fármaco. Essa análise exige equipamentos e técnicas sofisticadas, essenciais até para saber se o produto comprado é realmente o fármaco correto.

E aqui faço uma pausa para relembrar os inúmeros escândalos em laboratórios de renome. Cito o caso dos anticoncepcionais, feitos apenas de pó, que levaram a gravidezes indesejadas.

Então, é muito importante que, neste momento em que se faz uma propaganda desenfreada a favor dos genéricos, tenhamos a sensatez e, acima de tudo, a responsabilidade de exigir também da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Governo Federal, portanto, que haja um extremo rigor quanto a essa questão.

Como não existe produto químico 100% puro, é importante detectar pequenas quantidades de impurezas que podem ter efeito tóxico. Só após reconhecidos esses efeitos, a análise da matéria-prima é direcionada para examinar sua presença.

Esse controle é extremamente caro e só é viável quando o custo é distribuído para grandes lotes de medicamentos, o que inviabilizaria as microindústrias farmacêuticas e as "farmácias de manipulação" espalhadas pelo País, sem qualquer capacidade de sequer saber se o que misturam é o produto que realmente consta no rótulo.

É evidente, Srªs e Srs. Senadores, que os problemas da qualidade dos medicamentos produzidos e vendidos no Brasil decorrem das falhas de controle e fiscalização. A Vigilância Sanitária só deveria conceder o registro do medicamento após exame da documentação científica, envolvendo a análise da toxidez e das reações secundárias, além da qualidade apregoada no medicamento. Após o registro, seria efetuada a inspeção na fábrica, para avaliar as instalações, equipamentos e a qualidade técnica da produção, realizada por técnicos devidamente preparados.

Além do controle da qualidade dos medicamentos produzidos, deveria ser feito o controle da propaganda. Essa é uma questão muito importante. Fico indignado ao ver a quantidade de propagandas sobre medicamentos nos meios de comunicação – televisão, rádio e jornais – com a maior desfaçatez e, apenas no finalzinho, aparece a mensagem curta e rápida: "Não desaparecendo os sintomas, procure orientação médica". Quer dizer, o laboratório prescreve, faz a propaganda e, só no final, faz essa pequena advertência. Creio que a mensagem deveria ser ao contrário: "Só tome medicação com estrita prescrição médica."

Para garantir que a propaganda não seja incompleta, enganosa ou fraudulenta, é preciso ser vigiada. E, nesse particular, é preciso que elaboremos uma legislação mais severa, mais rígida, que possa efetivamente esclarecer, por exemplo, que uma medicação com rótulo de produto natural não interfere nas funções renal, cardíaca ou hepática de um paciente. Muitas vezes, um paciente, por desinformação ou por uma informação enganosa, é levado a consumir essas drogas que são abusivamente propagandeadas na televisão.

Chamo a atenção para um dado. Há no mercado brasileiro entre 24 a 33 mil marcas de medicamento de fábrica, enquanto Alemanha e Inglaterra têm 15 mil; a Espanha, 14.700; a Itália, 13.200; a França, 7.400; e a Noruega, apenas 1.870. E esses países têm indicadores de saúde muito melhores do que os nossos. Portanto, não é a quantidade de medicamentos que vai garantir a melhoria da qualidade de saúde no País. Verifica-se, portanto, por esses números, que os medicamentos têm sido tratados como se fossem uma mercadoria qualquer, submetidos aos mecanismos da lei de mercado.

Além dessa proliferação de medicamentos, a verdade é que, Srªs e Srs. Senadores, o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária não está efetivamente implantado no interior do Sistema Único de Saúde. A vigilância deveria ser feita de forma integrada pelos sistemas estaduais de saúde, com pessoal especificamente treinado, constantemente atualizado e dignamente remunerado, dotado dos recursos necessários para o exercício de tão importante atividade. A fiscalização abrangeria o registro de medicamento em toda a sua complexidade, a avaliação técnica da produção, o controle sistemático de qualidade e a eficácia dos medicamentos postos no mercado, a sua biodisponibilidade e a sua bioequivalência, o efetivo controle do conteúdo de suas bulas e da propaganda veiculada pelos meios de comunicação.

Para que o mercado de um país possa oferecer a seus consumidores uma linha de medicamentos é primordial que uma agência do Estado tenha infra-estrutura perfeita para controlar a fabricação, fiscalizar e monitorar o uso, pois a fabricação de um medicamento deve ser efetuada numa linha de produção igual e com todas as características de segurança e pureza.

No Brasil, de nada vai adiantar a lei sobre medicamentos genéricos se a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa – não encarar com a devida seriedade o problema de controle de qualidade e não montar uma infra-estrutura adequada a fim de que os médicos brasileiros possam nela confiar, e que os cidadãos – os pacientes, como chamamos – possam disso se beneficiar.

É preciso, ainda, estarmos atentos a uma peculiaridade. Saímos de um sistema que pouco fiscalizava e não podemos cair num extremo oposto. Não podemos, por exemplo, pressionados por opinião mal-informada ou alarmista, criar parâmetros impossíveis de serem cumpridos. É fundamental, ainda, ao rever os medicamentos que podem ser comercializados, estimar seu custo/benefício: não existem medicamentos inócuos – como não existem alimentos sem alérgenos, mais comuns inclusive nos alimentos naturais que nos transgênicos, o que, por analogia, proibiria a venda de todo e qualquer alimento. Sem bom senso, todos os antitumorais seriam proibidos, pois todos também induzem a tumores, ainda que com uma freqüência extremamente baixa.

Nada, entretanto, nos exime, Srªs e Srs. Senadores, da nossa obrigação em relação à fiscalização dos medicamentos colocados à disposição da população brasileira. É preciso promover mecanismos que

assegurem ampla comunicação, informação e educação sobre o uso de medicamentos e é preciso fomentar, também, programas de apoio ao desenvolvimento técnico-científico aplicado à melhoria da qualidade dos medicamentos, buscando para isso a cooperação de universidades e de instituições nacionais e internacionais relacionadas com a aferição da qualidade dos medicamentos.

Encerro meu pronunciamento, Sr. Presidente, falando como médico, manifestando a minha preocupação sobre esse processo escancarado de propaganda sobre genéricos e similares que estamos a assistir no Brasil. É lógico que nós, médicos, gostaríamos de ver todos os que precisam sendo tratados com medicamento eficiente, barato, e, se possível, gratuito.

Lembro-me da famosa Central de Medicamentos – Ceme, que o Governo criou exatamente com o objetivo de fornecer à rede pública medicação a preço de custo. Para isso comprava dos próprios laboratórios produtores dos remédios de marca. Mas, por causa de fraudes de natureza administrativa, em licitações, a Ceme foi extinta. Agora, já se fala novamente em ressuscitar alguma coisa parecida. Porque, no Brasil, a estratégia é sempre esta: quando se descobrem fraudes em um órgão público, o Governo o extingue e, muitas vezes, os culpados ficam impunes.

Então, na questão dos medicamentos, deixo um apelo ao Governo brasileiro para que faça menos propaganda e trabalhe mais sério no sentido de proporcionar à população pobre, aquela que precisa dos medicamentos básicos e de uso contínuo, a possibilidade de comprá-los por um preço mais barato, se possível de graça, mas de excelente qualidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Amir Lando, por permuta com o Senador Tião Viana.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para abordar um tema de grande interesse para toda a região amazônica, que é a questão da energia elétrica.

Especialmente o meu Estado de Rondônia, e também o Estado do Acre, que vão se abastecer da energia gerada em Rondônia, necessitam, urgentemente, da construção do gasoduto Urucu-Porto Velho. Serão 550 km de um projeto que, com certeza, atenderá a demanda por trinta anos. É um custo que o País deve pagar, porque sabemos que, hoje, interesses contrários àquilo que é o bem comum e, sobremodo, a vantagem pública, obram contra a construção do gasoduto. Querem transportar o gás via barcaças, e as empresas que dominam o setor fazem um **lobby** brutal contra a construção do gasoduto. Aliás, o mundo inteiro transporta combustível, sejam gasosos ou líquidos, por oleodutos ou gasodutos. E, aqui, no Brasil, há uma resistência brutal, porque existem guetos, cartórios que querem manter um privilégio que agrega um custo elevado aos combustíveis.

É difícil lutar contra esses interesses incrustados de maneira oblíqua, para não dizer no lamaçal da corrupção; é difícil lutar para o interesse da sociedade.

Mais uma vez, queremos aqui protestar essa posição danosa a Rondônia, à região Norte em geral, que necessita da geração de energia para incrementar o desenvolvimento econômico-social.

Sr. Presidente, é preciso registrar que as Bancadas do Estado de Rondônia, por diversas legislaturas, sempre consignaram recursos para a eletrificação rural.

Hoje, pelo menos como referência, poderíamos dizer, sem errar, que 70% dessas propriedades rurais já têm rede elétrica. Às vezes, a energia não é contínua, porque a geração a combustão sempre sofre solução de continuidade, mas não há dúvida de que isso é um ganho para a população. E devo dizer que grande parte dessas redes foi implementada pelas comunidades locais – refiro-me às associações de produtores rurais. Isso realmente é um fato inusitado.

Atualmente, essa teia de energia, que leva a informação através dos meios de comunicação, que leva, de maneira incipiente, a um processo de industrialização, atende a grande parte da população rural do Estado de Rondônia.

Precisamos gerar energia barata, gerar energia com o gás natural de Urucu, que vem atender, neste momento, a uma necessidade imperiosa para o desenvolvimento da nossa região.

Por isso, Sr. Presidente, é preciso deixar claro – e isto manifesto no meu discurso escrito – uma posição contrária a essas ingerências de caráter interesseiro da ordem privada, que sempre querem preservar privilégios e mantê-los incólumes para o seu ganho próprio, para a sua vantagem particular. Devemos olhar o coletivo, porque a política é a arte de servir ao bem comum, e é disso que o homem público não pode abdicar na sua prática política, desse compromisso com a ética e com o bem-estar da sociedade.

Por isso, Sr. Presidente, quando faço estas breves observações, cujo conteúdo encontra-se no texto escrito, quero, mais uma vez, deixar aqui gravado que

assegurem ampla comunicação, informação e educação sobre o uso de medicamentos e é preciso fomentar, também, programas de apoio ao desenvolvimento técnico-científico aplicado à melhoria da qualidade dos medicamentos, buscando para isso a cooperação de universidades e de instituições nacionais e internacionais relacionadas com a aferição da qualidade dos medicamentos.

Encerro meu pronunciamento, Sr. Presidente, falando como médico, manifestando a minha preocupação sobre esse processo escancarado de propaganda sobre genéricos e similares que estamos a assistir no Brasil. É lógico que nós, médicos, gostaríamos de ver todos os que precisam sendo tratados com medicamento eficiente, barato, e, se possível, gratuito.

Lembro-me da famosa Central de Medicamentos – Ceme, que o Governo criou exatamente com o objetivo de fornecer à rede pública medicação a preço de custo. Para isso comprava dos próprios laboratórios produtores dos remédios de marca. Mas, por causa de fraudes de natureza administrativa, em licitações, a Ceme foi extinta. Agora, já se fala novamente em ressuscitar alguma coisa parecida. Porque, no Brasil, a estratégia é sempre esta: quando se descobrem fraudes em um órgão público, o Governo o extingue e, muitas vezes, os culpados ficam impunes.

Então, na questão dos medicamentos, deixo um apelo ao Governo brasileiro para que faça menos propaganda e trabalhe mais sério no sentido de proporcionar à população pobre, aquela que precisa dos medicamentos básicos e de uso contínuo, a possibilidade de comprá-los por um preço mais barato, se possível de graça, mas de excelente qualidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Amir Lando, por permuta com o Senador Tião Viana.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para abordar um tema de grande interesse para toda a região amazônica, que é a questão da energia elétrica.

Especialmente o meu Estado de Rondônia, e também o Estado do Acre, que vão se abastecer da energia gerada em Rondônia, necessitam, urgentemente, da construção do gasoduto Urucu-Porto Velho. Serão 550 km de um projeto que, com certeza, atenderá a demanda por trinta anos. É um custo que o País deve pagar, porque sabemos que, hoje, interesses contrários àquilo que é o bem comum e, sobremodo, a vantagem pública, obram contra a construção do gasoduto. Querem transportar o gás via barcaças, e as empresas que dominam o setor fazem um **lobby** brutal contra a construção do gasoduto. Aliás, o mundo inteiro transporta combustível, sejam gasosos ou líquidos, por oleodutos ou gasodutos. E, aqui, no Brasil, há uma resistência brutal, porque existem guetos, cartórios que querem manter um privilégio que agrega um custo elevado aos combustíveis.

É difícil lutar contra esses interesses incrustados de maneira oblíqua, para não dizer no lamaçal da corrupção; é difícil lutar para o interesse da sociedade.

Mais uma vez, queremos aqui protestar essa posição danosa a Rondônia, à região Norte em geral, que necessita da geração de energia para incrementar o desenvolvimento econômico-social.

Sr. Presidente, é preciso registrar que as Bancadas do Estado de Rondônia, por diversas legislaturas, sempre consignaram recursos para a eletrificação rural.

Hoje, pelo menos como referência, poderíamos dizer, sem errar, que 70% dessas propriedades rurais já têm rede elétrica. Às vezes, a energia não é contínua, porque a geração a combustão sempre sofre solução de continuidade, mas não há dúvida de que isso é um ganho para a população. E devo dizer que grande parte dessas redes foi implementada pelas comunidades locais – refiro-me às associações de produtores rurais. Isso realmente é um fato inusitado.

Atualmente, essa teia de energia, que leva a informação através dos meios de comunicação, que leva, de maneira incipiente, a um processo de industrialização, atende a grande parte da população rural do Estado de Rondônia.

Precisamos gerar energia barata, gerar energia com o gás natural de Urucu, que vem atender, neste momento, a uma necessidade imperiosa para o desenvolvimento da nossa região.

Por isso, Sr. Presidente, é preciso deixar claro – e isto manifesto no meu discurso escrito – uma posição contrária a essas ingerências de caráter interesseiro da ordem privada, que sempre querem preservar privilégios e mantê-los incólumes para o seu ganho próprio, para a sua vantagem particular. Devemos olhar o coletivo, porque a política é a arte de servir ao bem comum, e é disso que o homem público não pode abdicar na sua prática política, desse compromisso com a ética e com o bem-estar da sociedade.

Por isso, Sr. Presidente, quando faço estas breves observações, cujo conteúdo encontra-se no texto escrito, quero, mais uma vez, deixar aqui gravado que

Rondônia precisa buscar o desenvolvimento. Não basta Samuel com 216 megawatts. Temos que buscar Jiparaná I e Jiparaná II. E, então, sim, vamos dar a Rondônia as pequenas usinas hidrelétricas, que se espalham por todo o território de Rondônia, cujo movimento do relevo propicia as quedas d'água e a geração de energia.

Sr. Presidente, mais uma vez, temos que agir com firmeza – e é para isso que peço o apoio do Congresso Nacional –, a fim de que o Poder Executivo dê realmente execução a um projeto de interesse da região, de interesse do País e, sobretudo, de interesse do Estado de Rondônia.

O Brasil precisa de energia. O Brasil não pode ficar ao sabor dos apagões, e a Amazônia tem um potencial hidrelétrico imenso, mas também, hoje, tem o potencial de gás natural, que se perderá se não for usado de maneira contínua e permanente.

Portanto, quero fazer um apelo sobre a necessidade imediata da construção do gasoduto, que vai ligar Urucu a Porto Velho. São 550 quilômetros, e não há nenhum dano ecológico em relação a essa obra, como se pensa. Com certeza, o movimento das barcaças levando o gás, subindo e descendo os rios, vai gerar assoreamento, vai gerar danos ecológicos de expressão e matará as veias líquidas da Amazônia, que são os rios, os cursos d'água.

Não podemos perder essa referência, porque, no reino das náiades, com certeza o importante é o domínio das águas, é a preservação dos cursos, dos vales, dessas veias que dão vida à Amazônia e que fazem ainda daquela região um capítulo do gênesis, um último capítulo da geografia natural.

Por isso, Sr. Presidente, o meu apelo, para que o Poder Executivo, com urgência, promova essa obra de grande interesse nacional, regional e, sobremodo, de Rondônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Tião Viana.

S. Exª dispõe de até 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero inicialmente aproveitar a oportunidade, já que não o fiz ontem, para também prestar a minha breve homenagem aos médicos do Brasil, que ontem comemoraram o seu dia, o dia de São Lucas, que se afirmava como o médico de homens e de almas. São Lucas é o símbolo da história da Medicina, que extrapola a Medicina atual e se estende por todos os tempos.

V. Exª fez um pronunciamento claro e verdadeiro ontem, quando prestou essa homenagem, e pediu, mais uma vez, a interiorização dos médicos do Brasil.

Aproveito para deixar uma mensagem em homenagem a todos os médicos do interior, das cátedra e dos grandes centros urbanos: que continuem a missão extraordinária do exercício profissional que encanta a população de todos os tempos desde Hipócrates, e que possamos sempre levar em consideração as palavras que um padre proferiu em uma missa comemorativa ao Dia do Médico, que diz o seguinte: "A mão do médico é o coração de Deus". Penso que a razão científica do exercício profissional, aliada ao caráter humanista que tem a nossa profissão, deve estar sempre acompanhada dessas palavras.

Que a mão do médico, em sua razão científica, seja sempre a mão de Deus, e estaremos sempre bem representados na sociedade.

O jornal **Folha de S.Paulo,** em editorial de ontem, manifestou uma crítica, embora com consideração positiva, afirmando que os médicos do Brasil tinham apenas uma condenação, por erros ou infrações, da ordem de 0,3%. Considerou que, apesar dessa pequena percentagem, os médicos são denunciados e passam por processos de investigação pelos seus Conselhos. Eu gostaria de fazer um reparo: o jornal não foi negativo em sua análise, mas, sem dúvida alguma, deixou uma dívida com os próprios médicos brasileiros, porque, embora haja apenas 0,3% de condenação, há milhares de denúncias julgadas pelos conselhos regionais, e, lamentavelmente, outras categorias profissionais têm dívida efetiva no julgamento e na investigação dos delitos praticados pelos seus profissionais, como, por exemplo, os advogados do Brasil. Gostaria de saber quantas Ordens de Advogados do Brasil têm pelo menos metade do número de processos julgados e investigados pelos Conselhos Regionais de Medicina.

Então, deixo isso como solidariedade à minha categoria, porque sei que mesmo que haja algum corporativismo, alguma tentativa de proteção excessiva, até pela motivação emocional que envolve esses profissionais, sem dúvida alguma é a categoria que mais tem investigado e tentado julgar precisamente os profissionais quando cometem falhas ou transgressões.

Aproveito a oportunidade para fazer uma homenagem, que julgo importante para toda a sociedade brasileira, ao deficiente visual, que tem ficado esque-

cido mas que, sem dúvida, merece uma reflexão mais clara da sociedade brasileira.

A deficiência visual é prioridade absoluta da Medicina e da política social de qualquer governo que se preze. Acredito ser fundamental debater esse problema e suas implicações discriminatórias no mercado de trabalho, bem como alertar para a necessidade de o Poder Executivo inaugurar, de imediato, planos de integração do deficiente visual no mercado de trabalho, além de promover programas oftalmológicos preventivos e corretivos em escala nacional.

Antes de qualquer coisa, julgo conveniente mergulharmos um pouco mais no espírito do medo e isolamento de que se reveste o universo do cego no mundo de hoje. Para tanto, nada mais apropriado que revisitar um pequeno trecho sobre o assunto, redigido pela pesquisadora brasileira Maria Lúcia Amiralian, que diz:

> No estudo em que, através de uma abordagem psicanalítica, procurei compreender a influência da cegueira na organização da personalidade, pude observar que a cegueira – tanto pela condição física, pela ausência da percepção visual, como pelos significados conscientes e inconscientes de que ser cego é ser diferente num mundo vidente – conduz a conflitos e sentimentos comuns. Seja a condição de cegueira sentida como uma incapacidade generalizada, seja dificultando suas relações afetivas, seja desencadeando sentimentos de inveja, ou desenvolvendo a capacidade de reparação e propiciando ricas introspeções, ela aparece sempre como elemento subjacente e central na história de vida dessas pessoas.

Diante dessa complexa e única experiência existencial de que se reveste a cegueira, vamos imaginar um país onde sua população incorpora um contingente enorme de cegos, ou quase cegos, desprovido de qualquer assistência ou proteção, seja do Estado, seja da sociedade. Pois é, assim tem sido a relação do Brasil com seus cegos.

Visando suavizar tamanho conflito, uma parceria entre a Associação Fluminense de Amparo aos Cegos (Afac) e a Superintendência de Trânsito Municipal do Rio de Janeiro (Sutram) foi recentemente selada, com o objetivo de humanizar o transporte coletivo para deficientes visuais da capital carioca. Mais concretamente, placas em braile estão sendo instaladas nos novos abrigos de ônibus. Além disso, até o final do ano, a Sutram pretende começar também a instalação de pisos de textura diversificada nas proximidades dos abrigos, para facilitar a orientação geográfica de cegos. De acordo com as palavras da pedagoga Ana Clara Souza, vice-presidente da Afac, medidas como essas restauram, em tempo, a cidadania dos portadores de deficiência visual.

Na mesma linha, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) anunciou, para este semestre, a distribuição de quatro mil livros didáticos em braile. Com os livros, crianças entre 6 e 14 anos que não enxergam poderão ler e identificar ilustrações nos mesmos livros didáticos adotados nas escolas públicas. Até o momento, livros similares somente eram acessíveis em escolas privadas especiais. Segundo o FNDE, os custos corresponderão a R$6 milhões ao ano. Apesar do alto valor, é importante frisar que um livro didático em braile possui, em média, um volume cinco vezes maior que o livro comum.

Na realidade, desde 99, a partir da assinatura do Decreto nº 3.298, que regulamenta a inserção dos portadores de deficiência física no mercado de trabalho, a consciência do Estado brasileiro parece ter sido despertada para o grave problema das minorias deficientes. A impressão que se tem é de que o eixo tradicional da política para o portador de deficiência se desloca de uma lógica eminentemente assistencialista para uma outra que privilegia a inserção produtiva no mercado de trabalho, propiciando emprego e renda.

Já naquela época, estimava-se que a taxa de desemprego entre os portadores de deficiência no Brasil era o dobro daquela verificada entre os trabalhadores não-deficientes. Por isso mesmo, de acordo com o Decreto, a empresa com mais de mil empregados fica obrigada a oferecer 5% de seus cargos aos beneficiários da Previdência Social reabilitados, ou à pessoa portadora de deficiência habilitada. Tal percentual de absorção cai à proporção que se reduz a escala de empregados na empresa. Ademais, pelo decreto, caracteriza-se o deficiente visual como aquele cuja acuidade de visão seja igual ou menor que 20/200 no melhor olho, mesmo após os corretivos, como óculos e lentes de contato.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) calcula que cerca de 10% da força ativa de trabalho é formada por portadores de algum tipo de deficiência visual. No Brasil, isso se traduz numericamente na faixa aproximada dos 16 milhões de deficientes potencialmente capacitados ao trabalho. Sem receio, a Organização Mundial de Saúde julga que o avanço tecnológico e a informatização se enquadram como indispensáveis aliados na adaptação do deficiente ao trabalho.

Não acidentalmente, o Balcão de Empregos para Deficientes, no Rio de Janeiro, registra as funções auxiliares nas áreas de **telemarketing**, administração, conservação e manutenção de patrimônio como o conjunto preferencial de ocupações reservadas aos deficientes visuais. No entanto, ressalva que ainda é absolutamente insignificante a incidência de portadores de deficiência visual ocupando posições de chefia ou de maior prestígio.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, depois da degeneração macular, as três maiores causas de cegueira em adultos são diabetes, glaucoma e catarata. Metade dos 13 milhões de brasileiros que sofrem de diabetes tem risco de desenvolver retinopatia diabética, alteração dos vasos da retina que provoca hemorragias, descolamento da retina e cegueira irreversível. Mais grave ainda, segundo o Conselho Brasileiro de Oftalmologia (COB), o Brasil abriga o contingente, nada desprezível, de 2,9 milhões de pessoas acima de 65 anos que sofrem do mal da degeneração senil da mácula.

Quanto mais cedo for diagnosticado o problema, maiores as chances de cura. Tanto é assim que o próprio Colégio Brasileiro de Oftalmologia adverte que, enquanto 0,3% dos habitantes de países ricos e com bons serviços de saúde pública ficam cegos, nos países pobres a ocorrência de cegueira chega a 1,2% da população. Em outras palavras, as chances da incidência da cegueira sobre o indivíduo do Terceiro Mundo é quadruplicada em relação aos países de Primeiro Mundo. Isso se explica, evidentemente, pelas condições precárias nas quais o conceito e a prática da saúde pública se desenvolvem nas regiões mais pobres do Planeta. Nessa ótica, a desinformação constitui um dos fatores de maior entrave à boa visão do brasileiro. Mesmo para quem tem um padrão de vida elevado, a qualidade e a quantidade das informações a respeito do que deve ser feito para manter uma boa visão em funcionamento ainda são muito baixas.

Numa perspectiva mais profilática, o Hospital das Clínicas, em São Paulo, promoveu, no final de julho, uma campanha de prevenção extremamente eficiente, denominada Campanha de Catarata e Retinopatia Diabética. Com o objetivo de limitar o número de cegos na população paulistana de menor poder aquisitivo, o Hospital das Clínicas identifica entre as pessoas que se apresentam aquelas que carregam os sintomas da doença e, imediatamente, marca a cirurgia apropriada.

Em Ribeirão Preto, cidade paulistana administrada pelo Partido dos Trabalhadores, os cegos dispõem de uma audioteca de 270 fitas cassete, sobre cujo processo de gravação se ressalva, no entanto, seu aspecto ainda amador. Apesar disso, montada pela Associação dos Deficientes Visuais da cidade, conta, atualmente, com um estúdio de gravação para fazer o trabalho de maneira mais profissional e com melhor qualidade. É muito provável que, por iniciativas dessa natureza, a auto-estima do portador de deficiência visual seja, em certa medida, resgatada da desolação em que geralmente se vê mergulhada.

Para concluir, não há como evitar um apelo radical pela redução drástica dos índices que aferem a deficiência visual no Brasil. Como é de conhecimento de todos, muitos dos casos poderiam ser revertidos se os serviços de saúde públicos garantissem os meios necessários para um diagnóstico e um tratamento eficientes. Decorrente principalmente da falta de prevenção ou de tratamento inadequado, o alto número de casos registrados exige uma contrapartida do Governo, que deve ser refletida na forma de incentivos fiscais ou legais, direcionados para maior inserção dos deficientes visuais no mercado de trabalho e na sociedade brasileira como um todo.

Acredito, Sr. Presidente, que os gestos têm sido apresentados pelos setores organizados da sociedade. O Ministério da Saúde – é bom que se diga – tem defendido e aplicado, em termos objetivos, um mutirão chamado Mutirão da Catarata, que atinge vários Estados do Brasil, a partir dos centros de referência em atividades de tratamento de doenças da visão, e muitos Estados têm desenvolvido ações nesse sentido.

No meu Estado, o Acre, temo-nos afirmado, enquanto governo, com um programa de interiorização da presença do especialista, que detecta precocemente as doenças que levam à deficiência visual mais grave, tentando tratá-las. Temos também, no campo preventivo da inclusão social dos portadores de deficiência visual, o orgulho de dizer que, em nosso Estado, numa escola pequena que alberga apenas vinte e sete portadores de deficiência visual, já fizemos um investimento da ordem de R$100 mil. O resultado é que temos uma escola das mais admiráveis da Região Norte, com computadores, com **softwares** próprios para cegos, lupas, leitores ópticos, espaço de lazer bem apropriado para pessoas com deficiência visual, a possibilidade de inclusão no aprendizado permanente e continuado e um ambiente que se insere, juntamente com os indicadores da dignidade humana, dentro do conceito de saúde pública na Região Norte.

Ainda no primeiro ano do exercício do meu mandato, pude apresentar, pela primeira vez na história do Senado Federal e do Congresso Nacional, a tradu-

ção em Braille de um pronunciamento abordando já esse tema, feito de maneira muito profissional e elevada pela Gráfica do Senado Federal.

Por sua vez, a Senadora Heloísa Helena apresentou também projeto dessa natureza, garantindo um acesso melhor aos portadores de deficiência visual no Brasil.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Tião Viana, o Sr. Carlos Patrocínio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges.

S. Exª dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho à tribuna do Senado Federal para efetuar um dos mais importantes registros que a humanidade pode apreciar: a avaliação de como está a situação mundial da infância, no momento em que completamos pouco mais de uma década de trabalhos, desde a realização da Cúpula Mundial da Infância, em 1990.

Avanços no mundo e no Brasil são estatisticamente positivos e devem servir de estímulo a todos os homens públicos para a continuidade e intensificação de todas as ações que objetivem a dignidade e a melhoria da qualidade de vida para as crianças, as herdeiras do nosso Brasil e de nosso planeta como um todo.

São sábias as palavras do Secretário-Geral da ONU, Dr. Kofi Annan, recém-laureado com o Prêmio Nobel da Paz, no relatório sobre a situação mundial da infância, publicado pelo UNICEF:

> Toda criança deve ser livre para crescer com saúde, paz e dignidade, e não há atribuição mais sagrada do que o nosso dever de proteger os direitos da criança.

Questões como a mortalidade, a escolaridade, a violência doméstica, o trabalho infantil e o desamparo que leva crianças às ruas, entre outras, devem ser objeto de nossa especial atenção, pois os indicadores nacionais, mesmo apresentando notáveis progressos na década finda, ainda se encontram distantes dos padrões do Primeiro Mundo, que consideramos como a meta digna para a infância brasileira.

A mortalidade infantil até cinco anos é o mais clássico dos indicadores relativos à infância, e sua análise é sempre relevante. O índice mundial, que era de 94 mortes por mil nascidos vivos em 1990, foi reduzido a 81 mortes por mil nascidos vivos em 2000, com uma redução de 14%. No Brasil, o índice era de 62 mortes, em 1990, e baixou para 40 mortes, em 2000, numa redução de 35%, significativa e superior à meta de 33%, estabelecida pelo Unicef para a década passada, mas ainda distante do indicador correspondente nos países do Primeiro Mundo, que é de apenas seis mortes, até os cinco anos, para cada mil crianças nascidas vivas.

No entanto, não podemos deixar de elogiar o esforço nacional em relação à mortalidade infantil, que redundou na salvação de mais de um milhão e meio de crianças na última década. Nesse sentido, não poderia deixar de registrar a intensa e conseqüente atuação da Pastoral da Criança, organização não-governamental que representa o principal braço operacional da atuação do Unicef no Brasil, cujo trabalho incansável permitiu, inclusive, a sua indicação para o Prêmio Nobel da Paz.

Ainda no contexto da saúde pré-natal e neonatal, é importante consignar que a mortalidade materna no mundo reduziu-se à metade na década passada, baixando de 420 para 210 mortes por grupo de cem mil nascidos vivos. No Brasil, esse índice está em torno de 160 mortes, abaixo da média mundial, mas distante das apenas 55 mortes verificadas nos países desenvolvidos.

A redução da incidência de moléstias infantis também apresentou resultados altamente promissores na década finda, como a erradicação da poliomielite e do tétano neonatal em centenas de países, entre os quais o Brasil. A cobertura de vacinação atingiu um índice superior a 70% das crianças de todo o mundo, enquanto, no Brasil, o percentual de 84%, em 1990, elevou-se a mais de 95%, em 2000, na média das principais vacinas requeridas na infância.

A mortalidade infantil por diarréia e infecções respiratórias agudas decresceu em 50% e 33%, respectivamente, no mundo, enquanto, no Brasil, as reduções superaram os 60%, em ambos os casos.

A subnutrição, moderada ou severa, reduziu-se, em todo o mundo, a apenas 10% das crianças entre zero e cinco anos, tendo alcançado um índice de 7% em nosso País, contra 11% em 1990.

Cabe notar que, nos países subdesenvolvidos, a subnutrição não apresenta índices com significação estatística, por serem praticamente iguais a zero.

O aleitamento materno exclusivo até os três meses atingiu, no mundo, um índice de 46%, em 2000, contra 39%, em 1990. No Brasil, o indicador atingiu apenas 40%, mas é importante notar que era de apenas 25%, em 1995, o que demonstra uma taxa de crescimento significativa, que tende a elevar o índice a cerca de 70%, na década que se inicia.

Relevante, também, a medição do consumo de sal iodado, responsável pela redução das dificuldades de aprendizado, cujo indicador passou, em nível mundial, de 20%, em 1990, para 72%, em 2000, tendo o Brasil atingido a altíssima marca de 95%, comparável à dos países desenvolvidos.

Sr. Presidente, em relação à questão do aprendizado, a década de 90 apresentou resultados significativos na cobertura de matrículas para as crianças em idade escolar, de 7 a 14 anos, saltando de 70%, em 1990, para 82%, em todo o mundo. No Brasil, o percentual de matriculados nessa faixa etária atingiu a marca de 96%, o que é altamente positivo e comparável aos melhores indicadores do Primeiro Mundo.

No entanto, a evasão escolar, pelas mais variadas razões, reduz a matrícula no segundo grau para apenas 36%, afastando o Brasil da categoria dos países que efetivamente proporcionam condições para a continuidade do estudo a seus jovens.

Contribuindo para tal contexto, começam a aparecer as mazelas a que já me referi, como a violência familiar, o trabalho infantil e a fuga do ambiente familiar, gerando os meninos e meninas de rua. Sobre esses cenários, não dispomos de estatísticas tão confiáveis como as que apresentei, mas salta aos olhos a intensa relação entre esses temas e questões estruturais da sociedade brasileira e mundial, como a pobreza, incluída a miséria absoluta, a má distribuição das riquezas, a carência de condições básicas de saneamento, habitação e postos de trabalho e, em muitos casos, a falta de vontade política dos dirigentes para combater essas reais e sérias deficiências sociais.

No caso brasileiro, fica o alerta e o firme chamamento à realidade de que não figuramos na parte nobre das estatísticas sobre a infância e de que há, ainda, um longo caminho a percorrer, principalmente nas regiões menos favorecidas, em que os indicadores são muito inferiores à média nacional.

Nossas metas devem ser as mesmas do Unicef: reduzir a mortalidade infantil e materna, diminuir a subnutrição infantil, universalizar o acesso à água potável e ao saneamento básico e proteger a criança em todas as circunstâncias.

Srªs e Srs. Senadores, concluo meu discurso citando as palavras da Drª Carol Bellamy, Diretora Executiva do Unicef, que são uma convocação a todos para uma luta fraterna em prol da infância no mundo:

> Garantir os direitos e o bem-estar da criança é a solução para assegurar o desenvolvimento de um país, a paz e a segurança mundiais. Assumir essa responsabilidade, total e firmemente, a qualquer custo, é a essência da boa liderança. Chefes de Estado e Governo são os maiores responsáveis, mas o comprometimento e as ações da sociedade civil também são necessários. O investimento na infância é, simplesmente, o melhor investimento que uma sociedade pode fazer.

Antes das crianças, façamos uma homenagem especial às mulheres, pela sua ascensão e pela sua importância na estrutura social da nossa sociedade. Cuidar bem das mulheres, estruturá-las, dando-lhes acesso à boa educação, propiciará, com certeza, a geração de crianças fortes e mentalmente sadias, que construirão um mundo solidificado na paz, no trabalho e na eficiência humana.

Portanto, antes de minhas homenagens às organizações internacionais e nacionais que se mobilizam em prol da infância e da adolescência, estendo meu fraternal abraço a todas as mulheres brasileiras e do mundo, pois são elas que geram e que devem ser fortalecidas na condição de ser que estrutura, com amor, a boa família, além de conduzirem seus maridos pelo caminho da retidão, da paz e da fraternidade.

Finalizando, agradeço a todos que, nesta manhã de sexta-feira, escutam a voz do Amapá da tribuna do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão; Srs. Senadores Nabor Júnior e Gilvam Borges, ouvimos hoje a voz do Norte do País, por meio do Senador Tião Viana, do Acre; e, agora, do Amapá, pelo Senador Gilvam Borges. Há ainda o Presidente da Casa, que é do Maranhão. Podemos o Norte e o Nordeste tomar conta do Brasil, pelo menos aqui no Senado.

Infelizmente, o que venho dizer aqui não é muito bom para o Brasil, pelo menos não para o meu Estado. Não tenho por hábito assustar-me com pesquisas, números ou outros indicadores estatísticos de determinada realidade social. Eles são instrumentos de trabalho, ajudam a perceber e a facilitar a análise dos fatos e da própria sociedade; orientam-nos para elaboração de políticas públicas, sobretudo quando se buscam soluções para os nossos graves problemas. Algumas estatísticas até devem ser olhadas com cuidado, pois, muitas vezes, mais escondem e distorcem do que esclarecem.

Um trabalho, entretanto, publicado na última edição da revista **Veja,** chamou a minha atenção e, confesso, assustou-me. Não por demonstrar o quadro de violência no Brasil verdade conhecida por todos, pois vivenciada no nosso quotidiano , mas porque a cidade do Recife é catalogada como a capital brasileira mais perigosa para se viver. E isso é recorrente. Em todos os levantamentos, sempre e infelizmente, Recife e Pernambuco situam-se entre as cidades detentoras dos piores indicadores de violência. Essa triste realidade é sumamente grave e não pode ser desconsiderada por ninguém, muito menos pelo Governo estadual.

Elaborado pelo estatístico paulista Paulo Guimarães, do Instituto de Pesquisa GPP, o trabalho em questão recorre a uma nova metodologia e busca compreender qual o nível real de exposição de uma família de quatro pessoas à violência em 13 capitais brasileiras. E os resultados, para a nossa cidade, são impressionantes: nela haveria uma possibilidade em cinco de alguém de uma família com quatro pessoas ser morto por um tiro. Logo em seguida, viriam Vitória (uma possibilidade em seis), Rio de Janeiro (uma em nove), Salvador (uma em 11), Campo Grande (uma em 12), São Paulo e Brasília (uma em 14), Porto Alegre (uma em 16), Belo Horizonte (uma em 20), Curitiba (uma em 25), Fortaleza (uma em 33). Florianópolis seria a cidade mais "tranqüila", se pudermos usar essa terminologia, pois apresentaria uma relação bem distante da verificada em Recife: uma em 50.

Tais conclusões, pelo menos a partir de uma leitura mais superficial, embora possam ser contestadas em virtude da metodologia adotada, parecem não ficar muito distantes dos números coligidos pela Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. Conforme divulgaram jornais do nosso Estado no último final de semana prolongado, foram assassinadas 30 pessoas na chamada Região do Grande Recife, sendo que 21 na capital e no município do Cabo de Santo Agostinho.

A base geradora da violência no Brasil e em Pernambuco é complexa, vem sendo construída há vários anos e se alimenta, primordialmente, dos graves desequilíbrios sociais, da miséria e, fato relevante, inclusive em nível universal, do esvaziamento de uma agenda onde a afirmação de valores é desprezada e o respeito fraterno e solidário entre os seres humanos se desagrega a cada dia que passa. Se as atuais instâncias da administração pública não podem ser consideradas culpadas, embora também sejam responsáveis, elas estão obrigadas em nome da sociedade a entender a violência como uma questão muito grave e que deve ser combatida com todos os meios democráticos disponíveis. E isto exige concentração de recursos – financeiros, humanos e materiais. É inimaginável adotar a postura de que somente o desenvolvimento, em longo prazo, pode superar a violência, até porque isso tem uma vertente meio liberal.

O combate à violência tem tudo a ver com o desenvolvimento. Mas, também depende da competência dos governos, de políticas públicas de segurança, de articulação política envolvendo partidos e todos os segmentos da sociedade. A segurança não pode se transformar em palanque ou palavra de ordem para fazer fluir a demagogia. Deve ser encarada com responsabilidade por todos e, em especial, pelos governos e partidos de oposição que, como nós, pretendemos ser Governo.

Pernambuco vive, nos dias atuais, um momento delicadíssimo em relação ao tema violência. Nós, da Oposição, devemos ser contundentes na denúncia e na exigência de medidas que visem, pelo menos, diminuir a insegurança da cidadania. E isso temos feito.

O PPS vai além. Por privilegiar o diálogo, e mesmo na Oposição não se furtar ao debate e buscar alternativas, entendeu – ao longo e ao largo das ambigüidades governamentais nas questões relativas à segurança pública e no trato com as Polícias Civil e Militar – como positiva a criação pelo Governador Jarbas Vasconcelos do Conselho de Defesa do Cidadão, que tenta buscar aquilo que me parece fundamental: a participação da sociedade no combate à violência, inclusive, participação da sociedade no próprio Conselho de Defesa, aberto, pluralista, inclusive com representantes da Oposição. Afinal, não vamos resolver o problema da violência recorrendo-se tão-somente ao aparato policial como clamam algumas vozes. E muito menos com militarismo, esta nova e incongruente descoberta do conservadorismo. Desnecessário dizer, Forças Armadas cuidam da soberania do País e não do crime e da bandidagem.

O Conselho, em que pese as suas potencialidades, já deveria ter dado respostas, ainda que parciais, aos problemas relativos à violência em nosso Estado. Não me parece acertada a posição de aguardar todo um longo estudo só para depois propor ações.

Sabe-se que o desarmamento não acaba com a violência, mas inúmeros estudos, pesquisas e dados estatísticos indicam que uma população desarmada comete muitos menos crimes. A posse de armas por uma população revela, no cotidiano, verdadeiras tragédias: os chamados acidentes domésticos, inclusive com crianças, e os homicídios por motivo fútil como, por exemplo, a raiva incontida no trânsito, a briga besta de bêbado de bar, dentre outras modalidades. Da minha parte, como sempre defendi no Congresso, sou a favor da proibição de vendas de armas no País, acabando, inclusive, com o conceito de porte legal. Teriam direito ao uso de armas apenas as Forças Armadas e corpos policiais específicos defendidos por lei.

Enquanto essa proibição geral não vem, e a resistência a ela é muito grande, independentemente de partidos e ideologias, nessa matéria a Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, que institui o Sistema Nacional de Armas, já permite ao Estado ações eficazes. Todo cidadão conduzindo armas sem o porte legal pode ser duramente enquadrado no rigor da lei – art. 10, parágrafos e incisos –, que determina como penalidade a detenção de um a dois anos e multa. A pena seria aumentada da metade se o crime vier a ser praticado por servidor público. Interessante toda sociedade brasileira saber que já existe essa lei. Não precisa nem esperarmos o desarmamento da sociedade. Ela já pode ser desarmada, em grande parte, se for aplicada com rigor esta lei que institui esse Sistema Nacional de Armas.

Todas as formas de lutas para combater a violência são válidas. Entre elas a recente campanha "Desarme-se!", que está ocorrendo no Recife, patrocinada pelo Conselho de Defesa do Cidadão. Entretanto, – e aqui me dirijo diretamente ao Governador Jarbas Vasconcelos – não basta pedir a paz – desarme-se! É preciso também agir para obtê-la. Vamos desarmar. Nesse sentido, permita-me fazer uma proposta concreta – aliás, já fiz, inclusive num programa de rádio, quando estávamos discutindo a instalação desse Conselho de Defesa do Cidadão, do radialista Geraldo Freire, quando propus que a primeira medida desse conselho fosse a aplicação imediata dessa lei. É isso que venho aqui propor de forma concreta, já passado muito tempo, mas ainda é tempo de adotar.

Sr. Governador:

1) decrete de imediato suspensão da concessão de novo porte de arma de fogo e determine a obrigatoriedade de renovação das já concedidas – fazer um novo cadastro; 2) denuncie todos os convênios celebrados por Pernambuco com outros Estados de recíproca validade de porte de armas de fogo – portanto, não haverá porte estadual de armas de fogo ou de qualquer outro Estado no Estado de Pernambuco; isso alguns Estados já fazem, inclusive o Ceará, cujo índice de violência, bem melhor que o de Recife, talvez se deva em parte, por que não?, a essa proibição de trânsito livre, sem nenhum cerceamento, do porte de arma. E, por último, 3) defina, como uma primeira etapa, o Grande Recife como área de exclusão de todo o tipo de armas e por meio de barreiras e vistorias policiais permanentes aplique com rigor a lei que institui o Sistema Nacional de Armas.

Aos críticos apressados e pretensos defensores da liberdade do uso de armas sem cerceamento recorro à história, recente nossa, e lembro da medida adotada à época do último Governo Miguel Arraes, que promoveu intervenção policial de desarmamento na Zona da Mata Sul pernambucana, então naquela oportunidade detendo altos índices de criminalidade – próximo inclusive à divisa do Estado de Alagoas, Zona da Mata Sul, Água Preta, próxima à região norte do Estado de Alagoas. A operação foi um sucesso, baixando o índice de criminalidade de uma forma que, inclusive, causou espanto, pena que em virtude de pressões de interesses escusos não tenha tido continuidade.

Dizemos que não estamos propondo a transformação do Estado democrático em Estado policial. Faço essa advertência porque, no mundo, hoje, por exemplo, há um risco muito grande de transformarmos o mundo num grande Estado policial. Por essa questão do terrorismo, alguma coisa de criação até meio artificial de pânico – esse problema do Antraz precisa ser um pouco relativizado, devemos ter cuidado porque senão, daqui a pouco, é um pânico generalizado com a idéia da guerra bacteriológica – mas, em função da uma realidade de um insensato ataque sofrido pelos Estados Unidos do terrorismo internacional, temos um problema em que se tenta limitar liberdades individuais, liberdades da cidadania no combate ao terrorismo. Não sei se isso é necessário. Por exemplo, lembrar que os comunistas italianos, junto ao governo daquele país, tiveram um papel decisivo no combate às brigadas vermelhas, que também enveredaram pelo terrorismo político. Sem nenhuma limitação à liberdade do povo italiano, eles conseguiu-

ram deter essa escalada. São importantes exemplos como esses para não cairmos um pouco nessa idéia do conservadorismo, do fascismo que, neste momento, gosta de pescar muito em águas turvas. É necessário termos essa preocupação.

Não estamos propondo a transformação de Pernambuco em nenhum Estado policial. A nossa proposta deriva de uma concepção humanista. Queremos, apenas, que a legalidade democrática prevaleça e os instrumentos de sua afirmação sejam colocados em prática.

Que se aplique a lei. Já existe uma lei, que é democrática, votada pelo Congresso Nacional, que institui o Sistema Nacional de Armas. A lei é dura, rigorosa na questão do porte de armas de fogo. Essa lei é a favor da vida e contra a morte.

Durante o discurso do Sr. Roberto Freire, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges) – Senador Roberto Freire, a Mesa associa-se às preocupações de V. Exª em relação a este tema: violência. E considerando a importância do pronunciamento e as considerações de V. Exª, solicito à Secretaria da Mesa que encaminhe o seu pronunciamento ao Ministro da Justiça e ao Presidente da República.

Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior.

S. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Congresso Nacional está se preparando para exercer uma de suas atribuições mais importantes, de grande alcance econômico e social para o nosso País: a discussão e a votação do Orçamento-Geral da União para o exercício de 2002.

A Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, ora sob a Presidência do Senador Carlos Bezerra, já estabeleceu um cronograma para pronunciar-se a respeito da proposta original, encaminhada pelo Poder Executivo, sobre a Lei de Meios para o ano de 2002. Já foi aprovado, inclusive, o parecer prévio do Relator – no decorrer desta semana – e, agora, abriu-se o prazo para recebimento de emendas parlamentares, individuais e coletivas, quer de bancada, de comissões ou de região.

Cada Senador, cada Deputado Federal, já está entregue à tarefa de estabelecer seus critérios e prioridades, além de reunir-se com a respectiva bancada, para definir a apresentação das chamadas emendas parlamentares, que normalmente objetivam alocar recursos no Orçamento da União para os respectivos Estados e Municípios.

Foi o que ocorreu com a Bancada do Acre, nas últimas quarta e quinta-feiras, quando seus oito Deputados Federais e três Senadores se reuniram, com a presença do Governador Jorge Viana, de 21 prefeitos dos 22 Municípios, contando, ainda, com a honrosa participação do Tribunal de Justiça do nosso Estado. Juntos, discutimos a elaboração das 15 emendas coletivas de bancada, que iremos encaminhar à apreciação da Comissão de Orçamento no decorrer da próxima semana, já que o prazo fixado para sua entrega expira no próximo dia 26.

Permitam-me V. Exªs., Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a satisfação de registrar nos anais minha designação, pelos demais Congressistas acreanos, para as honrosas funções de Coordenador da nossa Bancada no decorrer do próximo ano. Cumpriu-se, assim, o rodízio habitual, na renovação da coordenadoria da Bancada: no ano anterior, foi a Senadora Marina Silva; agora, coube a mim a missão.

Quero dizer, também, que as discussões se travaram em um clima de muita compreensão, tendo havido, em alguns momentos, a suspensão dos trabalhos para negociações, já que o assunto envolvia interesses do Estado e dos Municípios. Mas, afinal de contas, chegamos a uma proposta final, sob o aplauso de todos os presentes, destinando oito emendas coletivas de bancada para o Estado, para serem executadas pela equipe do Governador, sendo uma delas específica para a construção da nova sede do Tribunal de Justiça do Estado e dos prédios do Judiciário em várias cidades do interior – o que vem sanar uma grave lacuna, pois há localidades onde a Justiça não está implantada por falta de condições físicas para fazê-lo.

As sete emendas restantes foram consignadas aos Municípios do Estado. Os recursos de duas delas serão destinados à Prefeitura Municipal de Rio Branco, capital, que representa 50% da comunidade acreana; uma outra emenda será destinada a Cruzeiro do Sul, que é o segundo Município mais populoso do Estado; e as emendas restantes serão distribuídas entre os outros 20 Municípios, levando-se em consideração a densidade populacional de cada um deles.

Portanto, no que depender dos parlamentares acreanos, todos os prefeitos receberão recursos da União no próximo ano, ressalvados eventuais obstáculos opostos pelo Governo Federal, na execução do orçamento – coisas como o que está ocorrendo hoje, quando as emendas coletivas de bancada do corrente exercício ainda não foram liberadas. Só estão sain-

ram deter essa escalada. São importantes exemplos como esses para não cairmos um pouco nessa idéia do conservadorismo, do fascismo que, neste momento, gosta de pescar muito em águas turvas. É necessário termos essa preocupação.

Não estamos propondo a transformação de Pernambuco em nenhum Estado policial. A nossa proposta deriva de uma concepção humanista. Queremos, apenas, que a legalidade democrática prevaleça e os instrumentos de sua afirmação sejam colocados em prática.

Que se aplique a lei. Já existe uma lei, que é democrática, votada pelo Congresso Nacional, que institui o Sistema Nacional de Armas. A lei é dura, rigorosa na questão do porte de armas de fogo. Essa lei é a favor da vida e contra a morte.

Durante o discurso do Sr. Roberto Freire, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges) – Senador Roberto Freire, a Mesa associa-se às preocupações de V. Exª em relação a este tema: violência. E considerando a importância do pronunciamento e as considerações de V. Exª, solicito à Secretaria da Mesa que encaminhe o seu pronunciamento ao Ministro da Justiça e ao Presidente da República.

Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior.

S. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Congresso Nacional está se preparando para exercer uma de suas atribuições mais importantes, de grande alcance econômico e social para o nosso País: a discussão e a votação do Orçamento-Geral da União para o exercício de 2002.

A Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, ora sob a Presidência do Senador Carlos Bezerra, já estabeleceu um cronograma para pronunciar-se a respeito da proposta original, encaminhada pelo Poder Executivo, sobre a Lei de Meios para o ano de 2002. Já foi aprovado, inclusive, o parecer prévio do Relator – no decorrer desta semana – e, agora, abriu-se o prazo para recebimento de emendas parlamentares, individuais e coletivas, quer de bancada, de comissões ou de região.

Cada Senador, cada Deputado Federal, já está entregue à tarefa de estabelecer seus critérios e prioridades, além de reunir-se com a respectiva bancada, para definir a apresentação das chamadas emendas parlamentares, que normalmente objetivam alocar recursos no Orçamento da União para os respectivos Estados e Municípios.

Foi o que ocorreu com a Bancada do Acre, nas últimas quarta e quinta-feiras, quando seus oito Deputados Federais e três Senadores se reuniram, com a presença do Governador Jorge Viana, de 21 prefeitos dos 22 Municípios, contando, ainda, com a honrosa participação do Tribunal de Justiça do nosso Estado. Juntos, discutimos a elaboração das 15 emendas coletivas de bancada, que iremos encaminhar à apreciação da Comissão de Orçamento no decorrer da próxima semana, já que o prazo fixado para sua entrega expira no próximo dia 26.

Permitam-me V. Exªs., Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a satisfação de registrar nos anais minha designação, pelos demais Congressistas acreanos, para as honrosas funções de Coordenador da nossa Bancada no decorrer do próximo ano. Cumpriu-se, assim, o rodízio habitual, na renovação da coordenadoria da Bancada: no ano anterior, foi a Senadora Marina Silva; agora, coube a mim a missão.

Quero dizer, também, que as discussões se travaram em um clima de muita compreensão, tendo havido, em alguns momentos, a suspensão dos trabalhos para negociações, já que o assunto envolvia interesses do Estado e dos Municípios. Mas, afinal de contas, chegamos a uma proposta final, sob o aplauso de todos os presentes, destinando oito emendas coletivas de bancada para o Estado, para serem executadas pela equipe do Governador, sendo uma delas específica para a construção da nova sede do Tribunal de Justiça do Estado e dos prédios do Judiciário em várias cidades do interior – o que vem sanar uma grave lacuna, pois há localidades onde a Justiça não está implantada por falta de condições físicas para fazê-lo.

As sete emendas restantes foram consignadas aos Municípios do Estado. Os recursos de duas delas serão destinados à Prefeitura Municipal de Rio Branco, capital, que representa 50% da comunidade acreana; uma outra emenda será destinada a Cruzeiro do Sul, que é o segundo Município mais populoso do Estado; e as emendas restantes serão distribuídas entre os outros 20 Municípios, levando-se em consideração a densidade populacional de cada um deles.

Portanto, no que depender dos parlamentares acreanos, todos os prefeitos receberão recursos da União no próximo ano, ressalvados eventuais obstáculos opostos pelo Governo Federal, na execução do orçamento – coisas como o que está ocorrendo hoje, quando as emendas coletivas de bancada do corrente exercício ainda não foram liberadas. Só estão sain-

do as emendas individuais dos parlamentares, mas não as de bancada.

Mas, não havendo dificuldade superveniente, os prefeitos dos 22 Municípios do Estado do Acre vão contar com recursos transferidos da União para execução de obras de infra-estrutura: saneamento básico, recuperação de escolas, pavimentação de ruas, ampliação da rede de água, implantação da rede de esgoto, abertura de estradas vicinais, etc.

Quero, então, ressaltar, Sr. Presidente, a importância desse trabalho dos parlamentares, que, muitas vezes, atravessa as noites, primeiro nas reuniões das bancadas e, depois, quando as emendas ali elaboradas começam a tramitar na Comissão de Orçamento. É quando começa a grande batalha para a aprovação dessas emendas, com a árdua disputa entre parlamentares, cada um visando carrear uma quantidade maior de recursos para o seu Estado. É o que acontece todo ano, e estamos entrando nessa fase.

Historicamente essa é a principal atribuição dos Congressos: prever as receitas e estabelecer as despesas da administração pública, todos lutando para assegurar aos respectivos Estados e Municípios os recursos para investimento, já que os mesmos não dispõem de receita suficiente para isso. No Acre, por exemplo, existem Municípios, localizados em faixa de fronteira – e que foram recentemente guindados à esta condição, porque antes eram distritos de outros Municípios – onde as prefeituras praticamente não arrecadam nada. Sua população é tão carente que não paga, sequer, IPTU; o comércio não paga imposto sobre serviços e nem paga o ICMS, por absoluta falta de condições para isso.

Essas comunidades, às vezes, têm oitenta, cem residências, mas, como ficam em faixa de fronteira, são essenciais à preservação da integridade nacional naquelas regiões, como temos, por exemplo, Santa Rosa do Purus, Município que fica na fronteira com o Peru; como temos Marechal Thaumaturgo, no Alto Juruá, também na fronteira com o Peru; como temos, também, em situação semelhante, o Município do Jordão, no alto do rio Tarauacá.

São Municípios pequenos, cujos Prefeitos não têm, evidentemente, condições de atender às demandas da população, em torno de serviços e obras públicas.

Por essa razão, as emendas, que os Parlamentares apresentam nesta fase do ano legislativo, têm uma importância capital para os Estados e Municípios. Pode até dar muito trabalho, mas, ao fim, nas reuniões das Bancadas sempre se chega a um consenso de sua elaboração. E, então, trava-se uma verdadeira batalha na Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Gestão, para que os recursos sejam assegurados aos Estados e Municípios.

Depois do Plenário do Congresso Nacional aprovar o Orçamento da União, vem a outra luta – e essa é mais difícil: a liberação dos recursos por parte da Governo Federal.

Então, estamos travando agora esta segunda batalha, que é tentar, junto as autoridades econômicas e monetárias do País, a liberação desses recursos provenientes das emendas, do orçamento de 2001, de Bancada para o Estado do Acre e para os Municípios.

Quero aqui também me reportar à Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2000, de autoria do Senador José Alencar e outros Srs. Senadores. Subscrita inclusive por mim, ela insere dispositivo na Constituição Federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas parlamentares, porque, no momento, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Orçamento da União é apenas autorizativo. Essas emendas, aprovadas com tanta dificuldade, são apenas autorizativas; não existe obrigatoriedade por parte da União na liberação desses recursos.

Portanto, a emenda do Senador José Alencar procura estabelecer critérios, como preconiza o seu art. 1º, para que as a concretização das emendas passe a ser obrigatória e não mais autorizativa.

Diz a emenda:

> "Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:
>
> Art. 166. A programação constante da lei orçamentária anual, decorrente de emendas de parlamentares, é de execução obrigatória.
>
> § 1º As dotações decorrentes de emendas parlamentares serão identificadas na lei orçamentária anual
>
> § 2º São vedados o cancelamento ou contingenciamento, total ou parcial, por parte do Poder Executivo, de dotação constante da lei orçamentária anual, decorrentes de emendas parlamentares.
>
> § 3º A não execução da programação orçamentária decorrente de emendas de parlamentares implica crime de responsabilidade de que trata o art. 85, VI, da Constituição Federal.

O art. 2º desta lei entra em vigor no primeiro dia útil do ano subseqüente à sua publicação."

Sr. Presidente, aproveito este meu pronunciamento para fazer um apelo à Casa, no sentido de que seja agilizada a tramitação da emenda do Senador José de Alencar, a fim de que tenhamos a garantia de uma conclusão satisfatória para nosso trabalho, nas três fases: na discussão com a Bancada, na defesa das emendas perante a Comissão de Orçamento e na liberação dos recursos; sem isso, todo o esforço será em vão, frustrando, também, a população, que acompanha, pelos jornais, a luta pelos recursos orçamentários. Às vezes, enveredamos pela noite, amanhecendo o dia na Comissão, como V. Exª participou várias vezes, Senador Gilvam Borges, e, depois, os recursos não são liberados. Cria-se expectativa, o prefeito elabora o projeto já visando à execução das obras, o Governo também – e caímos nessa dificuldade de liberar as verbas.

Estamos na segunda metade do mês de outubro, faltando dois meses e poucos dias para encerrar o ano de 2001, e praticamente as emendas coletivas de Bancada do exercício não foram liberadas.

Daqui a pouco chega o chamado "inverno" na Amazônia. V. Exª é da Região Norte, como eu, e sabe que não se trabalha em obras durante o período chuvoso, que se estende, no mínimo, de novembro até março do ano seguinte; são cinco meses, em que não se pode realizar absolutamente obra alguma, porque a intensidade das chuvas inviabiliza qualquer iniciativa nesse sentido.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Permite V. Exª um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Com muito prazer, concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Nobre Senador Nabor Júnior, pedi o aparte para registrar a importância do discurso de V. Exª, quando aborda uma questão fundamental que o Congresso brasileiro terá que apreciar neste ano, que é exatamente a transformação do orçamento autorizativo para orçamento impositivo. Melhoramos muito a confecção do Orçamento. A cada ano, o processo de confecção e elaboração do Orçamento Federal tem avançado. Mas ocorre o que V. Exª relata, ou seja, que há dois problemas na execução do Orçamento: o contingenciamento e algo que, na Amazônia, é muito mais significativo, qual seja a condição climática, a impossibilidade de execução de obras quando da liberação dos recursos em período não favorável à sua execução. Da mesma forma, no caso do crédito agrícola, os recursos devem ser disponibilizados para o plantio no momento do financiamento e não depois. Então, as colocações de V. Exª são importantes. Temos que lutar pela ampliação dessa emenda, pois o que deve ser impositivo não devem ser somente as emendas parlamentares, mas todas as dotações, inclusive as obras federais que efetivamente constem no Orçamento, tais como a recuperação de estradas e a construção de obras importantes de infra-estrutura. Já está passando da hora de esse tema ser analisado. Portanto, o Congresso, neste ano, deverá debruçar-se sobre essa questão. Quero parabenizá-lo, até porque V. Exª tem sido, na Comissão de Orçamento, uma presença forte, marcante, defendendo exatamente a liberação de recursos para o Estado do Acre e para os Estados mais pobres da Federação. Era esse o registro de reconhecimento e de aplauso que gostaria de fazer ao discurso de V. Exª.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Quero agradecer, Senador Romero Jucá, a contribuição valiosa que V. Exª empresta ao meu pronunciamento. Concordo inteiramente com as observações que V. Exª fez, de que não só as emendas parlamentares devem ser impositivas e não autorizativas, como devem ser também, por exemplo, os orçamentos dos Ministérios.

Neste ano de 2001, Sr. Presidente, o Ministério dos Transportes só teve liberados, pelos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, 10% de recursos para investimentos, só 10%! E V. Exª veja que o Brasil, com a sua dimensão continental, é um país dotado de uma extensa malha viária, talvez superior a trinta mil quilômetros de estradas de rodagem. A maioria delas não tem nem asfalto, e as pavimentadas estão em situação deplorável, quase intransitáveis. Então, do orçamento do Ministério dos Transportes este ano, que me parece que era superior a R$2 bilhões, só uma parcela de 10% foi executada – como pode o Ministério dos Transportes, nessas condições, resolver o terrível problema de recuperação das nossas rodovias?

Como podem os cidadãos exercerem seu direito, legítimo, de cobrar do Ministro Eliseu Padilha a abertura de concorrência para execução de novas obras, de recuperação das obras antigas, se os recursos correspondentes não chegam ao seu Ministério, mesmo expressamente previstos no Orçamento da União para 2001?

Admito a necessidade de entender que temos de ser realistas, nos difíceis tempos vividos pela economia do País. A meu ver, se é possível assegurar recursos para os Ministérios, para os Estados e os Municípios, a fim de que possam investir em obras, no

montante proposto no Orçamento, que se cumpra tal tarefa rigorosamente dentro das possibilidades da União. Se não é possível liberar tudo, que façam as reduções indispensáveis – mas garantindo a liberação. Isso é que deve ser feito.

Temos que trabalhar dentro de uma realidade, repito, para não criar expectativas, protestos, manifestações das comunidades frustradas, como os recentes bloqueios de estradas, em diversas regiões do Brasil, vistos pela televisão. E, falando agora mais diretamente das peculiaridades amazônicas, o período chuvoso deixa muitas estradas absolutamente intransitáveis, dificultando o abastecimento, já que o principal meio de transporte hoje no Brasil é o rodoviário, que vai de porta a porta.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Concedo o aparte ao Senador Casildo Maldaner, com muito prazer.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Nabor Júnior, eu vinha escutando o seu discurso pelo sistema de som, na esperança de chegar aqui a tempo de oferecer-lhe um aparte de solidariedade. O que existe, hoje, é um processo de elaboração do Orçamento que leva meses de discussões. Nesta semana mesmo, acorreram a Brasília vários Prefeitos – do meu Estado, vieram mais de cem Prefeitos –, e muitos deles ainda estão na Capital Federal. Vieram também Vereadores, lideranças de entidades representativas e de outros segmentos da sociedade, para saber, junto aos Parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sobre as emendas coletivas de Bancada, a fim de que seus Municípios, suas regiões, suas entidades sejam contempladas no Orçamento. São realizadas reuniões noite a dentro, estabelecendo-se limites, num esforço tremendo, conforme salientou V. Exª e alguns colegas que o apartearam. Depois, anuncia-se o resultado do que foi possível fazer, apesar de não ser o ideal. A imprensa registra o fato, a comunidade faz a festa, confiante de que, na concretização do Orçamento do ano seguinte, será cumprido o estabelecido. Com base nisso, planejam, fazem projetos por antecipação, anunciam às comunidades. Mas qual não será a surpresa quando, no ano seguinte, formos avisados de que houve um contingenciamento e de que não há previsão?! Aí vai tudo para uma vala comum. A alegação passa a ser a de que se trata de um Orçamento autorizativo e de que não há nada de compulsório. Como é que ficamos nessa situação? Como é que fica, por exemplo, a palavra de V. Exª, que foi Governador do Acre, que foi Deputado Federal, Senador por muito tempo, um homem sério? E sabemos que, às vezes, a palavra vale mais do que a escrita. Como fica o político perante a sua comunidade? Como pode o parlamentar responder às suas bases? Isso não é possível! Temos que ter um mínimo de responsabilidade no conjunto. O Ministério do Planejamento, quando elabora o Orçamento para o exercício seguinte, tem tempo para fazê-lo. Numa economia estabilizada, como a que estamos a viver – não há mais um índice de inflação de 30% a 40% ao mês –, em que não há casos de barbaridades enormes, como questões de seguro, urgência, catástrofes, não há por que deixar que os valores oscilem muito em relação à inflação. Caso contrário, não há planejamento, não se age com responsabilidade. Quando se estipula um limite, ainda com reserva de contingência, nós, no Congresso Nacional, fazemos uma ginástica enorme para procurar adaptar receita e despesa dentro desses limites. E não é possível que, depois, tudo dê errado. Entendo que deve haver um limite mínimo, dentro daquela elasticidade de 5%, 10% e até 20%, mas, fora disso, é falta de seriedade e de responsabilidade! Estabelece-se o limite, e vamos ter seriedade para, depois de tanta discussão, não falharmos com a sociedade e levarmos a sério a consecução de todas as propostas. Cumprimento V. Exª, de coração, em nome dos catarinenses.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Por último, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, informo à Casa e aos cidadãos sintonizados, neste momento, na TV e na Rádio do Senado Federal, que fui recebido, ontem, pelo Ministro Aloysio Nunes Ferreira, Secretário-Geral da Presidência da República, em audiência a que também compareceram outros membros da Bancada Federal do Acre e Prefeitos Municipais. Fomos reivindicar a gestão de S. Exª, junto ao Presidente da República, para a liberação das chamadas emendas coletivas de Bancada, visto que as emendas individuais já começaram a ser liberadas. S. Exª nos informou que, provavelmente, até o final deste mês de outubro, o Governo definirá os critérios e o montante de recursos de que vai dispor, para o atendimento às chamadas emendas de Bancada, destinadas aos Estados e Municípios brasileiros.

Quero, inclusive, consignar os meus sinceros agradecimentos ao Ministro Aloysio Nunes Ferreira, pela maneira correta, lhana e educada com que nos recebeu e nos transmitiu essa informação. Também desejo que as previsões do Ministro efetivamente se realizem, no sentido de que o Presidente da Repúbli-

ca e os Ministros da área econômica definam, nesses 12 dias que faltam para o final do mês, os critérios para a liberação das emendas de Bancada, que são realmente importantes para promover o desenvolvimento econômico e social dos nossos Estados e Municípios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges) – Senador Nabor Júnior, a Mesa ouviu atentamente o seu pronunciamento e solicita que V. Exª encaminhe por escrito as informações sobre o projeto de lei citado, de autoria do Senador José Alencar, para que possamos tomar as providências necessárias para a sua agilização.

Concedo a palavra ao Senador Teotonio Vilela Filho, por 20 minutos.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (Bloco/PSDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para tecer comentários a respeito da Conferência Internacional sobre Açúcar, Álcool e Energia da Cana-de-Açúcar, que está se realizando em São Paulo desde ontem, quando tive a honra de fazer o discurso de abertura, representando o Senado Federal, designado que fui pelo Presidente Ramez Tebet.

Antes, porém, quero parabenizar o Presidente Fernando Henrique Cardoso e os Ministros Pratini de Moraes e José Jorge pela decisão tomada ontem de autorizar o aumento da mistura do álcool na gasolina, de 22% para 24%, podendo se estender até 26%, desde que tecnicamente aprovado.

Essa medida é fundamental como sinalização para todos os agentes econômicos, no sentido de não somente viabilizar, mas também consolidar o maior programa de energia renovável não poluente e bem-sucedido no mundo.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, essa conferência, que se realiza em São Paulo, abrangendo membros de mais de 20 países, reúne não apenas estudiosos em busca de soluções técnicas para questões energéticas ou à procura de alternativas políticas para problemas econômicos do setor sucroalcooleiro. Na verdade, eu os vejo antes como cruzados e precursores de uma nova e inevitável ordem energética internacional, baseada no combustível limpo e renovável e no mais escrupuloso respeito ao meio ambiente.

Permitam-me, Srªs e Srs. Senadores, em meio a uma das maiores crises de energia do Brasil, que eu fale, desta tribuna, menos de dificuldades e mais de esperanças; menos de desafios e mais de sonhos. Crises, afinal, não são obstáculos fatalmente intransponíveis, mas se constituem, sobretudo, na salutar renovação de desafios que estimulam a criatividade e a ousadia, que fortalecem a inventividade e a superação.

Foi uma crise de energia, também sem precedentes em seu tempo, que nos deu o Proálcool. Mais que simplesmente esperar, acredito firmemente que essa nova crise possa salvá-lo e viabilizá-lo.

Nesses 26 anos do Programa do Álcool, cometemos tantos equívocos de política energética, tantos desvios de formulação estratégica, que alimento hoje a mais viva esperança de que, finalmente, possamos ter aprendido a mais valiosa das lições de todos os percalços que enfrentamos: é impossível, absolutamente absurdo e impossível deixar morrer o maior programa de combustível renovável de todo o mundo, o mais copiado e invejado programa agroindustrial brasileiro.

Sr. Presidente, nossos ganhos em **know-how**, tecnologia e produtividade em todo o ciclo do álcool, até em função do uso massivo do combustível verde, constituem-se hoje em um dos mais importantes patrimônios do Brasil. Esse patrimônio nos oferece um capital valioso e um diferencial altamente positivo no contexto da economia globalizada do mundo contemporâneo. Nossa tecnologia de produção de motores tem sido valorizada além fronteiras. O Brasil domina hoje, como nenhum país do mundo, todo o ciclo de produção do álcool, do campo às usinas, das destilarias às fábricas de automóveis, da produção de máquinas à seleção de espécies de cana mais produtivas e resistentes.

Por tudo isso, Sr. Presidente, é lícito esperar – e espero com toda a força do meu entusiasmo – que o que nasceu da crise na crise se viabilizará.

O Proálcool brasileiro é um filho não programado da crise do petróleo, gerado pela explosão dos preços da Opep e pela instabilidade geopolítica do Oriente Médio, em 1975, quando foi concebido como alternativa de substituição de derivados de combustível fóssil para reduzir a nossa dependência externa. E vale acrescentar: para impedir a explosão da nossa pauta de importações e de nosso déficit comercial.

O filho da crise do petróleo, nos anos 70, cresceu e amadureceu e, hoje, abre-nos um vastíssimo leque de alternativas para o enfrentamento de uma crise igualmente grave de energia, de uma conjuntura igualmente adversa de balanço de pagamentos e do cenário novo, mas igualmente sombrio da poluição ambiental.

ca e os Ministros da área econômica definam, nesses 12 dias que faltam para o final do mês, os critérios para a liberação das emendas de Bancada, que são realmente importantes para promover o desenvolvimento econômico e social dos nossos Estados e Municípios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges) – Senador Nabor Júnior, a Mesa ouviu atentamente o seu pronunciamento e solicita que V. Exª encaminhe por escrito as informações sobre o projeto de lei citado, de autoria do Senador José Alencar, para que possamos tomar as providências necessárias para a sua agilização.

Concedo a palavra ao Senador Teotonio Vilela Filho, por 20 minutos.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (Bloco/PSDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para tecer comentários a respeito da Conferência Internacional sobre Açúcar, Álcool e Energia da Cana-de-Açúcar, que está se realizando em São Paulo desde ontem, quando tive a honra de fazer o discurso de abertura, representando o Senado Federal, designado que fui pelo Presidente Ramez Tebet.

Antes, porém, quero parabenizar o Presidente Fernando Henrique Cardoso e os Ministros Pratini de Moraes e José Jorge pela decisão tomada ontem de autorizar o aumento da mistura do álcool na gasolina, de 22% para 24%, podendo se estender até 26%, desde que tecnicamente aprovado.

Essa medida é fundamental como sinalização para todos os agentes econômicos, no sentido de não somente viabilizar, mas também consolidar o maior programa de energia renovável não poluente e bem-sucedido no mundo.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, essa conferência, que se realiza em São Paulo, abrangendo membros de mais de 20 países, reúne não apenas estudiosos em busca de soluções técnicas para questões energéticas ou à procura de alternativas políticas para problemas econômicos do setor sucroalcooleiro. Na verdade, eu os vejo antes como cruzados e precursores de uma nova e inevitável ordem energética internacional, baseada no combustível limpo e renovável e no mais escrupuloso respeito ao meio ambiente.

Permitam-me, Srªs e Srs. Senadores, em meio a uma das maiores crises de energia do Brasil, que eu fale, desta tribuna, menos de dificuldades e mais de esperanças; menos de desafios e mais de sonhos. Crises, afinal, não são obstáculos fatalmente intransponíveis, mas se constituem, sobretudo, na salutar renovação de desafios que estimulam a criatividade e a ousadia, que fortalecem a inventividade e a superação.

Foi uma crise de energia, também sem precedentes em seu tempo, que nos deu o Proálcool. Mais que simplesmente esperar, acredito firmemente que essa nova crise possa salvá-lo e viabilizá-lo.

Nesses 26 anos do Programa do Álcool, cometemos tantos equívocos de política energética, tantos desvios de formulação estratégica, que alimento hoje a mais viva esperança de que, finalmente, possamos ter aprendido a mais valiosa das lições de todos os percalços que enfrentamos: é impossível, absolutamente absurdo e impossível deixar morrer o maior programa de combustível renovável de todo o mundo, o mais copiado e invejado programa agroindustrial brasileiro.

Sr. Presidente, nossos ganhos em **know-how**, tecnologia e produtividade em todo o ciclo do álcool, até em função do uso massivo do combustível verde, constituem-se hoje em um dos mais importantes patrimônios do Brasil. Esse patrimônio nos oferece um capital valioso e um diferencial altamente positivo no contexto da economia globalizada do mundo contemporâneo. Nossa tecnologia de produção de motores tem sido valorizada além fronteiras. O Brasil domina hoje, como nenhum país do mundo, todo o ciclo de produção do álcool, do campo às usinas, das destilarias às fábricas de automóveis, da produção de máquinas à seleção de espécies de cana mais produtivas e resistentes.

Por tudo isso, Sr. Presidente, é lícito esperar – e espero com toda a força do meu entusiasmo – que o que nasceu da crise na crise se viabilizará.

O Proálcool brasileiro é um filho não programado da crise do petróleo, gerado pela explosão dos preços da Opep e pela instabilidade geopolítica do Oriente Médio, em 1975, quando foi concebido como alternativa de substituição de derivados de combustível fóssil para reduzir a nossa dependência externa. E vale acrescentar: para impedir a explosão da nossa pauta de importações e de nosso déficit comercial.

O filho da crise do petróleo, nos anos 70, cresceu e amadureceu e, hoje, abre-nos um vastíssimo leque de alternativas para o enfrentamento de uma crise igualmente grave de energia, de uma conjuntura igualmente adversa de balanço de pagamentos e do cenário novo, mas igualmente sombrio da poluição ambiental.

Nesse seu primeiro quarto de século, o Proálcool brasileiro avançou e se fortaleceu, a ponto de se justificar não apenas pelas razões estratégicas que o motivaram, mas também por imperativos econômicos, sociais e ecológicos, que se tornam hoje ainda mais fortes que na época da sua criação.

O Proálcool brasileiro atingiu uma posição tão singular que tem hoje custos competitivos com o da própria gasolina no mercado mundial, mesmo abstraída a fantástica conta ambiental e de saúde do combustível fóssil.

O nosso álcool, Sr. Presidente, Srs. Senadores, já não precisa de subsídios, exige apenas uma sinalização política do Governo – como, ontem, anunciou o Ministro Pratini de Morais, em São Paulo, ao aumentar a mistura do álcool com a gasolina de 22% para 24%. Outros sinais ainda são necessários. O Programa do Álcool exige apenas isto: que a sinalização política do Governo sirva aos agentes econômicos como balizamento de sua importância estratégica na matriz energética nacional. O álcool brasileiro felizmente já não precisa de subsídios, pois o Brasil não os dá. Ao contrário de outros países, que, enxergando a importância estratégica do combustível renovável, despendem generosos subsídios diretos e indiretos aos seus programas de álcool.

Nos Estados Unidos, os subsídios federais e estaduais chegam a mais de R$1mil/m³ de álcool. Na França, esse subsídio é de R$661/m³.

Nossos ganhos de produtividade, Sr. Presidente, se repetem ano a ano. O setor sucroalcooleiro do Brasil é um dos raros que podem exibir o aumento de produtividade de 3% ao ano durante um quarto de século. O parque açucareiro mais produtivo do mundo é o de São Paulo. O segundo mais produtivo do mundo é o do Nordeste brasileiro. Até por isso, por termos feito como ninguém o exaustivo dever de casa do aumento da produtividade, é legítimo, mais do que esperar, é legítimo exigir que se derrube de vez o protecionismo perverso que nos fecha mercados, mas, sobretudo, premia a ineficiência e penaliza a competência. O Proálcool brasileiro, afinal, é uma das mais incompreendidas histórias de sucesso da nossa economia nos últimos 25 anos.

A cada ano, o Proálcool apresenta uma economia de US$1,5 bilhão, equivalente à substituição da importação de petróleo. Sr. Presidente, são quase US$40 bilhões, em 25 anos, de efetiva contribuição para reduzir nossa dependência externa de combustíveis.

Mais que diminuir a pressão sobre o nosso balanço de pagamentos, o Proálcool tem contribuído ainda para reduzir as pressões sobre a nossa dívida social. O setor emprega um milhão e duzentos mil brasileiros do Sudeste ao Nordeste, ao custo de US$11 mil por emprego, que produz o mesmo resultado energético a um custo 155 vezes menor que o da indústria do petróleo – só para fazer um rápido comparativo.

Essa importância social assume uma dimensão estratégica em países como o nosso, que sofre a necessidade premente de fixar populações no campo, contendo as migrações que incham as periferias das grandes cidades.

O Proálcool se presta, em nosso País, a ser instrumento valioso de desconcentração espacial do desenvolvimento, as grandes unidades de produção funcionando como eficientes diques de contenção do êxodo rural.

É difícil quantificar o que isso significa em termos de custo nos serviços públicos e assistência social, mas é possível imaginar o seu alcance, pois, afinal, sabe-se que atender a um homem na zona rural custa seis vezes menos que nas periferias urbanas.

A essa dimensão econômica, a essa contribuição social, o Proálcool tem acrescentado um inegável e invejável desempenho ambiental.

O Brasil foi o primeiro País do mundo a se livrar do chumbo tetraetila na gasolina, graças a adição do álcool anidro – e, mais uma vez, parabenizo ao Presidente Fernando Henrique pela decisão que tomou ontem, de ampliar de 22 para 24% essa mistura. Mais ainda: a cana necessária para produzir o álcool de um só automóvel retira do meio ambiente o CO2, produzido por 11,2 carros a gasolina. O álcool limpa. O carro a álcool, além não de poluir, limpa a poluição provocada por 11 carros à gasolina.

Além de produzirem energia, os canaviais funcionam, na natureza, em seu processo acelerado de fotossíntese, como formidáveis elementos purificadores e grandes pulmões naturais contíguos às maiores e mais poluídas cidades.

Combate-se o efeito estufa com grandes plantações de cana que, ao contrário das florestas, crescem em apenas dois anos. Permitam-me, então, um questionamento de ordem política, mas de base técnica inquestionável: se os países mais ricos do Hemisfério Norte chegam a cogitar do financiamento de florestas tropicais como elemento de purificação da natureza, por que não se pensar em esquemas específicos de financiamentos e apoio à produção de cana-de-açúcar, de resposta ainda mais rápida e de efeitos ainda mais abrangentes do que qualquer floresta artificial?

Mais importante do que tudo, no entanto, no álcool, é a dimensão estratégica de combustível renovável, que atende privilegiadamente ao nosso potencial energético de País tropical. Cedo ou tarde, o Brasil terá que construir a sua independência energética sobre a biomassa e sobre fontes hoje ainda tidas pejorativamente como alternativas.

Prefiro, por isso, Sr. Presidente, ver o álcool não apenas como valioso produto econômico, mas sobretudo como combustível limpo, o combustível da harmonia ambiental, em que as preocupações econômicas e os desafios energéticos caminhem passo a passo, lado a lado, com a necessidade imperiosa e inadiável de respeito ao meio ambiente.

As razões estratégicas que presidiram a criação do Proálcool persistem hoje e só uma visão imediatista e caolha pode ignorá-las. São essas razões estratégicas que levam países desenvolvidos, como a França e os Estados Unidos, a estimularem, mesmo agora, a consolidação e a expansão de programas já ambiciosos de combustíveis renováveis. Os Estados Unidos já estarão, em breve – até o final deste ano –, produzindo 8,2 bilhões de litros de álcool por ano. Outros países como a própria França, a Austrália, a Tailândia, México, Guatemala e Costa Rica já entraram agressivamente na produção desse combustível renovável. Países orientais como a Coréia e o próprio Japão já sinalizam com o início da exploração do combustível da biomassa.

Ao contrário do Brasil, esses países subsidiam fortemente o seu álcool, mas todos se guiam pelas mesmas razões estratégicas que um dia nos impeliram. Esses países superaram, na prática, o equívoco de reduzir tudo a uma disputa de mercados entre dois tipos de combustíveis. Petróleo e álcool não são excludentes, mas complementares de uma mesma e harmoniosa matriz energética.

Em viagem recente aos Estados Unidos, Sr. Presidente, para participar de uma conferência sobre a experiência brasileira com o álcool, encontrei entre os ouvintes representantes de todas as grandes empresas petrolíferas americanas. Diante de minha surpresa, ouvi deles próprios que o álcool não lhes parecia um concorrente, mas, diante da pressão dos ambientalistas, o álcool era a cada dia mais um aliado e alternativa de salvação do próprio petróleo num mundo crescentemente poluído.

Volto a lembrar o que disse no início do meu discurso: o Brasil já não vive o drama da poluição do chumbo tetraetila, totalmente aniquilado com a mistura da gasolina com o álcool nos índices de 22%. Outros poluentes serão eliminados na medida em que se aumente essa mistura.

Felizmente, esses países, Sr. Presidente, parecem ter superado esse conflito inexpressivo diante da dimensão das questões energéticas a enfrentar; um conflito tecnicamente inconsistente, mas que, ao longo dos anos, sedimentou na opinião pública e na postura dos agentes econômicos do nosso País preconceitos e um clima de rivalidade que em nada contribuiu para o Brasil. O País, felizmente, também superou esses equívocos.

Felizmente, também, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o parque industrial brasileiro parece haver superado, com louvor, as turbulências causadas pela liberação de preços e de comercialização do álcool, implantadas sem mecanismos eficientes de regulamentação e num ambiente dominado por elevados excedentes e câmbio supervalorizado. Tal conjuntura, que comprometia a competitividade do álcool frente à gasolina, quase levou à bancarrota o setor sucroalcooleiro.

Hoje, a indústria nacional mostra sinais de amadurecimento, de disposição de assumir riscos, mas, fundamentalmente, provas de que recuperou sua capacidade de se planejar a longo prazo.

Da parte do Governo, felizmente também se superaram entraves institucionais, como os que impediam, na prática, a co-geração e a compra da energia excedente por geradoras estatais. A Companhia Hidrelétrica do São Francisco, CHESF, para citar o exemplo mais eloqüente, está agora adquirindo 80 megawatts de produtores independentes do Nordeste, incluindo destilarias e usinas de açúcar. No Sudeste, também, várias indústrias produtoras de álcool já forneceram energia elétrica este ano, a partir do bagaço da cana, excedente da produção.

Mas a hora é de avançar na conquista de novos mercados para o álcool, um produto que tem sido relegado a segundo plano no setor sucroalcooleiro, mas que, em breve, deve ser o carro-chefe da produção.

Já produzimos, em 1997, 15 bilhões de litros de álcool. Hoje a expectativa para a safra de 2001/2002 é de apenas 10,8 bilhões de litros, para um consumo de 11,7 bilhões de litros. O setor espera um sinal, mínimo que seja, acerca da importância que se dispense a esse energético, para, de novo, voltar a produzi-lo em escala até superior à do passado recente.

Essa sinalização dada ontem, num ponto importante pelo Governo, poderia vir tanto pela adição do álcool anidro à gasolina, dos atuais 22% para 26%. Ontem, o Ministro Pratini anunciou que chegará aos

26%, logo que algumas discussões técnicas autorizem essa medida. Mas aqui é importante registrar o anúncio para 24%, como também medidas concretas de apoio ao carro a álcool, sobretudo para a frota pública, para as frotas de táxi e de locadoras. A frota brasileira a álcool, afinal, já chegou a 4,5 milhões de veículos, mas hoje é de apenas 2,5 milhões de veículos.

A hora, Sr. Presidente, é de avançar em mercados mas, sobretudo, na conquista de novos espaços, como o da gaseificação do bagaço de cana, que pode abrir as mais auspiciosas perspectivas, não apenas para o setor sucroalcooleiro, mas para o próprio Brasil. Basta dizer que, com a tecnologia atual já conhecida e disponível, que está nas prateleiras do Brasil à disposição das indústrias de açúcar e de álcool, poderá o potencial hoje de bagaço ofertado gerar até 6 mil megawatts.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, 6 mil megawatts é uma Hidrelétrica de Xingó, que custou ao Brasil mais de US$3 bilhões. Para se atingir esses 6 mil megawatts, não se precisa mais do que US$500 milhões de investimento, porque a estrutura já está pronta. Já existem a cana, a tecnologia, o parque industrial, o mercado, a mão-de-obra, as usinas funcionando. Seria, única e exclusivamente, um aperfeiçoamento na eficiência das turbinas e das caldeiras.

Esses 6 mil megawatts, se for cortada a cana como chamam, de pés e pontas da cana, dobrará o potencial, porque hoje os canaviais são queimados. Se a cana for cortada crua, com pés e pontas, vai de 6 mil para 12 mil megawatts com a tecnologia à disposição das usinas.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Permite-me um aparte, Senador Teotônio Vilela Filho?

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (Bloco/PSDB – AL) – Apenas vou concluir o que estava falando sobre o bagaço de cana, nobre Senador Casildo Maldaner.

Se for adicionada, incluída uma tecnologia que está sendo desenvolvida pela Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, da gaseificação do bagaço de cana, aumentará de 6 para 10 mil megawatts a cana comum e de 10 para 20 mil megawatts o potencial energético do bagaço de cana no Brasil. Isso significa quase o dobro da energia produzida por Itaipu, a maior hidroelétrica do mundo.

Com muita honra, concedo o aparte ao Senador Casildo Maldaner.

O PRESIDENTE (Lauro Campos) – Senador Teotonio Vilela Filho, peço vênia apenas para lembrar que o tempo do orador já está ultrapassado há alguns minutos, embora reconheçamos a importância do assunto. Seremos condescendentes, mas, infelizmente, há outros oradores aguardando para usar da palavra. Fico satisfeito, como ex-professor do nobre Senador que ocupa a tribuna ...

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (Bloco/PSDB – AL) – Com muita honra de minha parte... Consta do meu currículo.

O PRESIDENTE (Lauro Campos) – ...e gostaria de ouvi-lo indefinidamente. Contudo, infelizmente, o Regimento Interno me proíbe.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (Bloco/PSDB – AL) – Sr. Presidente, ouço rapidamente o Senador Casildo Maldaner e, depois, concluirei meu pronunciamento.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Curvo-me ante o que reza o Regimento Interno. Senador Teotonio Vilela Filho, quero dizer a V. Exª que, de certo modo, estamos criando nosso caminho. Estamos com o nosso projeto para o ano que vem, respeitando o Governo, o Partido de V. Exª e críticos de certa forma. Talvez tenhamos demorado um pouco e já devêssemos ter avançado um pouco mais das idéias de V. Exª. Penso que perdemos tempo para avançar mais naquilo em que acreditamos. Confesso que estou admirado com a exposição que V. Exª faz. Nela, não vejo apenas o ex-professor de V. Exª, que está presidindo a sessão neste momento, mas também o nosso eterno Teotonio Vilela, seu pai. V. Exª, com a calma e o jeito de aluno que foi do Senador Lauro Campos, tem um tom professoral e está dando uma verdadeira aula ao Brasil. Admiro as teses de V. Exª. Como catarinense originário da fronteira com a Argentina, defendo sempre a interiorização do desenvolvimento e as teses que V. Exª defende permitem a interiorização do desenvolvimento e a busca do que é melhor na diversidade das forças de que precisamos. No campo energético, diria que os terrenos acidentados do oeste catarinense oferecem condições para a instalação de pequenas hidroelétricas. Localizam-se naquela região os rios Uruguai, Chapecó e Canoas e, agora, várias usinas lá estão sendo construídas. Assim, teremos maior capacidade energética, associada à produção de energia eólica, que começa a se desenvolver no Brasil, a qual considero extraordinária. A energia produzida do bagaço da cana é algo lindo porque permite a preservação do meio ambiente ao mesmo tempo em que se busca a interiorização do desenvolvimento, sem depender de variações cambiais. Hoje, o Brasil está recebendo uma grande aula de V. Exª e não apenas o Estado de Alagoas. Cumprimento V. Exª, com o maior respeito.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (Bloco/PSDB – AL) – Muito honrado com o aparte de V. Exª, nobre Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Senador Teotonio Vilela, V. Exª me concede um aparte?

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (Bloco/PSDB – AL) – Concedo um rápido aparte ao nobre Senador Romero Jucá, obedecendo ao meu mestre, o Senador Lauro Campos, que preside a sessão neste momento.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Meu caro Senador Teotonio Vilela Filho, serei rápido. Eu não poderia deixar de fazer, neste momento, por meio de um aparte, três registros distintos, que considero importantes. Primeiro, gostaria de falar da nossa satisfação em relação ao fato ressaltado pelo Senador Teotonio Vilela Filho: a ampliação da colocação do álcool na gasolina. Penso que isso abre um espaço e é uma decisão política corajosa do Governo que, na verdade, sinaliza com tudo aquilo que ressaltou o Senador Teotonio Vilela Filho. A segunda questão é que o projeto, a tecnologia, o caminho do bagaço da cana para gerar energia realmente é fundamental para o Brasil, tendo em vista que isso fará com que também, de outro lado, se reforce a questão da produção do álcool para ser misturado na gasolina. É um processo cíclico que, na verdade, proporcionará um ganho a mais de competitividade e de auto-suficiência ao País. É importante dizer que o caminho que o Senador Teotonio Vilela aponta é fundamental e que já está sendo analisado pelo próprio Ministério de Minas e Energia. Em contato com o Ministro José Jorge, S. Exª me ressaltou que o Ministério começa a discutir linhas de financiamento exatamente para fazer as adaptações defendidas pelo Senador Teotonio Vilela Filho, ou seja, adaptações nas turbinas e nas caldeiras das usinas, para que se possa, efetivamente, ingressar esses seis mil megawatts de energia ao setor produtivo brasileiro. A terceira observação que queria fazer, Sr. Presidente, é uma questão de dever de justiça. O Senador Teotonio Vilela Filho jamais faria isso, mas eu, como parceiro, admirador e acompanhante do trabalho realizado por S. Exª aqui, quero parabenizá-lo pelo esforço, pela luta incansável. Certamente, o Senador tem participação importante nessa conquista referente à ampliação do índice de álcool adicionado à gasolina, pois S. Exª tem defendido, permanentemente, não só essa questão como a da melhoria do sistema energético brasileiro como um todo. Ressalte-se até que, dias atrás, aprovamos um projeto de conservação de energia apresentado por S. Exª, exatamente no sentido de melhorar a utilização e o controle da energia no Brasil. Portanto, como bem ressaltou o Senador Casildo Maldaner, o Senador Teotonio Vilela Filho, que tem se notabilizado, no Senado Federal, pelo seu conhecimento técnico, pela sua defesa e ação em prol do fortalecimento do sistema energético brasileiro, granjeia mais uma importante vitória com essa ampliação do índice de álcool acrescentado à gasolina. Quero felicitá-lo não apenas pelo discurso de hoje, mas principalmente pelas ações de V. Exª em prol não só do Nordeste – o Nordeste tem ganhado com isso, como também Alagoas –, mas em prol do Brasil. Muito obrigado a V. Exª.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (Bloco/PSDB – AL) Nobre Senador Romero Jucá, sinto-me honrado pelo aparte de V. Exª, que incluo em meu pronunciamento.

Sr. Presidente, voltarei a esta tribuna para, dando continuidade a uma série de pronunciamentos sobre o tema da energia, tecer comentários sobre o que levantaram os Senadores Casildo Maldaner e Romero Jucá acerca da grande potencialidade brasileira – pelo fato de o Brasil ser um país tropical em termos de energias renováveis e não-poluentes. Infelizmente, ao longo do tempo, em algumas ocasiões essa potencialidade tem sido subestimada. Às vezes, a utilização de certos tipos de energia tem sido até impedida de prosperar, como é o caso da energia solar, apesar de o Brasil ter um dos maiores índices de insolação do mundo. O País também dispõe de oportunidades das mais variadas e riquíssimas no que tange à energia eólica, às pequenas hidroelétricas, à energia da biomassa – quanto a esta última, fundamentalmente, o potencial brasileiro é da maior qualidade.

Dessa forma, desta tribuna defendi – como lembrou o Senador Romero muitas vezes – várias decisões e sinalizações do Governo Federal para que essas energias fossem mais bem aproveitadas. E o aumento da quantidade de álcool na mistura com a gasolina é realmente um desses pleitos que venho defendendo há anos aqui na tribuna e nas Comissões.

Para concluir, Sr. Presidente – e peço desculpas pelo alongado tempo do meu discurso –, quero acrescentar que tudo, no entanto, dependerá de uma definição básica e urgentemente inadiável: o que queremos da nossa matriz e da nossa política energética. Garantir o curtíssimo prazo sem vislumbrar o futuro e o longo prazo? Fazer ganho econômico em troca de perdas estratégicas? O que queremos, enfim?

Dessa definição depende o futuro do Proálcool, como depende o futuro da nossa matriz energética e do próprio País. Tal definição também será decisiva para que, num futuro próximo, quando de novo se encherem os reservatórios de nossas hidroelétricas, não tenhamos que desperdiçar água sem geração de qualquer energia apenas porque temos compromissos com as termelétricas a gás, montadas às pressas em função do curtíssimo prazo da atual crise de chuvas.

Qualquer que seja a decisão do Governo, terá conseqüências profundas na vida nacional. Mas confiamos, e confiamos, bem fundamentados, em que o Governo evitará o erro que, infelizmente, tem sido marca de nossa política energética nas últimas décadas: entender a energia apenas como insumo econômico, desprezando sua dimensão estratégica e sua profunda interação com o ambiente.

Portanto, Sr. Presidente, com muita alegria, participei ontem, como palestrante inicial, da abertura da Conferência Internacional sobre o Álcool e a Energia do Bagaço de Cana, realizada em São Paulo. Ali compareceram brasileiros e estrangeiros de vários países, Muitos deles representavam países tropicais, naturalmente vocacionados, como o Brasil, para a biomassa, para os energéticos renováveis. Todos com o desafio comum que é maior que qualquer conflito ou divergência eventual em suas políticas energéticas: o de produzir uma energia cada vez mais limpa e em harmonia com o ambiente.

Diante do exposto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, saúdo os participantes da mencionada Conferência realizada em São Paulo, como também saúdo, com entusiasmo redobrado, a nova ordem energética internacional que se pretende constituir e consolidar a partir da biomassa e do escrupuloso e intransigente respeito à natureza.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Teotônio Vilela Filho, o Sr. Gilvam Borges, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lauro Campos.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Continuando com a lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá, por vinte minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei rápido, até para que outros oradores possam também usar da palavra.

Nesta manhã, farei um registro e um apelo. Primeiro, o registro: trata-se da necessidade que têm o País, o Ministério da Educação, o Governo, a sociedade de que sejam fortalecidas as escolas técnicas federais, que, nos últimos anos, começaram a ocupar um espaço extremamente importante perante a sociedade e transformaram-se em centros de formação de mão-de-obra bastante qualificada.

Registro, por exemplo, o trabalho desenvolvido pela Escola Técnica Federal de Roraima. Essa escola foi construída por mim, quando Governador, e hoje, sem dúvida nenhuma, é uma escola de excelência e atua de forma a transformar a realidade do novo Estado de Roraima. Com a participação de professores e alunos, a Escola tem dado demonstrações importantes de conhecimento e tecnologia.

As escolas técnicas estão-se esforçando também no sentido de apresentarem não só cursos técnicos, mas também cursos de nível superior na área de tecnologia. Já há um pleito feito pela Escola Técnica de Roraima. Quero reforçá-lo pessoalmente, pedindo ao Ministro Paulo Renato para que antecipe, agilize e amplie as condições de funcionamento dessa Escola. Quero também conclamar os Srs. Senadores e Deputados para que, no Orçamento da União, ampliemos os recursos para os Cefets, para as escolas técnicas, com a finalidade de dar melhores condições de funcionamento a essas entidades.

Sr. Presidente, quanto ao apelo que faço, também diz respeito, em parte, às escolas técnicas: que se busque uma solução para a greve dos professores universitários e das escolas técnicas. Sem dúvida alguma, a situação está ficando insustentável. O Governo já acenou à possibilidade ou de reajustes salariais ou da absorção da Gratificação de Atividades Especiais (GAE) pelo salário dos professores e dos servidores. Portanto, entendemos que é chegado o momento de todos os lados cederem um pouco para que termine essa greve, que na verdade prejudica principalmente a sociedade brasileira.

Não podemos permitir que o semestre letivo das universidades seja perdido. Não pode haver a postergação ou o cancelamento dos vestibulares do final deste ano. Portanto, é fundamental que tanto as entidades representativas dos professores quanto o Ministério da Educação cheguem a um entendimento, cheguem a um consenso, encontrem uma solução que atenda principalmente à sociedade.

Deixo aqui o meu apelo para que a sociedade, representada por professores e Governo, chegue a esse entendimento, pondo fim a essa greve e restabelecendo o ensino nas universidades e nas escolas técnicas.

Por conta disso, Sr. Presidente, peço a transcrição da matéria de **O Estado de S. Paulo**, "Parlamentares farão proposta para fim da greve", que foi publicada na imprensa.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO.

Mídia Impressa

Jornal: **O Estado de S.Paulo**

Em 17 de outubro de 2001

PARLAMENTARES FARÃO PROPOSTA PARA FIM DA GREVE

LEONÊNCIO NOSSA

BRASÍLIA – Líderes dos partidos no Congresso vão a apresentar hoje a representantes do Ministério da Educação e aos sindicalistas das universidades federais uma proposta para encerrar a greve nas 52 instituições federais de ensino superior**.** A idéia dos parlamentares é garantir a incorporação aos salários de vencimentos que hoje são pagos na forma de gratificação.

Essa fórmula produziria reajustes que dariam uma despesa global de R$750 milhões por ano. Desse total, R$500 milhões seriam usados para aumentar de 15% a 50% os salários dos servidores da área técnica e administrativa. Já os professores receberiam em média mais 12%.

Um texto elaborado pelas Comissões de Orçamento e de Educação da Câmara foi discutido, ontem, com representantes da Federação de Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) e do Sindicato dos Docentes (ANDES). A Fasubra reagiu, a princípio, de forma positiva e emitiu sinais de que pode por fim a paralisação dos servidores, que se arrasta desde 25 de julho.

No final da tarde, os dirigentes de sindicatos dos servidores se reuniram com a secretária de Ensino Superior do MEC, Maria Helena Guimarães de Castro, para acertar detalhes. A Fasubra obteve a garantia de que será incorporada ao salário a chamada Gratificação de Atividade Executiva (GAE) – que hoje representa uma fatia significativa dos rendimentos totais dos servidores, pois equivale a 160% do salário-base dos funcionários da área técnica e administrativa.

Estratégia – A situação é mais complicada no caso dos professores, cuja greve completou 56 dias. Os dirigentes do Andes evitaram afirmar publicamente que estavam de acordo com os R$250 milhões garantidos pela Câmara no Orçamento de 2002. A estratégia dos sindicalistas era aumentar a margem de negociação e ir além da incorporação da Gratificação de Estímulo à Docência (GED). "Com R$450 milhões, a pauta econômica da greve estará resolvida", disse o presidente do Andes, Roberto Leher.

Sub-relator de Educação da Comissão de Orçamento, o Deputado Gilmar Machado (PT – MG) espera um avanço em reunião prevista para hoje: "A greve deveria ter se encerrado no final do mês passado". Na avaliação de Machado, a decisão do Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, de reter os salários dos servidores interrompeu as negociações. O governo, porém, age com aval da Justiça, pois conseguiu derrubar uma liminar que determinava a manutenção do pagamento aos professores.

Com as mãos na cabeça, o deputado oposicionista lembrou que já estavam formados os grupos de trabalhos nos quais sindicalistas e técnicos do governo discutiriam as reivindicações: "Espero que dessa vez haja sensibilidade e tolerância".

Uma outra atitude do governo foi bem recebida pelos sindicalistas. O Ministério da Educação recuou e desistiu, ao menos momentaneamente, de enviar ao Congresso um projeto que permitiria a contratação de servidores com carteira assinada, mas sem estabilidade. A Câmara negocia um cronograma de concursos para preencher cerca de 8 mil vagas de professores nas universidades.

O governo decidiu abrir duas mil vagas nos próximos meses. Os novos docentes serão contratados pelo Regime Jurídico Único (RJU), que garante os mesmos benefícios e direitos dos atuais servidores.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Lauro Campos, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Moreira Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a minha proposta vem ao encontro do que, há pouco, acabou de expressar o Senador Romero Jucá, a preocupação com as greves no Brasil, principalmente, neste momento, com as greves nas universidades federais, que estão paralisadas.

Em função disso, faço algumas considerações sobre a Universidade Federal de Santa Catarina, até pelo que ela representa no contexto do sul do País.

Quando assistimos à greve dos professores e servidores das universidades federais, lamentamos profundamente o prejuízo que tal atitude traz ao País. Não vamos culpar os grevistas, que dedicam sua vida ao ensino de nossos jovens, na maioria das vezes percebendo – vamos ser sinceros – salários irrisórios, sequer suficientes para a manutenção de um digno padrão de vida. O poder aquisitivo caiu, pois os salários não são atualizados há sete anos. E por maior estabilidade que haja, há uma inflação vegetativa, que é natural, mas o poder aquisitivo não vem acompanhando essa inflação e, sem dúvida alguma, os compromissos a serem pagos estão aí colocados.

Por conta disso, Sr. Presidente, peço a transcrição da matéria de **O Estado de S. Paulo**, "Parlamentares farão proposta para fim da greve", que foi publicada na imprensa.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO.

Mídia Impressa

Jornal: **O Estado de S.Paulo**

Em 17 de outubro de 2001

PARLAMENTARES FARÃO PROPOSTA PARA FIM DA GREVE

LEONÊNCIO NOSSA

BRASÍLIA – Líderes dos partidos no Congresso vão a apresentar hoje a representantes do Ministério da Educação e aos sindicalistas das universidades federais uma proposta para encerrar a greve nas 52 instituições federais de ensino superior**.** A idéia dos parlamentares é garantir a incorporação aos salários de vencimentos que hoje são pagos na forma de gratificação.

Essa fórmula produziria reajustes que dariam uma despesa global de R$750 milhões por ano. Desse total, R$500 milhões seriam usados para aumentar de 15% a 50% os salários dos servidores da área técnica e administrativa. Já os professores receberiam em média mais 12%.

Um texto elaborado pelas Comissões de Orçamento e de Educação da Câmara foi discutido, ontem, com representantes da Federação de Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) e do Sindicato dos Docentes (ANDES). A Fasubra reagiu, a princípio, de forma positiva e emitiu sinais de que pode por fim a paralisação dos servidores, que se arrasta desde 25 de julho.

No final da tarde, os dirigentes de sindicatos dos servidores se reuniram com a secretária de Ensino Superior do MEC, Maria Helena Guimarães de Castro, para acertar detalhes. A Fasubra obteve a garantia de que será incorporada ao salário a chamada Gratificação de Atividade Executiva (GAE) – que hoje representa uma fatia significativa dos rendimentos totais dos servidores, pois equivale a 160% do salário-base dos funcionários da área técnica e administrativa.

Estratégia – A situação é mais complicada no caso dos professores, cuja greve completou 56 dias. Os dirigentes do Andes evitaram afirmar publicamente que estavam de acordo com os R$250 milhões garantidos pela Câmara no Orçamento de 2002. A estratégia dos sindicalistas era aumentar a margem de negociação e ir além da incorporação da Gratificação de Estímulo à Docência (GED). "Com R$450 milhões, a pauta econômica da greve estará resolvida", disse o presidente do Andes, Roberto Leher.

Sub-relator de Educação da Comissão de Orçamento, o Deputado Gilmar Machado (PT – MG) espera um avanço em reunião prevista para hoje: "A greve deveria ter se encerrado no final do mês passado". Na avaliação de Machado, a decisão do Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, de reter os salários dos servidores interrompeu as negociações. O governo, porém, age com aval da Justiça, pois conseguiu derrubar uma liminar que determinava a manutenção do pagamento aos professores.

Com as mãos na cabeça, o deputado oposicionista lembrou que já estavam formados os grupos de trabalhos nos quais sindicalistas e técnicos do governo discutiriam as reivindicações: "Espero que dessa vez haja sensibilidade e tolerância".

Uma outra atitude do governo foi bem recebida pelos sindicalistas. O Ministério da Educação recuou e desistiu, ao menos momentaneamente, de enviar ao Congresso um projeto que permitiria a contratação de servidores com carteira assinada, mas sem estabilidade. A Câmara negocia um cronograma de concursos para preencher cerca de 8 mil vagas de professores nas universidades.

O governo decidiu abrir duas mil vagas nos próximos meses. Os novos docentes serão contratados pelo Regime Jurídico Único (RJU), que garante os mesmos benefícios e direitos dos atuais servidores.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Lauro Campos, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Moreira Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a minha proposta vem ao encontro do que, há pouco, acabou de expressar o Senador Romero Jucá, a preocupação com as greves no Brasil, principalmente, neste momento, com as greves nas universidades federais, que estão paralisadas.

Em função disso, faço algumas considerações sobre a Universidade Federal de Santa Catarina, até pelo que ela representa no contexto do sul do País.

Quando assistimos à greve dos professores e servidores das universidades federais, lamentamos profundamente o prejuízo que tal atitude traz ao País. Não vamos culpar os grevistas, que dedicam sua vida ao ensino de nossos jovens, na maioria das vezes percebendo – vamos ser sinceros – salários irrisórios, sequer suficientes para a manutenção de um digno padrão de vida. O poder aquisitivo caiu, pois os salários não são atualizados há sete anos. E por maior estabilidade que haja, há uma inflação vegetativa, que é natural, mas o poder aquisitivo não vem acompanhando essa inflação e, sem dúvida alguma, os compromissos a serem pagos estão aí colocados.

É em razão disso que faço esta análise. Não sei o porquê, mas há uma intransigência, há uma dificuldade do Ministro em negociar com a Comissão de Educação do Senado. Quando a Comissão marcou uma audiência com S. Exª o Ministro da Educação, ele designou um técnico do segundo ou do terceiro escalão para recebê-la.

Creio que, neste momento, há que enfrentar o diálogo com a sociedade representativa, deve haver transparência. Não há como fugir desse debate e não conversar com os diversos setores da sociedade sobre isso, com transparência. Ainda mais se uma das partes pretende construir uma candidatura à Presidência da República. Dialogar quem sabe até para convencer a Comissão do Senado a ser uma aliada! Do debate sai o convencimento. Se S. Exª está com a razão e consegue convencer a maioria dos membros da Comissão de Educação do Senado – e por quê não? –, ele terá um aliado! Não dialogar é pior.

Sempre tenho dito – mesmo quando era Governador do meu Estado, enfrentei greves; e quem não as enfrentou? – que é melhor duas horas de diálogo do que cinco minutos de tiroteio. É melhor! Por não receber, já se cria a oportunidade para um tiroteio; se receber, conversam. Ou um lado convence o outro ou se faz uma conciliação. Quem sabe se retira dali um entendimento maior!

Por isso, venho aqui fazer esta análise. A nossa universidade, por exemplo, a Universidade Federal de Santa Catarina, está em terceiro lugar no **ranking** das instituições brasileiras de ensino superior elaborado pelo Guia do Estudante para o ano 2002, logo após a Unifesp, Universidade Federal de São Paulo, e a USP, Universidade de São Paulo.

E essa colocação é motivo de orgulho para nós, catarinenses, Sr. Presidente, ciosos de manter os cursos universitários em excelente nível, a fim de que os alunos estejam devidamente preparados para o mercado de trabalho, complexo e difícil, nestes tempos de globalização. O levantamento envolveu 1.091 cursos em 134 das principais faculdades e universidades do País, a maioria pública.

A Universidade Federal de Santa Catarina recebeu o índice de 89,5% de cursos "estrelados", sendo que seis dos seus cursos receberam grau máximo, cinco estrelas: Enfermagem, Jornalismo, e as Engenharias de Controle e Automação, Elétrica, Mecânica e Sanitária. Este é o décimo-primeiro ano em que esse tipo de análise é feita, considerando como ponto de partida quatro fatores: infra-estrutura oferecida, incluindo laboratórios, equipamentos e acervo bibliotecário; qualificação do corpo docente; produção científica e currículo.

Um dos fatores que tem levado a UFSC a esse crescimento baseia-se na qualificação e dedicação exclusiva do seu corpo docente. Sessenta dos 65 professores do curso de Engenharia Mecânica, por exemplo, possuem doutorado. Entretanto, se o Governo continuar insistindo em manter baixo o salário de seus funcionários, se o arrocho salarial persistir, alguns desses professores acabarão procurando rumos diversos.

Outro curso importante, porque tem apenas 180 alunos dividindo uma infra-estrutura de seis laboratórios, sendo dois de redação, equipados com 28 computadores, é o de Jornalismo. É um dos raros cursos do País que não está incluído entre os cursos de Comunicação Social, oferecendo ao aluno formação integral no jornalismo.

Alguns cursos da Universidade Federal de Santa Catarina foram contemplados com quatro estrelas: Administração, Biblioteconomia, Ciência da Computação, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências Sociais, Direito, Educação Física, Engenharia de Alimentos, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Química, Geografia, História, Letras, Matemática, Nutrição, Pedagogia, Química e Serviço Social.

A classificação da UFSC dá-lhe o caráter de provedora de cursos de excelência, transformando-a num importante centro de tecnologia, que vem atraindo estudantes de várias partes do País. A apreciação feita pelo Guia do Estudante levou em consideração, entre outros itens, a vida no campus, as opções para bolsas de estudo e alojamentos, a oferta de cultura e lazer, os projetos desenvolvidos junto à comunidade e ao mercado, além da avaliação anual feita pelo MEC, o Ministério da Educação.

Por isso, Sr. Presidente, a UFSC tem procurado, nos seus quarenta anos de existência, ampliar e aprofundar os compromissos com a pesquisa e a qualificação de seus mestres, a fim de que seus formandos comecem suas carreiras com a plena consciência dos processos de mudança social e possam vir a trabalhar para o aprimoramento da ordem democrática.

Nossa universidade tem 1.665 professores, dos quais 53,5% são doutores e 31% são mestres. As publicações técnicas atingem nível elevado. Assim, no ano passado, foram publicados, pelos pesquisadores, 80 livros, 222 capítulos de livros, 890 artigos em periódicos indexados, 513 em não-indexados, além de

1.286 trabalhos completos e 1.774 trabalhos resumidos em anais de Congressos.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, para finalizar, quero deixar registrada neste meu pronunciamento minha admiração pelo trabalho desenvolvido pela UFSC em prol da juventude brasileira. Cumprimento o Magnífico Reitor, que vem lutando para encontrar uma solução para isso, Professor Doutor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, o corpo docente e os dedicados servidores, pelos esforços empreendidos para tornar a universidade, cada dia mais, um centro de excelência do ensino superior no Sul do País. E faço votos de que, finda a greve, possam todos retornar às suas funções, propiciando ao corpo discente a costumeira atenção.

Sr. Presidente e nobres colegas, faço essas considerações em função até da gravidade do momento que estamos vivendo no País. Faço mais uma vez um apelo ao Ministro da Educação. O negócio é o diálogo, com os diversos setores. Sei que pode cansar, pode até causar uma certa perda de tempo. Mas para construir uma solução é preciso o diálogo, é preciso conversar com os diversos setores representativos, e conversar com transparência, apresentar e receber argumentos, e aí tirar, como pessoas maduras, adultas e responsáveis, o melhor para a educação brasileira, para darmos um exemplo ao País e aos outros setores que enfrentam também paralisações. Precisamos construir uma solução.

Não é vergonha ceder alguma coisa, ceder em parte. Não é vergonha dizer: "Eu estava convencido de que o correto era desta forma, eu estava convencido de que não havia jeito! Mas agora estou vendo, ouvindo aqui e ouvindo lá, que tenho que ceder!" Vamos ceder uma parte daqui, outra de lá, e vamos construir juntos a solução." Não é vergonha para ninguém. Não pode haver vencidos nem vencedores. Temos que encontrar uma solução para todos no País: para o corpo docente, para o corpo discente, para os servidores, enfim, para a educação brasileira.

Este é o apelo que faço ao registrar que a nossa universidade federal ocupa o 3º lugar no **ranking** das universidades nacionais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a atenção de V. Exªs, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, depois de uma semana estafante, quero aproveitar a oportunidade de estar nesta tribuna – oportunidade que não determinamos, não marcamos – para dizer que o que vou ler aqui agora seria mais conveniente ser lido na véspera do Dia de Todos os Santos.

> Quê! perguntam-me se tenho religião, se creio em Deus? Gostaria de não ter religião, de ser uno e inconsútil, sem emendas, e não religado, religioso. Gostaria de desenvolver o cristal que existe em mim, a transparência que não permite colagens, religações, religiosidade.
>
> Eu não sou uma árvore que apenas balouça seus galhos como braços desarticulados, suas folhas silenciosas e pendura seus frutos que não sabem sequer que são saborosos; eu não sou uma árvore que liga sua parte superior, viva e mutante, ao chão, por meio do tronco uno e frio. Eu sou um ser humano cuja fragilidade se afirma em cada passo que não passa de uma queda interrompida. Eu sou um ser dual, cindido desde os pés por uma ambigüidade básica, por uma fissura que me move. Meus braços e minha cabeça se plantam no meu tronco e este se equilibra sobre a fragilidade e a dualidade das pernas. Ao invés de galhos, de folhas e de frutos, agito braços desgalhados e produzo palavras, expresso sentimentos, paixões, sensações, idéias e ideais.
>
> O que é básico em mim é a dualidade, a ambivalência, a dúvida, o medo de cair e de morrer. A terrível consciência de meus limites e de minha fragilidade coexiste com minha inteligência, minha força, meus infinitos a cada momento alcançados e, em seguida, ultrapassados. Minha dúvida essencial, minha ambigüidade fundamental produzem uma consciência sempre angustiada, ou angustiada sempre que a consciência pousa e se apodera da intimidade do real. Quero ser uno, íntegro, inteiro. Não quero mentir, mas não tenho forças para arrostar a verdade e a realidade angustiantes e implacáveis.
>
> Ser coerente e ser pleno é assumir por inteiro a minha dualidade, as minhas ambigüidades; conscientizar-me de minhas dúvidas e abraçar, unindo-as, as minhas partes contraditórias. Minha consciência ainda é

uma ilha cinza no meio do mar de ondas negras e ameaçadoras, capazes de fazer submergir minha luz pequena.

Eu sou palco de infindáveis diálogos entre as partes opostas que compõem a minha diversidade. Se eu fosse um homem-cristal, transparência e lucidez, eu seria um cristal quebrado, cindido, dual, porque cristal-homem.

Ao assumir minha verdade, tenho de confessar que, embora não queira admitir minha fissura, minha religação, minha reunião, e me rebele contra essa essência verdadeira, dual, ao afirmar que não tenho religião, estou dizendo que, ao mesmo tempo, possuo todas as crenças, ritualizam em mim as magias primevas, existem em mim pavores e fraquezas avoengos e mitos primitivos. Sou um ser fraco, dual e religioso: um ser que se rendeu à verdade. Mas, se meu **Selbst** junguiano ou meu **id** e meu inconsciente freudianos são habitados por todas as religiões, mitos, crenças e fantasias, eu também sou ateu e materialista.

A ilha cinza de minha consciência perdida quer ser continente, vencer ondas negras e brilhar. Ela sabe que o único brilho possível é o clarão angustiado do ser consciente.

Sou um velho e, de repente, desperta em mim a criança que dormia em meu esquecimento. Levanta, corre e brinca o meu eu criança.

Nos momentos de plenitude, de força, de levitação, prescindo de minhas pernas, levito. Esqueço os deuses e peco ao assumir-me como totalidade coesa e coerente. Talvez, sugere minha dúvida, ao se fazer materialista e declarar sua independência, você tenha encarnado um semideus: ao se transformar, você se hipostasiou e veio a ser apenas Narciso, o demiurgo da vaidade. E, assim, reafirmo a dualidade e a dúvida que, junto com o trabalho e a linguagem, me produziram, me modelaram e me transformam.

O que procura, então, nessa sua vida sofrida, por que o olhar já embaçado, os cabelos embranquecidos por uma inquietação constante, por um trabalho contínuo, por um pesquisar e indagar sem fim, se não procura a verdade, por que ela vem de mãos dadas com a angústia? Se não quer ser sábio e desdenha do poder, o que deseja, então, pergunta uma parte de minha unidade à outra parte de minha diversidade. No fundo, tenho de assumir que, materialista e ateu, quero mesmo é ser santo. Não um santo qualquer, com velas nos pés, cercado de uma multidão de devotos e incomodado pelos pedidos sem fim de socorros, pelas solicitações de milagres meus...

Para cada desvalia, para cada sofrimento ou cada aflição existe um santo de plantão: o santo das crianças, o santo dos velhos, o santo dos presidiários, o santo dos devedores, o santo dos marginalizados, o santo dos negros, o santo dos maus políticos, o dos ladrões e o das prostitutas. Até mesmo os genocidas e os banqueiros têm seu santo, o que provaria a infinita misericórdia de Deus, se ele, existindo, protegesse os bons e a corja, praticando, ao nivelar os opostos, estranha e incompreensível "justiça".

Só os materialistas e ateus não têm santo e, por isto, o santo dos ateus seria o mais humilde e esquecido de todos os santos. Logo, o menos vaidoso, o mais santo deles..."

Humildemente, candidato-me a ser santo dos ateus.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Moreira Mendes deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lauro Campos.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes, por 20 minutos.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, depois de uma ausência de quase duas semanas, volto hoje a esta tribuna para, novamente, abordar um tema de relevância não apenas para o País, mas, sobretudo, para o meu Estado, Rondônia. Trata-se da discussão da Medida Provisória nº 2166, conhecida em Rondônia como Medida Provisória nº 2080, aquela que propõe modificações profundas no Código Florestal Brasileiro. E para repetir o que sempre tenho dito: que muitas das modificações são absolutamen-

te procedentes, vão modernizar a nossa legislação florestal e permitir que o Brasil realmente se preocupe com o seu meio ambiente.

Entretanto, no seu contexto, vem embutido o art. 16, que engessa o desenvolvimento da Amazônia, pois prevê o aumento da reserva florestal, na propriedade privada, de 50 para 80%, o que, no caso da Amazônia e do meu Estado, inviabiliza por completo o desenvolvimento. Pior do que isso, não permite o avanço do desenvolvimento e faz que a nossa população retroceda, caminhe de volta ao passado.

E por que isso? Porque Rondônia, quero repetir enfaticamente, foi colonizado oficialmente pelo Incra e, portanto, pelo Governo, que convocou brasileiros de todos os quadrantes para ocupar aquela região há 32 anos. Naquela época, para o produtor poder receber os títulos definitivos que o Incra expedia – e vejam que toda a colonização foi feita pelo Incra –, exigia-se dele, exigia-se que o ocupante da terra desflorestasse 50% da área. E ele assim procedeu.

Alguns exageraram, foram além do que deviam ir e, portanto, deverão recompor a floresta. Mas muitos cumpriram a lei e transformaram aqueles 50% em terra produtiva e lá estão produzindo. De repente, o Governo modifica a regra do jogo, diz que não é mais assim. Daqui para a frente, a pretexto de preservar a floresta, imagina que, impondo essa regra, prejudicando o direito adquirido, vai resolver o problema. O que não é verdade.

O Brasil está mal informado sobre isso e continuo insistindo que nós todos devemos ter a responsabilidade de preservar, sim, o bioma Amazônia, de preservar os 80%, talvez até mais, da floresta tropical úmida brasileira, mas não com o discurso fácil de que a preservação vai se apoiar sobre 80% da propriedade privada. Isso é uma falácia, até porque a propriedade privada, na Amazônia, não chega a 22%.

Mas novamente toco nesse assunto porque se trata de um problema grave, preocupante, angustiante e tão profundamente arraigado no subconsciente da população de Rondônia que nos defrontamos com algo inusitado até. E é isso que quero trazer nesta tarde.

Sr. Presidente, Rondônia é um Estado rural e que tem toda a sua cultura e todo o seu povo muito ligados à zona rural. São 85 mil pequenas propriedades, são quase 250 mil produtores rurais que vivem no campo, que moram na propriedade, juntamente com suas famílias.

Mas o produtor já não é mais aquele que foi para o Estado há 32 anos, a que me referi há poucos minutos. É o filho, é o neto, é a nora. É toda a família, que mora e trabalha no campo, com uma qualidade de vida muitas vezes melhor do que aquela que tinha quando começou a desbravar a floresta.

Então, Rondônia é um Estado rural, que tem um apego muito grande pela cultura do meio rural, que leva as tradições de São Paulo, dos interiores de Minas Gerais, Espírito Santo e Paraná para lá. Portanto, existem festas do produtor rural em praticamente todo o Estado.

Domingo passado, participei de uma delas, no Município de Teobroma, no meu Estado, a V Festa do Produtor Rural. Essas festas são caracterizadas por eventos ligados, de alguma forma, à exposição de animais, como a Festa do Peão Boiadeiro; elas são animadas por bandas tradicionais que andam por todo o Estado. Em nosso Estado, temos uma banda muito conhecida, a Ari Santos e os Recampados, especializada em música sertaneja. Em determinado momento, na apresentação da festa, o animador – aquela pessoa que fica o dia inteiro com o microfone na mão para animar o povo, chamando, intercalando a sua fala com músicas que apresenta ali em CDs, algo que hoje está tão difundido – apresentou uma música cuja letra chamou a minha atenção. A música falava em 2080. Pensei então: "Conheço essa história. Ela deve estar relacionada com a Medida Provisória nº 2080, que hoje leva o número 2166."

Para minha surpresa, procurei o animador que, em seguida, chamou o autor da letra, conhecido por lá como Villa, da Emplemáquinas, uma empresa do Estado, sendo a música do Ari Santos. Confesso a V. Exª que, quando ouvi a música, emocionei-me. Aquilo retrata realmente o sentimento do povo do Estado de Rondônia e está absolutamente arraigado na cabeça das pessoas, no subconsciente do povo do Estado. E como preocupa o povo rondoniense a Medida Provisória nº 2166, que precisa ser reformulada na parte que trata da preservação de 80% da reserva florestal na propriedade privada!

Quero registrar aqui, para que seja transcrita nos Anais da Casa, a letra dessa música, que, realmente, retrata o sentimento do povo sofrido da zona rural do meu Estado, que é o povo que constrói Rondônia e que, com sua determinação, vontade e garra, de fato, produz.

Sr. Presidente, nosso Estado é essencialmente agrícola. Vivemos da produção do leite, do café, da pecuária, da produção de grãos, do cacau, mas, sobretudo, do leite e do café, produtos que estão sendo vendidos a preços baixos no mercado.

Além disso, veio a edição da Medida Provisória nº 2166, que engessa mais a possibilidade de desenvolvimento, preocupando a todos.

Passo à leitura da letra da música, cujo título é "Vinte Oitenta":

Lá pelos anos setenta quando veio um Presidente
Foi no rádio e na TV convidando nossa gente
Para abrir um território num discurso comovente
Prometeu casa e comida e um futuro mais decente.
Foi o Presidente Médici que convocou nossa gente
Integrar para não entregar era a lei do Presidente
Para defender a Amazônia com força de unha e dente
Pôr para fora os invasores e gringos intransigentes.

Refrão

Com tanta mata no mundo pro Greenpeace preservar
Tinha que vir para Rondônia para nos prejudicar.
Com tanta mata no mundo pro Greenpeace preservar
Tinha que vir para Rondônia para nos prejudicar.

Em pouco mais de dez anos tava aberta a região
Lavoura de todo o tipo, madeira para exportação
Gado de corte e leite e muita mineração
De Território para Estado mais completo da Nação.
Mas agora para o progresso e o trabalho persistente
Precisamos mais espaço para abrirmos novas frentes
Mas para travar nossos planos o Greenpeace se apresenta
Nos enfiando goela abaixo uma tal lei vinte oitenta

E aí novamente o refrão, que não vou ler mais.

Essa tal de vinte oitenta com pretexto ambientalista
Pra acabar com agricultura, garimpeiro e pecuarista.
Querem que reflorestemos nossa terras produtivas
E voltemos donde viemos como barcos a deriva.
Mas o Greenpeace não sabe que temos um zoneamento
Onde tá bem definida área de preservamento.
Se for cumprido a risca não compromete o andamento,
O progresso do Estado e o fim do desmatamento

Novamente o refrão aqui.

Esse nosso zoneamento baseando a superquestão
De terras improdutivas, de índios e cerradão.
São protegidas por lei a fim de preservação
E não tem projeto igual dentro da federação.
Se aprovar a vinte oitenta de fato nos preocupa
Tão querendo nos taxar como terra devoluta
Se chegamos aonde chegamos com coragem e força bruta
Por isso acorda meu povo temos que partir pra luta

E termina com o refrão, que vou repetir:

Com tanta mata pro Greenpeace preservar
Tinha que vir a Rondônia para nos prejudicar.
Com tanta mata no mundo pro Greenpeace preservar
Tinha que vir para Rondônia para nos prejudicar

Essa é a letra, Sr. Presidente, que faço questão seja transcrita nos Anais desta Casa, porque retrata exatamente o sentimento da população de todo o Estado de Rondônia hoje, e não apenas o da população rural. A inviabilização do campo se reflete diretamente no desenvolvimento e na subsistência das cidades, já que a mola propulsora do comércio e dos serviços na cidade é exatamente aquilo que o campo produz. Quando o campo não produz e vai mal, a cidade também vai mal.

A persistir a proposta constante da medida provisória editada pelo Governo, ocorrerá a inviabilização do campo e as pessoas que vivem hoje na zona rural não terão outra opção senão abandonar suas propriedades e engrossar as fileiras dos pobres, dos desempregados, da prostituição e da desesperança no entorno das grandes cidades do Estado.

E poderão ser atingidas, talvez, outras grandes cidades brasileiras, porque as pessoas poderão abandonar o campo e voltar às suas cidades de origem.

E tenho certeza de que não é isso que V. Exª nem os demais Pares nesta Casa desejam para o nosso Brasil.

Fica aqui o registro dessa letra, de autoria de Villa, da Emplemáquinas – música de Ari Santos –, que retrata realmente o sentimento da nossa população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos.) – Os Srs. Senadores Eduardo Siqueira Campos e Mauro Miranda enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, historicamente sabe-se que os colonizadores europeus deram um autêntico banho de sangue nas populações nativas das Américas, da África e da Oceania. Milhões de autócnes desses continentes foram mortos ou escravizados, o que resultou na extinção de várias etnias, desde os Maias e Astecas até os aborígenes australianos.

Infelizmente, no Brasil, o massacre não foi diferente, e o colonizador português não poupou nossas populações indígenas. A maioria dos que não foram assassinados, foram transformados em escravos.

Estima-se que, à época do descobrimento oficial do nosso País, a população indígena ia de um milhão a cinco milhões de indivíduos.

Hoje, consoante estimativas da Fundação Nacional do Índio – FUNAI – essa população não ultrapassa o número de trezentos e cinqüenta mil habitantes, o que corresponde a 0,22% do total da população brasileira.

Essas pessoas ocupam quinhentas e sessenta e uma áreas indígenas, compreendendo quase noventa e seis milhões de hectares, distribuídas em duzentos e vinte e sete etnias. Há ainda, em pleno terceiro milênio, cinqüenta e três notificações de grupos isolados, ainda não contactados pelo chamado "homem branco".

Apesar dos esforços governamentais – que não negamos – a dívida nacional com nossos índios ainda está longe de ser paga, pois grande parte dos grupos indígenas convive com a precariedade das condições de vida e com a falta de ações, no campo da saúde. Assim, o contato com os "civilizados" tem gerado a ocorrência de graves epidemias e disseminação de doenças.

Há, por conseguinte, muito a ser feito pelos índios brasileiros, que ainda sofrem toda sorte de discriminação, além de invasões de suas terras legítimas por parte de posseiros, de fazendeiros, de madeireiros e de garimpeiros.

Pois bem, Sr. Presidente, no nosso Estado do Tocantins, o panorama, felizmente, é diverso, e os índios que lá existem têm merecido especial atenção do Governo Estadual.

Nosso Estado dispõe de população indígena de cerca de seis mil, duzentos e quatro indivíduos, consoante dados apurados pela Fundação Nacional de Saúde. São os Karajás, grupo que inclui também os Javaés, e que se concentram principalmente no Parque Indígena do Araguaia, numa área de mil e trinta e nove hectares; os Apinajés vivem no extremo norte do Tocantins, numa reserva de cerca de cento e quarenta e um mil, novecentos e quatro hectares; os Xerentes, vivem numa reserva em Tocantínia, com área de cento e oitenta e três mil, duzentos e quarenta e seis hectares; e, finalmente, os Krahôs, cuja reserva, de trezentos e dois mil, quinhentos e trinta e três hectares, situa-se entre os Municípios de Goiatins e Itacarajá, no noroeste do Estado.

O Governo do Tocantins vem desenvolvendo programas destinados não apenas a assegurar qualidade de vida aos indígenas que vivem em seu território, como também para resgatar seus valores culturais e sua memória.

Tanto isso é verdade que vêm sendo implementadas escolas bilingües, em português e no idioma dos autócnes, objetivando valorizar e preservar os valores culturais de cada povo, com aulas ministradas por professores indígenas adequadamente treinados.

Aliás, há aproximadamente um ano, em novembro de 2000, foi lançado vídeo-documentário sobre cada um dos povos indígenas existentes no Tocantins, com o propósito de incentivar a contribuição para o registro da História, da Arte e dos conhecimentos desses povos, no contexto de um programa desenvolvido pela Secretaria Estadual de Cultura, denominado Conhecendo e Preservando as Culturas Indígenas do Tocantins.

Esse Projeto, aliás, mereceu o reconhecimento do Ministério da Cultura, recebendo o Prêmio Rodrigo Mello Franco Andrade de 2000.

Pois bem, recentemente, no Palácio Araguaia, em Palmas, realizou-se o II Encontro com as Crianças, que reuniu mais de quinhentos meninos e meninas, com representantes de todas as nações indígenas do Estado. O Governador assegurou total apoio a esses grupamentos que vão participar do Encontro Nacional Indígena, em novembro, no Mato Grosso do Sul.

Nessa oportunidade, foi anunciada a implantação de mais escolas em todas as aldeias existentes no interior do Estado, o que contribuirá determinantemente para a promoção social, melhora das condições de vida e para a obtenção de trabalho digno a todos os índios tocantinenses.

Verifica-se, por conseguinte, que o Governo do Estado do Tocantins vem envidando esforços no sentido de assegurar melhores condições de vida e preservação dos inestimáveis valores culturais de todos os povos indígenas existentes na área de sua jurisdição.

Em nosso Estado, está sendo resgatada, paulatinamente, mas com determinação, a imensa dívida contraída com nossos índios.

Era esse, Sr. Presidente, o registro que queríamos fazer.

Muito obrigado.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, comemora-se o Dia do Médico em 18 de outubro para homenagear São Lucas, o patrono da classe. A data já era há muito tempo conhecida como o "Dia de São Lucas", o médico e pintor que escreveu o *3º Evangelho* e os *Atos dos Apóstolos* da Bíblia Sagrada. São Lucas nasceu na Antióquia, atual Turquia, no início do século I. Bondoso e abnegado, peregrinou por muitos lugares curando as pessoas e desafiando instituições políticas. Não conheceu Jesus, mas escreveu o Evangelho, transmitindo suas palavras. Morreu aos 80 anos. Seus restos mortais estão na Basílica de Santa Justina, em Pádua, na Itália. Sua vida é contada no livro *Médico de Homens e Almas*, hoje uma raridade.

Na data em que se comemora o "Dia do Médico", entendo que a melhor homenagem que podemos prestar a esse profissional é promover, neste plenário, uma reflexão, mesmo que breve, a respeito da ética médica em relação às demandas do mundo contemporâneo.

A Medicina, como prática do socorro às enfermidades do homem, teve início, certamente, com o aparecimento do primeiro ser humano. Nascida num passado longínquo, era misticamente exercida por feiticeiros, pajés ou xamãs que exorcizavam os males de seus semelhantes – cujas causas entendiam ser devidas às iras divinas.

Segundo a história da medicina ocidental, a prática médica racional iniciou-se, ainda que empiricamente, na Grécia antiga, por Hipócrates, o mestre de Cós, que conseguiu resgatar a medicina dos deuses e entregá-la aos homens.

Dizia o Pai da Medicina: "Comprometo-me a tratar a doença sagrada – a epilepsia. Para mim ela não é mais sagrada que as outras doenças, senão que obedece a uma causa natural e a sua suposta origem divina está radicada na ignorância dos homens e no assombro que produz peculiar caráter".

Desde então, a medicina ocidental se desenvolveu estribada em dois pilares: o conhecimento e os valores humanos. Uma outra característica, igualmente importante, incorporada à personalidade profissional médica, refere-se à concepção ético-ideológica do exercício da Medicina, traduzida pelo ideal de servir.

Foi dessa matriz filosófica que derivou um fazer médico caracterizado pela beneficência, o *bonun facere*, adotado como a prática do bem, segundo o "saber" e a "razão" profissional. De igual modo, esse ideal de fazer o bem não poderia descurar-se da observância em não produzir dano ao paciente, daí o aforismo *primum non nocere*, traduzindo o princípio da não-maleficência.

São esses dois princípios da ética hipocrática – beneficência e não-maleficência – que justificaram, ao longo desses quase três milênios de prática médica, o poder médico exercido sobre o paciente.

Essas virtudes convergem para os princípios gerais consagrados pela profissão médica: a autonomia profissional, a rejeição ao mercantilismo, o aperfeiçoamento técnico-científico, a justiça, a promoção da saúde, o sigilo profissional e o benefício incondicional do paciente.

São essas virtudes e princípios que dão a dimensão peculiar ao profissional, configurada na relação médico-paciente, elemento indissociável, do saber-fazer médico, que se acha sustentada pela legitimidade da autoridade e do poder médico e pela confiabilidade e confidencialidade, que têm como resultante a credibilidade profissional.

No entanto, a exponencial expansão da base do conhecimento médico-biológico, ocorrida nos dois últimos séculos, determinou mudanças significativas na práxis médica como, por exemplo, a acentuada especialização ou as alterações nas relações de trabalho, caracterizadas pela institucionalização e burocratização do trabalho médico e a evidente urbanização profissional, entre outras.

Essas mudanças ocasionaram uma fragilização do modelo liberal da Medicina, o que enfraqueceu a sua autonomia técnica, o seu poder de decisão e a relação médico-paciente, afetando o prestígio profissional e o *status* do médico na sociedade atual.

É possível perceber, no estudo das tendências atuais, a existência dos seguintes fenômenos determinantes de mudanças na prática profissional: a explosão da informação, levando a uma fragmentação do saber e ao aparecimento de novas especializações; pressões econômicas, que elevam o custo da medicina tecnológica e que, por outro lado, impõem a redução de práticas ou procedimentos médicos, com restrição da autonomia profissional; pressões políticas, representadas por modelos governamentais de saúde pública que negligenciam a formação adequa-

da dos recursos humanos, além da ausência de política de remuneração digna a esses profissionais; forças de um mercado global ou de uma economia mundializada, com a introdução dos planos e seguros de saúde privados, além da internacionalização da prestação de serviços médicos; a crescente privatização dos sistemas de saúde, que vêm adotando o modelo de economia de mercado em praticamente todos os países, levando à intermediação do trabalho médico.

Esses fatos refletem uma tendência geral para a desprofissionalização ou, então, uma reformulação das atuais regras profissionais dentro de uma sociedade.

No caso da profissão médica, parece ser necessário definir aquilo que entendemos por saúde, Medicina, qualidade de vida e bem-estar. Redefinição que deve ser tanto teórica quanto prática, examinando as suas dimensões antropológicas, nos seus aspectos permanentes e nas suas perspectivas futuras.

Neste início de século, os valores e os princípios fundamentais da civilização estão em plena revisão. Na área da Medicina, a indagação mais recorrente é como nos comportaremos em relação a questões que envolvem a vida e a morte, tais como: interrupção voluntária da gravidez e eutanásia; as condições em que é aceitável restringir as liberdades individuais de portadores de afecção mental, que constituam uma ameaça para a saúde pública; os limites éticos para a investigação científica e para a prática de procedimentos diagnósticos e terapêuticos; a resolução dos potenciais conflitos de interesse entre as práticas comerciais de setores econômicos importantes e os objetivos da política de saúde; as relações entre crescimento econômico, políticas sociais, sustentabilidade ambiental e saúde.

Como se vê, Sras. e Srs. Senadores, a profissão médica incorporou, talvez como nenhuma outra, os dilemas e os conflitos do nosso tempo.

Longe vai a época em que a obtenção de um diploma de Medicina significava a segurança profissional, o prestígio social e a garantia de uma vida digna.

O glamour de outrora transformou-se em inúmeros desafios para uma categoria comprometida pelo inchaço de profissionais, cada vez menos preparados para o exercício da Medicina. Essa é uma das principais reivindicações da classe na atualidade: maior fiscalização sobre as novas escolas médicas, muitas com os malfadados cursos de "fundo de quintal". A preocupação é justificada, afinal toda mercadoria produzida em excesso acaba perdendo a qualidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, por situações como essa é que os profissionais convivem, infelizmente, com o aumento no número de casos de erros médicos constatados pelos Conselhos Regionais de Medicina e a banalização dos valores cobrados por consultas. E por falar em banalização, não poderia deixar de chamar a atenção da sociedade para o fato de o Governo federal pagar pouco mais de 2 reais por consulta vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS), quando o mínimo deveria ser de 39 reais. Obviamente, o valor de 2 reais não é o repassado para o médico, mas a quantia irrisória, por si só, caracteriza o quanto a profissão não vem recebendo a atenção que necessita.

Esse é um recado direto não apenas para nós, parlamentares, mas para a sociedade em geral. Poucos se empenham, pra valer, no resgate do prestígio que a classe médica um dia chegou a ter. Aquela que já foi a profissão mais desejada desse País, enfrenta uma crise de identidade que assusta as pessoas que dela dependem direta e indiretamente.

Hoje, o profissional da Medicina se vê compelido a enfrentar uma jornada desumana de trabalho em múltiplos empregos, em precárias condições técnicas e materiais e percebendo uma remuneração insuficiente para prover sua subsistência e permitir o seu aperfeiçoamento profissional.

Além disso, é acossado, como vimos, pelas questões éticas inerentes às transformações da sociedade.

A despeito de todas essas dificuldades, temos, em nosso País, grandes exemplos de vocações médicas, em todas as especializações e em muitas áreas da pesquisa científica.

A esses profissionais rendo a minha homenagem, no dia de hoje. Mas enalteço, particularmente, aqueles profissionais anônimos, como muitos que conheço atuando em meu Estado, que enfrentam, diariamente, uma batalha contra a precariedade de nosso sistema de saúde e contra a própria fragilidade da vida humana.

Ao tempo em que cumprimento esses profissionais, formulo votos para que o preceito constitucional que determina a saúde como um direito de todos e um dever do Estado se torne uma realidade neste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 24 minutos.)

(OS 19879/2001)

ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2020 , de 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 004714/98-9,

RESOLVE, fundamentado no art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter para MARIA AMÉLIA OLIVEIRA DAS NEVES, na condição de cônjuge, a cota de 1/2 (um meio) de pensão temporária concedida a FÁBIO BISPO DE OLIVEIRA DAS NEVES, na condição de filho inválido, alterando a cota da pensão vitalícia concedida pelo Ato do Diretor-Geral nº 1677, de 2001, publicado no DSF do dia 06/09/2001, da proporção de 1/2 (um meio) para 1/1 (um inteiro), dos proventos que percebia o ex-servidor ROBERTO DAS NEVES, matrícula 00214, a partir da data de falecimento de FÁBIO BISPO DE OLIVEIRA DAS NEVES, 28/09/2001.

Senado Federal, 18 de outubro de 2001.

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2031 **, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, RESOLVE:

Designar os servidores CANTÍDIO LIMA VIEIRA, CRM 2620, ANTÔNIO CARLOS AMORIM DA COSTA, CRM 1792, FLÁVIO PESSOA GUERRA, CRM 1688, ENY RAIMUNDA TAVARES, CRM 1144, PAULO ROBERTO RODRIGUES RAMALHO, CRM 2081 e MARCELO CHAGAS MUNIZ, CRM 1866, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Junta Médica Oficial do Senado Federal.

Senado Federal, em 19 de outubro de 2001.

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2032, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 14.622/01-7,

R E S O L V E exonerar **PAULO JORGE FARIAS GALVÃO**, matrícula n.º 32.020, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Lauro Campos, e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 19 de outubro de 2001.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2033, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 14691/01-9,

R E S O L V E exonerar **LEILA DE CARVALHO LIMA**, matrícula n.º 31872, do cargo de Secretário Parlamentar, do Gabinete do Senador Lauro Campos e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 19 de outubro de 2001.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2034 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 14694/01-8,

R E S O L V E exonerar **ALBERTO PENAFORTE RUFINO DA SILVA**, matrícula n.º 31836, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Roberto Freire e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 19 de outubro de 2001.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º **2035** *, de 2001*

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 011145/01-3,

RESOLVE aposentar por invalidez, com proventos integrais, a servidora MÁRCIA DE MAGALHÃES ÁLVARO BARR, no cargo de Analista Legislativo, Comunicação Social, Área 8, Nível III, Padrão 32, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, com as vantagens previstas na Resolução SF nº 74, de 1994, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 19 de outubro de 2001.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2036 , de 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 005769/01-9 (anexados: 006152/01-5, 008146/01-2, 010167/01-3, 011615/01-0 e 011968/01-0),

RESOLVE, fundamentado na inexistência dos requisitos previstos na alínea b, do inciso I, do art. 217, da Lei 8.112/90, indeferir os pedidos de pensão formulados pelas senhoras EUNICE FERREIRA DA SILVA, na condição de pensionista de alimentos (fls. 39), e MAROLY GONÇALVES LIMA, na condição de ex-esposa (fls. 82), mantendo a cota da pensão temporária concedida pelo Ato do Diretor-Geral nº 1179, de 2001, a ELMA GONÇALVES DOS SANTOS, na condição de filha menor, da proporção de 1/2 (um meio), dos proventos que percebia o ex-servidor JOSÉ ALVES DOS SANTOS, matrícula 01323, e manter em reserva a cota de 1/2 (um meio) até que transitada a decisão indeferitória, aplicando-se, de ofício, mediante o justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação, o efeito suspensivo qualquer recurso interposto nos termos e prazos da Lei 9874, aplicável subsidiariamente ao processo de pensão.

Senado Federal, 19 de outubro de 2001.

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2037 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 014573/01-6,

RESOLVE dispensar o servidor FLÁVIO HENRIQUE F. DE MIRANDA, matrícula 5320, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, do Instituto Legislativo Brasileiro, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Técnico de Treinamento, Símbolo FC-6, do mesmo órgão, com efeitos financeiros a partir de 16 de outubro de 2001.

Senado Federal, 19 de outubro de 2001.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2038, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 014567/01-6,

RESOLVE dispensar a servidora IRIS CRISTINA DA SILVA BRAZIL, matrícula 4611, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, da Função Comissionada de Técnico de Treinamento, Símbolo FC-6, do Instituto Legislativo Brasileiro, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal, Símbolo FC-6, da Secretaria de Recursos Humanos, com efeitos financeiros a partir de 16 de outubro de 2001.

Senado Federal, 19 de outubro de 2001.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.2039 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 001923/01-3,

RESOLVE designar a servidora VIVIAN LÔBO PENNACCHIO, matrícula 307, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informatica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Ademir Andrade, com efeitos financeiros a partir de 18 de setembro de 2001.

Senado Federal, 19 de outubro de 2001.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONGRESSO NACIONAL

ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO EM 16 DE AGOSTO DE 2001

Presidente: Senador Jefferson Péres (1)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Deputado JUTAHY JÚNIOR (Bloco PSDB/PTB-BA) Telefones: 318-8221 e 318-7167/8224	**LÍDER DA MAIORIA** Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052
LÍDER DA MINORIA Deputado WALTER PINHEIRO (PT-BA) Telefones: 318-5274 e 318-5170	**LÍDER DA MINORIA** Senador JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco PT/PDT/PPS-SE) Telefones: 311-2391/2397 e 311-3191/3192
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Deputado HÉLIO COSTA (PMDB-MG) Telefones: 318-5206 e 318-6992/6997	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Senador JEFFERSON PÉRES (Bloco PT/PDT/PPS-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496

(1) Eleito na 1ª Reunião do Órgão, realizada em 15.8.2001, às 17 horas.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.06.1999
3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca [1]
Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff

PMDB					
Titulares	**UF**	**Ramal**	**Suplentes**	**UF**	**Ramal**
Juvêncio da Fonseca [2]	MS	1128	1. Renan Calheiros	AL	2261
Carlos Bezerra	MT	2291	2. Ney Suassuna	PB	4345
Casildo Maldaner	SC	2141	3. Marluce Pinto	RR	1301
João Alberto Souza	MA	4073	4. Gilvam Borges	AP	2151
Nabor Júnior	AC	1478	5. Gerson Camata	ES	3203

PFL					
Titulares	**UF**	**Ramal**	**Suplentes**	**UF**	**Ramal**
Geraldo Althoff	SC	2041	1. Carlos Patrocínio (PTB) [3]	TO	4058
Moreira Mendes	RO	2231	2. Freitas Neto (PSDB) [4]	PI	2131
Bello Parga	MA	3069	3. Mozarildo Cavalcanti	RR	1160
Waldeck Ornelas	BA	2211	4. Jonas Pinheiro	MT	2271

Bloco (PSDB/PPS) [5]					
Titulares	**UF**	**Ramal**	**Suplentes**	**UF**	**Ramal**
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	1248	1. Geraldo Melo (PSDB)	RN	2371
Ricardo Santos (PSDB)	ES	2022	2. Romero Jucá (PSDB)	RR	2111
Leomar Quintanilha (PFL) [8]	TO	2071	3. Sérgio Machado (PMDB) [7]	CE	2281

Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PDT/PSB)					
Titulares	**UF**	**Ramal**	**Suplentes**	**UF**	**Ramal**
Heloísa Helena (PT)	AL	3197	1. Marina Silva (PT)	AC	2183
Jefferson Péres (PDT)	AM	2061	2. Paulo Hartung (PSB) [9]	ES	1129

PSB					
Titular	**UF**	**Ramal**	**Suplente**	**UF**	**Ramal**
Roberto Saturnino	RJ	4229	1. Ademir Andrade	PA	2101

Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SF) – Ramal 2051
(Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

---

[1] Em 27.6.2001, na 14ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em sua nova composição, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente os Senadores Gilberto Mestrinho e Geraldo Althoff respectivamente (DSF de 29.6.2001). Em 13.8.2001, o Senador Gilberto Mestrinho licenciou-se do mandato, para tratamento de saúde, tendo assumido, interinamente, a Presidência do Conselho o seu Vice-Presidente, Senador Geraldo Althoff. Na Sessão Ordinária de 5.9.2001, o Senador Gilberto Mestrinho comunicou sua renúncia às funções de Presidente e membro do Conselho (DSF de 6.9.2001). Em 13.9.2001, na 18ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, foi eleito Presidente o Senador Juvêncio da Fonseca.

[2] Eleito membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na Sessão Ordinária de 5.9.2001, em face da renúncia do Senador Gilberto Mestrinho às funções de Presidente e membro do Conselho, anunciada na mesma sessão (DSF de 6.9.2001).

[3] Comunicação de filiação ao PTB lida na Sessão do SF de 27.9.2001 (DSF de 28.9.2001).

[4] Comunicação de filiação ao PSDB lida na Sessão do SF de 9.10.2001 (DSF de 10.10.2001).

[5] Comunicação de formação do Bloco feita na Sessão Ordinária de 15.3.2001 (DSF de 16.3.2001).

[6] Comunicação de filiação ao PFL lida na Sessão do SF de 10.10.2001 (DSF de 11.10.2001).

[7] Comunicação de filiação ao PMDB lida na Sessão do SF de 3.10.2001 (DSF de 4.10.2001).

[8] Comunicação de retorno do PPS ao Bloco Parlamentar de Oposição lida na Sessão Ordinária de 12.2.2001 (DSF de 13.2.2001).

[9] Comunicação de filiação ao PSB lida na Sessão do SF de 8.10.2001 (DSF de 9.10.2001).

SENADO FEDERAL

SECRETARIA - GERAL DA MESA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ

Ramais: 3488 – 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY

Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA RAMOS CALHÃO (Ramal 3623)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3504)
RILVANA CRISTINA DE SOUSA MELO (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

Ramais: 4638- 3492 Fax: 4573

Secretários:

CAE - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)

CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUNPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)

CCJ - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)

CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)

CRE - MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

Atualizado em 31.08.2001

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: LÚCIO ALCÂNTARA

Vice-Presidente: CARLOS BEZERRA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Carlos Bezerra	MT	2291/2297	2 - Iris Rezende	GO	2032/39
Casildo Maldaner	SC	2141/46	3 – Mauro Miranda	MS	2221/2227
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	4 – Sérgio Machado	CE	2281/2285
João Alberto Souza	MA	4073/4074	5 - Renan Calheiros	AL	3131
José Alencar (1)	MG	4018/4621	6 – Gerson Camata	ES	3203/3204
Ghivam Borges	AP	2151/2157	7 – Roberto Requião	PR	2401/2407
Ney Suassuna	PB	4345/4346	8 – Vago (2)		
Wellington Roberto	PB	3194/3195	9 – Mariuce Pinto	RR	2401/2407

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira	MG	2411/2417	1 - Jorge Bornhausen	SC	4200/4206
José Agripino	RN	2361/2367	2 - Hugo Napoleão	PI	3085/87
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272	3 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	4 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Paulo Souto	BA	3173/3175	5 – Vago		
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	6 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Bello Parga	MA	3069/3072	7 - José Coelho	PE	1284/3245

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 – Romero Jucá	RR	2111/2117
Lúcio Alcântara	CE	2111/2117	2 – Geraldo Melo	RN	2371/2377
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	3 – Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Pedro Piva	SP	2351/2355	4 - Luiz Pontes	CE	3242/3243
Ricardo Santos	ES	2022/2024	5 – Fernando Matusalém	RO	2251/2258

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	3213/3215	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199	2 – Paulo Hartung (ppsb)	ES	1031/1231
Lauro Campos	DF	2341/2347	3 – Roberto Freire	PE	2161/2164
José Fogaça	RS	1207/1607	4 – Jefferson Perez	AM	2061/2063

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Roberto Saturnino	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Fernando Bezerra	RN	2461/2464	1 – Arlindo Porto	MG	2321/2327

(1) Desfiliou-se do PMDB, em 28.09.2001, filiando-se ao PL, em 04.10.2001

(2) Em virtude da desfiliação do Senador José Fogaça do PMDB, em 01.10.2001, tendo se filiado ao PPS.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas — Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho — Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605 — Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br Atualizada em : 18/10/2001.

1.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
SUBCOMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
VICE-PRESIDENTE: WELLINGTON ROBERTO
(05 TITULARES E 05 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
GILVAM BORGES	AP-2161/2162	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
WELLINGTON ROBERTO	PB-3194/3195	2-IRIS REZENDE	GO-2032/2033
TITULARES		**SUPLENTES**	
MOREIRA MENDES	RO-2231/33	1-PAULO SOUTO	BA- 3173/74
TITULARES		**SUPLENTES**	
GERALDO MELO (3)	RN-2371/2372	1-VAGO (1)	PR- 2124/25
TITULARES		**SUPLENTES**	
PAULO HARTUNG(2)	ES-1031/1129	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/2322

ORIGEM: REQUERIMENTO N º 07-CAE/2001
REUNIÕES:
SECRETÁRIO:
☎ - SECRETARIA: 311-3516/4605
FAX: 311-4344

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
☎ - SALA DE REUNIOES: 311-3255
E-MAIL: dirceuv@senado.gov.br
ATUALIZADA EM:

(1) Em virtude da destituição do Senador Osmar Dias do PSDB, em 01.08.2001, tendo filiando-se ao PDT em 22.09.2001, sendo substituído na Comissão pelo Senador Eduardo Siqueira Campos, em 17.10.2001.
(2) Desfiliou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001, passando a membro suplente da Comissão, por cessão, em 10.10.2001.
(3) Passou a membro suplente na Comissão, em 17.10.2001.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

Presidente: ROMEU TUMA

Vice-Presidente: MARINA SILVA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016	1 – Casildo Maldaner	SC	2141/2148
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Gilvam Borges	AP	2151/2157
Mariuce Pinto	RO	1301/4062	3 – Valmir Amaral	DF	4064/4065
Mauro Miranda	GO	2091/2097	4 - João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 - Amir Lando	RO	3130/3132
Vago			6 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Vago			7 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Vago			8 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
Vago			9 – Vago (1)		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2051/2057	1 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Jonas Pinheiro	MT	2271/2277	2 - Paulo Souto	BA	3173/3175
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 - José Agripino	RN	2361/2367
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	4 – Vago		
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 - José Coelho	PE	1284/3245
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	7 – Vago		
Lindberg Cury	DF	2011/2017	8 – Vago		

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Artur da Távola	RJ	2431/2432	Ricardo Santos	ES	2022/2024
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	Luiz Otávio	PA	1027/4393
Luiz Pontes	CE	3242/3243	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Teotonio Vilela Filho	AL	4093/4095	Pedro Piva	SP	2351/2357
Romero Jucá	RR	2111/2117	Freitas Neto	PI	2131/2137
Fernando Matusalém	RO	2251/2258	Lúdio Coelho	MS	2381/2387

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Emilia Fernandes	RS	2331/2337	1 – Geraldo Cândido	RJ	2171/2177
Lauro Campos	DF	2341/2347	2 – Heloísa Helena	AL	3197/99
Marina Silva	AC	2181/2187	3 – Jefferson Peres	AM	2081/2087
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	4 – Osmar Dias	PR	2121/2125
Tião Viana	AC	3038/3493	5 – Roberto Freire	PE	2161/2164

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Vago		

(1) Em virtude da reassunção do Senador Ramez Tebet, em 20/09/2001.

Reuniões: Quartas-feiras às 14:00 horas — Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa
Secretário: José Roberto A. Cruz — Telefone da Sala de Reunião: 311-3359
Telefones da Secretaria: 311-4608/1515 — Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br — Atualizada em: 18/10/2001

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATORA:

PMDB	
VAGO	
VAGO	
PFL	
VAGO	
VAGO	
PSDB	
VAGO	
BLOCO/PSB/PCdoB/PT/PDT/PPS	
VAGO	
VAGO	

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 69 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: irac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (1)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA

PMDB	
JUVÊNCIO DA FONSECA	MT – 1128/1129
MARLUCE PINTO	RR – 1301/4062
PFL	
GERALDO ALTHOFF	SC – 2041/2047
WALDECK ORNELAS	BA – 2211/2217
BLOCO PSDB/PPB	
LEOMAR QUINTANILHA (PPB) (1)	TO – 2071/2072
Vaga cedida ao Bloco PT/PDT/PPS	
BLOCO (PT-PDT-PPS)	
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	AP – 2241/2247
TIÃO VIANA	AC – 3038/3493

(1) Desfiliou-se do PPB, sendo indicado membro titular da Comissão pelo PFL, em 18/10/2001.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 06/10/1999
ATUALIZADA EM: 03/05/2001

2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

	PMDB	
VAGO		
VAGO		
VAGO		
	PFL	
VAGO		
VAGO		
	PSDB	
VAGO		
VAGO		
	BLOCO (PT-PDT-PPS)	
VAGO		
VAGO		

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM:

ATUALIZADA EM:

2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

	PMDB
VAGO	
VAGO	
VAGO	
	PFL
VAGO	
VAGO	
	PSDB
VAGO	
VAGO	
	BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)
VAGO	
VAGO	

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3657
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM:

ATUALIZADA EM:

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: BERNARDO CABRAL

Vice-Presidente: OSMAR DIAS

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gerson Camata	ES	3203/3204	1 – Mariuce Pinto	RR	1301/4062
Magalo Vilela	GO	3149/3150	2 – Casildo Maldaner	SC	2141/2146
Iris Rezende	GO	2032/39	3 – Wellington Roberto	PB	3194/95
Sérgio Machado	CE	2281/2285	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Vago (2)			6 – Amir Lando	RO	3130/3132
Roberto Requião	PR	2401/2407	7 – José Alencar (1)	MG	4521/4753

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	1 – Jorge Bornhausen	SC	4200/4208
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	2 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Francelino Pereira	MG	2411/17	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
Bello Parga	MA	3069/3072	4 – Romeu Tuma	SP	2051/57
Maria do Carmo Alves	SE	4055/57	5 – José Agripino	RN	2361/2667
Hugo Napoleão	PI	3085/3087	6 – Leomar Quintanilha	TO	2071/2072

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	Freitas Neto	PI	2131/2137
Luiz Otávio	PA	1027/4393	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Luiz Pontes	CE	3242/3243	Vago		
Pedro Piva	SP	2351/2357	Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117	Lúcio Alcântara	CE	2301/2307

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
José Eduardo Dutra	SE	2391/2397	2 – Marina Silva	AC	2181/2187
Roberto Freire	PE	2161/2164	3 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Osmar Dias	PR	2121/2125	4 – José Fogaça	RS	1207/1607

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Paulo Hartung	ES	1031/1231

(1) Desfiliou-se do PMDB, em 28.09.2001, filiando-se ao PL, em 04.10.2001
(2) Em virtude da renúncia do Senador Jader Barbalho.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas
Secretária: Gildete Leite de Melo
Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3541
Fax: 311-4315 - E-mail: gildete@senado.gov.br

Atualizada em 18/10/2001

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
(7 TITULARES E 7 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB - 3	
PFL - 2	
PSDB - 1	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS) - 1	

SECRETÁRIA: GILDETE LEITE DE MELO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541
FAX: 311-4315
E.MAIL- gildete@senado.gov.br

Criada **Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, nos termos do Art. 73, do RISF. Aprovado em 15/12/1999.**

- ***Retirada as Indicações pelas Lideranças em 6 e 13.9.2000.***

Atualizada em 30/05/2001

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: RICARDO SANTOS

Vice-Presidente: MOREIRA MENDES

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	2 – Pedro Simon	RS	3230/3232
Gerson Camata	ES	3203/3204	3 - Ney Suassuna	PB	4345/4346
Gilvam Borges	AP	2151/2157	4 – Sérgio Machado	CE	2281/2286
Mariuce Pinto	RR	1301/4062	5 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Nabor Júnior	AC	1478/4619	6 – Maguito Vilela	GO	3149/50
Vago (1)			7 – Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
Vago			9 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Hugo Napoleão	PI	3086/87	1 – Lindberg Cury	DF	2011/2017
Moreira Mendes	RO	2231/2237	2 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Waldeck Ornelas	BA	2211/2216	3 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	4 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
José Coelho	PE	1284/3245	5 – Romeu Tuma	SP	2051/2057
Vago			6 - Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
(Vaga cedida ao PTB)			7 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 – Teotonio Vilela Filho	AL	4093/4095
Artur da Távola	RJ	2431/2432	2 – Lúdio Coelho	MS	2381/2387
Ricardo Santos	ES	2022/2024	3 – Romero Jucá	RR	2111/2117
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	4 – Pedro Piva	SP	2351/2353
Fernando Matusalém	RO	2251/2258	5 – Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Luiz Pontes	CE	3242/3243	6 – Luiz Otávio	PA	1027/4393

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 – Lauro Campos	DF	2241/2247
Emilia Fernandes	RS	2331/2337	2 – Geraldo Cândido	RJ	2117/2177
Marina Silva	AC	2181/2187	3 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Álvaro Dias	PR	3206/3207	4 - Tião Viana	AC	3038/3493

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Vago			1 – Roberto Saturnino	RJ	4229/4230

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arlindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

(1) Em virtude da reassunção do Senador Ramez Tebet, em 20/09/2001.

Reuniões: Quintas–feiras às 14:00 horas
Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares
Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3276
FAX: 311-3121

Atualizado: 18/10/2001

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES	
	PMDB
VAGO	
VAGO	
VAGO	
	PFL
VAGO	
VAGO	
	PSDB
VAGO	
VAGO	
	BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)
VAGO	
VAGO	

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604 **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276**
FAX: 311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br **ATUALIZADA EM:**

4.2) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PRESIDENTE: FREITAS NETO
VICE-PRESIDENTE: SATURNINO BRAGA

COMPOSIÇÃO: 12 TITULARES E 12 SUPLENTES

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA (2)	RS-1207/1607	1-VALMIR AMARAL	DF-1962
GERSON CAMATA	ES-3203/04	2-NABOR JÚNIOR	AC-1478/4819
PEDRO SIMON	RS-3232	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-3015/16	4-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
PFL			
VAGO		1-GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-VAGO	
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	3-ROMEU TUMA	SP-2051/57
BLOCO (PSDB/PPB)			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	1-FERNANDO MATUSALÉM (PPB)	RO-2251/58
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	2-VAGO (1)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
GERALDO CÂNDIDO (PT)	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLICY (PT)	SP-3213/15
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/37	2-MARINA SILVA	AC-2182/84
PSDB			
ROBERTO SATURNINO	RJ-4229/30	VAGO	

(1) Em virtude da reassunção do Senador Artur da Távola, em 25/09/2001.
(2) Desfiliou-se do PMDB, em 01.10.2001, filiando-se ao PPS, sendo substituído na Comissão pelo Senador Sérgio Machado, em 10/10/2001.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121 ATUALIZADA EM: 09/10/2001
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: JEFFERSON PÉRES

Vice-Presidente: VAGO

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Iris Rezende	GO	2032/2039	2 – José Alencar (1)	MG	4621/4753
João Alberto Souza	MA	4073/4074	3 – Pedro Simon	RS	3230/3232
José Sarney	AP	3429/3430	4 – Roberto Requião	PR	2401/2407
Sérgio Machado	CE	2281/2285	5 – Wellington Roberto	PB	3194/3195
Valmir Amaral	DF	1964/1965	6 – Nabor Júnior	AC	1478/4619

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Hugo Napoleão	PI	3085/3087	1 – Jorge Bornhausen	SC	4200/4206
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	2 – Bello Parga	MA	3069/3072
Romeu Tuma	SP	2051/2057	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
José Agripino	RN	2361/2367	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
José Coelho	PE	1284/3245	5 – Paulo Souto	BA	3173/3175

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4096
Pedro Piva	SP	2351/2357	Freitas Neto	PI	2131/2137
Fernando Matusalém	RO	2251/2258	Luiz Otávio	PA	1027/4393

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Jefferson Peres	AM	2061/2067	2 – Emília Fernandes	RS	2331/2337
Tião Viana	AC	3036/3493	3 – Álvaro Dias	PR	3206/3207

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Desfiliou-se do PMDB, em 28.09.2001, filiando-se ao PL, em 04.10.2001

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
Secretário: Maria Lúcia Ferreira de Melo
Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3367
Fax: 311-3546

Atualizada em :17/10/2001

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI
Presidente: JOSÉ ALENCAR (2)
Vice-Presidente: LEOMAR QUINTANILHA
(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Valmir Amaral	DF	1961/1066
José Alencar (2)	MG	4018/4621	2 - Iris Rezende	GO	2032/2039
José Fogaça (4)	RS	1207/1607	3 – Gerson Camata	ES	3203/3204
Mauro Miranda	GO	2091/2095	4 – Vago (1)		
Nabor Júnior	AC	1478/4619	5 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Roberto Requião	PR	2401/2407	6 – Wellington Roberto	PB	3194/3195
Mariuce Pinto	RR	1301/4082	7 – Maguito Vilela	GO	3149/3150

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2052/2053	1 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
Paulo Souto	BA	3173/3175	2 - Hugo Napoleão	PI	3085/3087
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	3 - Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
Bello Parga	MA	3069/3072	4 – Vago (5)		
Carlos Patrocínio (Cessão ao PTB)	TO	4058/4066	5 – Vago		
Lindberg Cury	DF	2011/2017	6 – Vago		

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ludio Coelho	MS	2381/2387	Pedro Piva	SP	2361/2357
Ricardo Santos	ES	2022/2024	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	Luiz Pontes	CE	3242/3243
Luiz Otávio	PA	1027/4393	Fernando Matusalém	RO	2251/2258
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070//4071	Romero Jucá	RR	2111/2117

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 – Emília Fernandes	RS	2331/2337
Heloísa Helena	AL	3197/3199	2 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
José Eduardo Dutra	SE	2391/2397	3 – Lauro Campos	DF	2341/2347
Paulo Hartung (3)	ES	1031/1231	4 - Tião Viana	AC	3038/3493

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Roberto Saturnino	RJ	4229/4230

PTB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Artindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

(1) Em virtude da recessunção do Senador Ramez Tebet, em 20.09.2001.
(2) Desfiliou-se do PMDB, em 28.09.2001, filiando-se ao PL, em 04.10.2001
(3) Desfiliou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001
(4) Desfiliou-se do PMDB, em 01.10.2001, filiando-se ao PPS.
(5) Em virtude da desfiliação do Senador Eduardo Siqueira Campos do PFL, tendo filiando-se ao PSDB, em 05.10.2001

Reuniões: Terças-feiras às 14:00 horas
Secretário: Celso Parente
Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3292
Fax: 311-3286

Atualizada em : 19/10/2001

6.1) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES QUE ACARRETEM DANOS AO MEIO AMBIENTE.

PRESIDENTE:
RELATOR:

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
VAGO	1- VAGO
VAGO	2- VAGO
VAGO	3- VAGO
PFL	
VAGO	1- VAGO
VAGO	2 – VAGO
PSDB	
VAGO	1- VAGO
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	
VAGO	1- VAGO

REUNIÕES:
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607
FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292
ATUALIZADA EM:

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFC

Presidente: NEY SUASSUNA

Vice-Presidente: FREITAS NETO

(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Ney Suassuna	PB	4345/4346	2 – Luiz Otávio (Cessão) (2)	PA	1027/4393
Juvêncio da Fonseca	MS	3016/3016	3 – Vago		
Vago (1)					
Valmir Amaral	DF	1961/1966			
Wellington Roberto	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	1 – Bello Parga	MA	3069/3072
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	2 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Moreira Mendes	RO	2231/2237			
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272			

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	1 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Ricardo Santos	ES	2022/2024	2 – Fernando Matusalém	RO	2251/2258
Romero Jucá	RR	2111/2117			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199			
Jefferson Peres	AM	2061/2067			

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Retirada do Sr. Tasso Rosado, em virtude da reassunção do titular, em 15.05.2001.

(2) Filiou-se ao PPB.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Atualizada em : 17/10/2001

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO DESTINADA A ANALISAR O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NO PROCESSO EM QUE FIGURAM COMO PARTES O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB E A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E REFLORESTADORA - S/A - ARISA.

PRESIDENTE: SENADOR ALBERTO SILVA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
(05 TITULARES E 03 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
ALBERTO SILVA	PI-3055/57	1-WELLINGTON ROBERTO	PB-3194/95
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393		
PFL			
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	1-FREITAS NETO (1)	PI-2131/37
BLOCO (PSDB/PPB)			
FERNANDO MATUSALÉM	RO-2251/52	1-RICARDO SANTOS	ES-2022/24
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67		

(1) Desfiliou-se do PFL, filiando-se ao PSDB, sendo substituído na Comissão pelo Senador Jonas Pinheiro, em 10/10/2001, e designado membro suplente, pelo Bloco PSDB/PPB, em 17/10/2001.
(2) Filiou-se ao PPB.

REUNIÕES: ALA SENADOR NILO COELHO
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519 Email: jcarvalho@sgmsleg.senado.gov.br
Fax 311-1060 ATUALIZADA EM: 09/10/2001

7.2) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO DESTINADA A ANALISAR AS CONTAS DO METRÔ-DF

PRESIDENTE: SENADOR ROMERO JUCÁ
VICE-PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
(03 TITULARES E 02 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
WELLINGTON ROBERTO	PB-3194/95	1 – VALMIR AMARAL	DF-1961/66
MOREIRA MENDES	RO-2231-37	1 – JEFFERSON PERES-PDT	AM-2061/67
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17		

REUNIÕES: ALA SENADOR NILO COELHO
SECRETÁRIO:JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519 Email: jcarvalho@egmslaq.senado.gov.br
Fax 311-1060 ATUALIZADA EM: 29/08/2001

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE							
VICE-PRESIDENTE							
SECRETÁRIO-GERAL							
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO							

MEMBROS TITULARES — MEMBROS SUPLENTES

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
ROBERTO REQUIÃO	PR	***09	311 3401	323 4198	1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	###15	224-5884	323 4063	2. AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223-8191	3. MARLUCE PINTO	RR	**86	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	1. WALDECK ORNELAS	BA	* 13	311 2211	323-4592
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	2. JOSÉ COELHO	PE	@@04	311 1184	323 6494
Bloco (PSDB/PPB)									
PEDRO PIVA	SP	@01	311 7351	323 4448	1. RICARDO SANTOS	ES	*13	311-2022	323-5825
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	2. LEOMAR QUINTANILHA	TO	##08	311-2071	323-3188
PT/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	JEFFERSON PÉRES	AM	##07	311-2081	323-3189
PTB									
ARLINDO PORTO	MG	*05	311-2324	323-2537	VAGO				

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	@@@ALA SEN. DINARTE MARIZ

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
BLOCO PSDB/PTB									
MARISA SERRANO	MS	237	318-5237	318-2237	1. VICENTE CAROPRESO	SC	662	318-6662	3182662
FEU ROSA	ES	960	318-5960	318-2960	2. NELSON MARCHEZAN	RS	#13	318-5963	3182963
BLOCO PFL/PST									
NEY LOPES	RN	328	318-5328	318-2328	1. LUCIANO PIZZATTO	PR	641	318-6541	3182641
PAULO GOUVÊA	SC	755	318-5755	318-2755	2. RONALDO CAIADO	GO	227	318-5227	3182227
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	*573	318-5573	318-2573	1. EDINHO BEZ	SC	703	318-5703	3182703
DARCÍSIO PERONDI	RS	518	318-5518	318-2518	2. OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318-5845	3182845
PT									
ALOÍZIO MERCADANTE	SP	625	318-5825	318-2825	PAULO DELGADO	MG	*268	318-5268	3182268
PPB									
JARBAS LIMA	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANO	SP	756	318-5758	3182756
BLOCO PSB/PcdoB									
EZÍDIO PINHEIRO	RS	744	318-5744	318-2744	INÁCIO ARRUDA	CE	*582	318-5582	3182582

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
# GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF – 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 6232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
www.camara.gov.br/mercosul e_mail - cpcm@camara.gov.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 04/09/2001

PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	**R$ 31,00**
Porte de Correio	**R$ 96,00**
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	**R$ 127,60**
Valor do número avulso	**R$ 0,30**
Porte avulso	**R$ 0,80**

PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	**R$ 62,00**
Porte de Correio	**R$ 193,20**
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	**R$ 255,20**
Valor do número avulso	**R$ 0,30**
Porte avulso	**R$ 0,80**

ug – 020002
gestão – 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-x – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-9000
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.

EDIÇÃO DE HOJE: 72 PÁGINAS